

MARIA CRISTINA MAGRO  
YARA GOULART LIBERATO  
- ORGANIZADORAS -

11

# ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA

CADERNOS DE LINGÜÍSTICA E TEORIA  
DA LITERATURA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG  
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA  
E TEORIA DA LITERATURA

Ficha catalográfica

Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura - ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA. Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte, Faculdade de Letras da UFMG, 6 (11), dez. 1984.

Periodicidade: anual

1. Lingüística.

CDD 410

Endereço para correspondência:  
Deptº de Lingüística e Teoria da Literatura - Sala 448  
Faculdade de Letras da UFMG  
Campus da U.F.M.G. - Av. Antônio Carlos - Pampulha  
30000 - Belo Horizonte - M.G.

Mais importante que este número que agora sai, foi o primeiro dos Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura, fruto do trabalho altamente profissional e incansável daquele que teve a idéia de criá-los.

*Ao Mário A. Perini*



## SUMÁRIO

NOTA SOBRE O USO DAS VELOCIDADES DE ENUNCIÇÃO NA DESCRIÇÃO DE FENÔMENOS FONOLÓGICOS Mário A. Perini .....	5
TONS NIVELADOS E TONS DE CONTORNO César Augusto da Conceição Reis .....	13
MORFOLOGIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONCEITO DE MORFEMA E OS MODELOS ESTRUTURAIS DE ANÁLISE MORFOLÓGICA Marco Antônio de Oliveira .....	32
O CONCEITO DE SUJEITO ENTRE OS FALANTES Eunice S. L. Pontes .....	48
ANÁLISE FUNCIONAL DA ELIPSE DE PREPOSIÇÕES EM PORTUGUÊS Maria Elizabeth Fonseca Saraiva .....	82
SOBRE AS ESTRUTURAS CAUSATIVAS SINTÉTICAS NO PORTUGUÊS Vanda de Oliveira Bittencourt .....	98
DISCURSO PLANEJADO E DISCURSO NÃO-PLANEJADO: ANÁLISE CONTRASTIVA DE ALGUNS ASPECTOS DO PORTUGUÊS ORAL Maria Beatriz Nascimento Decat .....	118
THE EFFICACY OF READING USING THE PHYSICAL RESPONSE TECHNIQUE IN SECOND LANGUAGE LEARNING Maria Helena Lott Lage; Victor Hackett; William Leslie .....	134



# NOTA SOBRE O USO DAS VELOCIDADES DE ENUNCIÇÃO NA DESCRIÇÃO DE FENÔMENOS FONOLÓGICOS<sup>1</sup>

Mário A. Perini

## RESUMO

*A distinção usual dos estilos de pronúncia (Largo, Ardante etc) e recursos semelhantes não é suficiente para exprimir adequadamente o condicionamento das regras fonológicas. É necessário estipular condições locais, válidas para pequenas seqüências fônicas, e que se vinculam à carga informacional de cada constituinte.*

## ABSTRACT

*The usual distinction between enunciation styles (Largo, Ardante etc), and other similar devices, is insufficient to adequately express the way phonological rules are conditioned. It is necessary to state local conditions, which are valid for short phonic chains, and which are bound to the informational load of each constituent.*

Desde o trabalho de Harris (1969) tem sido admitida a necessidade de levar em consideração a velocidade de pronúncia como fator condicionante na aplicação das regras fonológicas. Harris propôs quatro "estilos" de pronúncia, diferenciando-os pela rapidez e cuidado da enunciação, a saber:

Largo: *very slow, deliberate, overprecise;* [...]  
 Andante: *moderately slow, careful, but natural;* [...]  
 Allegretto: *moderately fast, casual, colloquial;* [...]  
 Presto: *very fast, completely unguarded.*  
 (Harris, 1969: 7)

Esses estilos condicionam a aplicação de certas regras, de modo que pode acontecer, por exemplo, que uma regra possa aplicar-se se o enunciado estiver em Presto, mas não se estiver em Andante.

Essa proposta é amplamente aceita em seus traços gerais em trabalhos recentes de fonologia, e é inegável que ela captura uma dimensão importante dos fenômenos fonológicos. Evidentemente, não é essencial aceitar a definição específica dos quatro pontos de Harris; o importante é reconhecer

*a necessidade de formalização da noção 'velocidade de pronúncia' e sua incorporação na descrição estrutural das regras fonológicas.*

(Gnerre, MS.)

No presente artigo pretendo examinar essa noção, propondo alguns refinamentos que me parecem necessários e que, pelo que sei, não foram considerados até o momento.

Argumentarei que a noção de *estilo*, tal como definida por Harris, e tal como utilizada em geral nos trabalhos fonológicos atuais, encerra uma inadequação: parte do pressuposto de que é possível definir de uma vez por todas a velocidade de pronúncia de um enunciado, sem consideração de fatores semânticos e funcionais. Assim, fala-se de pronúncia *mais* e *menos* cuidadosa, o que evoca uma escolha prévia mais ou menos consciente por parte do falante; ou então de conversa *ordinária*, em oposição a *formal*. De qualquer modo, a crença subjacente parece ser a de que para cada enunciado, ou mesmo para cada discurso, pode-se estabelecer um estilo fonologicamente relevante e invariável para toda a extensão do trecho considerado. Falo em crença *subjacente* porque não encontrei discussão direta desse problema: embora se fale com frequência do que acontece com determinada forma em Andante, Presto etc., não se discute o que foi que determinou o fato de aquela



palavra se ter realizado naquele estilo particular dentro de seu enunciado. Assim, creio que é lícito concluir que existe um pressuposto de que *uma forma está em um estilo E sempre que o enunciado que a contém está em E.* É essa a afirmação que desejo contestar aqui.

Não quero dizer que o fato de, por exemplo, uma conversa ser *formal, informal, apressada* etc. não tenha repercussões fonológicas. Mas o quadro não é assim tão simples: é necessário considerar, além do estilo geral em que se coloca o enunciado, fenômenos locais que condicionam o parâmetro *velocidade* (assim como outros parâmetros tais como *força* e *grau de tensão* da pronúncia); esses fenômenos locais se vinculam, conforme veremos, ao status funcional de cada constituinte.

Para ilustrar minha argumentação, utilizarei o caso particular de uma regra fonológica do português. Trata-se da regra de *haplologia*, proposta por Alkmim e Gomes (1982). Essa regra é responsável pela ocorrência de formas como limi(te) de palavra, lei(te) de coco, Faculda(de)de Letras, com supressão da sílaba aqui colocada entre parênteses: /limidipa'lavra/, /leydi'koku/, /fakuwdadi'letras/ etc. Alkmim e Gomes formalizam a regra da seguinte maneira:

$$(1) \quad \begin{matrix} \left\{ \begin{matrix} t \\ d \end{matrix} \right\} & \left\{ \begin{matrix} i \\ u \end{matrix} \right\} & \# & \# & \left\{ \begin{matrix} t \\ d \end{matrix} \right\} & (r) & \check{v} \\ 1 & 2 & & & 3 & 4 & 5 \Rightarrow \emptyset \emptyset 3 4 5 \\ & & & & & & \text{(onde 'v' = não acentuado)} \end{matrix}$$

A aplicação dessa regra é dependente da velocidade de pronúncia, não ocorrendo nos estilos mais cuidadosos e lentos. Entretanto, isso não é tudo — o condicionamento com base nos estilos deixa de exprimir grande parte do complexo de fatores que governam a aplicação da haplologia. Sem discutir a regra propriamente dita, que podemos tomar como adequada, vou examinar a seguir uma série de aparentes exceções e particularidades, procurando mostrar que são, na verdade, o resultado da interferência de fatores tais como os que apontei acima, e que em geral não são levados em conta em descrições fonológicas.

Parece, em primeiro lugar, que a naturalidade das formas reduzidas não é a mesma em todos os casos. Assim, Faculda(de) de Letras soa inteiramente natural mesmo numa enunciação bastante lenta; na verdade, acho que Faculdade de Letras, sem haplologia,

são se aceita em Largo ou coisa equivalente, isto é, ditando pelo telefone, ou corrigindo algo que foi mal entendido por outra pessoa etc. Já can(to) de passarinho, que deveria, a rigor, sofrer a haplogogia, é difícil de aceitar em contextos onde Faculda(de) de Letras é perfeitamente natural. Por exemplo, creio que se poderia, iniciando uma aula (quer dizer, em situação informal mas que exige um mínimo de cuidado na elocução):

- (2) A Faculda(de) de Letras está oferecendo oito opções de Lingüística este semestre.

Mas (3) seria, a meu ver, muito estranho no mesmo contexto:

- (3) ? Can(to) de passarinho é também um tipo de linguagem.

Não tenho uma explicação satisfatória para essa diferença de comportamento dos dois sintagmas frente à haplogogia. Suspeito que um dos fatores determinantes é o fato de que Faculdade de Letras apresenta um grau mais alto de lexificação do que canto de passarinho. Se essa observação for correta, teremos aqui já um parâmetro a levar em conta quando da formulação das condições de aplicação das regras fonológicas. Casos parecidos (em maior ou menor grau) são: tar(de) demais, den(tro) de casa e talvez ti(ro)de guerra, muito mais natural do que ti(ro) de fuzil.

Entretanto, há outro fenômeno interessante em relação a formas como can(to) de passarinho: a naturalidade da forma reduzida depende não só do estilo de enunciação, mas também do status funcional do sintagma na frase. Assim, temos o seguinte:

- (4) Adoro { canto de passarinho } ; agora, can(to) de passarinho o dia inteiro enche o saco.

Quero dizer que a segunda ocorrência do sintagma canto de passarinho em (4) pode ocorrer reduzida em estilos em que a primeira ocorrência só pode ocorrer em sua versão plena.

O que estará causando essa diferenciação? Acredito que a resposta precisa ser buscada, de certa forma, fora da fonologia. A diferença entre a primeira e a segunda ocorrência de canto de passarinho em (4) é que a primeira é *neva* e a segunda é *dada*. Ou seja, a primeira ocorrência introduz a noção de *canto de passarinho* na atenção (*consciousness*, ver Chafe, (1976)) do ouvinte, ao passo

que a segunda ocorrência não faz mais que se referir a uma noção presumivelmente já presente na atenção do ouvinte. Em suma, a segunda ocorrência tem menor carga informacional dentro do enunciado do que a primeira.

É fácil reunir exemplos semelhantes a (4):

(5) O { pente da Nãdia } tá em cima da cama. Eu já  
 { ? pen(te) da Nãdia }  
 disse que o pen(te) da Nãdia não pode ficar lá.

(6) Eu considero vocês uma { gente danada }  
 { ? gen(te) danada }. Mas eu gos-  
 to de gen(te) danada.

É verdade que não realizei um levantamento amplo dos casos, mas atrevo-me a acreditar que esses exemplos são bastante típicos. Vou formular, portanto, uma hipótese preliminar para explicá-los, a saber: a haplologia se aplica a um sintagma do tipo de canto de passarinho, em determinados estilos, apenas se o sintagma tiver no enunciado o status de *dado*, mas não se tiver o status de *novo*. (Esta hipótese, como notei acima, é preliminar, e terá de ser revista adiante; mas em sua forma presente ela captura a essência do fenômeno).

O que nos interessa nessa hipótese é que ela resume minha objeção à crença mencionada anteriormente, de que *uma forma está em um estilo E sempre que o enunciado que a contém está em E*. Se é que um estilo tem relevância fonológica, teremos de admitir que dentro de um enunciado emitido, digamos, em *Andante*, haverá porções cuja velocidade é, para efeitos fonológicos, *Allegretto* ou *Presto*. Em outras palavras, não se pode conceber os estilos de enunciação como definidores de um andamento mais ou menos uniforme para trechos longos de fala.

A objeção que fiz se baseia em que a causa imediata da redução de sintagmas como canto de passarinho em (4) é a configuração entonacional característica de elementos dados, isto é, mais rápida e menos forte do que o ambiente circunstante. O status funcional do sintagma provoca (entre outras coisas) uma alteração local do andamento que é análoga às alterações provocadas pela mudança de estilo de enunciação. Estamos portanto lidando com um fenômeno da mesma ordem que aquele que é usualmente capturado através da noção de *estilo*. A diferença é que, por um lado, o fenômeno é *localizado* dentro do enunciado e, por outro lado, ele

pode ser associado a um traço funcional (não-fonológico) do sintagma.

Sumariando nossos resultados até o momento: a regra de haplogia, formulada mais ou menos como na proposta de Alkmim e Gomes (1982), submete-se não apenas a condições formuláveis em termos dos estilos de enunciação introduzidos por Harris (1969), mas ainda a condições bastante semelhantes, mas localizadas em constituintes específicos do enunciado, constituintes esses caracterizáveis quanto a seu status funcional. A exemplificação aqui apresentada refere-se unicamente à dicotomia (ou, talvez, ao contínuo) *dado/novo*; mas é perfeitamente possível que outras oposições funcionais possam condicionar a aplicação dessa e de outras regras fonológicas. Dessas considerações resulta que o fenômeno da influência de fatores tais como velocidade e tensão da articulação sobre a aplicação das regras fonológicas apresenta um quadro bem mais complexo do que sugere a lista de estilos de Harris.

Quando afirmo que o status funcional de um constituinte condiciona a aplicação de regras fonológicas, estou consciente de que isso se dá através da mediação de fatores entonacionais. Ao status *dado*, por exemplo, corresponde uma configuração entonacional característica (rápido, baixo, pouco tenso) que é o que governa, imediatamente, a aplicação da regra. No entanto, insisto em que se deve falar nos status funcionais porque, primeiro, há uma relação bastante direta entre eles e suas configurações entonacionais típicas;<sup>2</sup> e, segundo, porque assim fica aberto um caminho para explicar funcionalmente o fenômeno da alteração local do andamento. Embora não tenha no momento mais que indicações vagas quanto a isso, tentarei explicar o que quero dizer.

Sabemos que uma característica dos elementos dados é a sua carga informacional relativamente reduzida; com efeito, um elemento *dado* é com frequência de valor quase anafórico, podendo às vezes ser livremente intercambiado com pronomes, como por exemplo em:

(7) Fui buscar a cerveja no porta-malas; { a cerveja } tava  
  ela } quente.

(Na segunda oração a cerveja ou ela precisam ser pronunciadas rapidamente e mais baixo do que o ambiente circunstante).

Podemos aventar a hipótese de que é essa carga informacional reduzida o fator responsável pela possibilidade de redução dos

sintagmas passíveis de haplologia quando estes são dados. Essa teoria faz sentido em termos das necessidades da comunicação, embora não possa ser levada muito a sério enquanto não se apresentar mais evidência empírica que a corrobore. De qualquer modo, pode não ser mera coincidência o fato de que, no caso da haplologia, elementos de baixo valor informativo constituam ambiente favorável à redução fonológica. A redução fonológica é uma das características dos elementos anafóricos em geral, e parece-me possível que se possa encontrar uma relação entre esse fato e os processos de redução que se verificam com constituintes dados. Vejo aqui um assunto interessante para pesquisa futura.

#### NOTAS

1. Comunicação apresentada ao VII Encontro Nacional de Linguística, PUC/RJ, 1982. Este artigo é muito programático, e deve ser tomado como um convite à reflexão e à pesquisa feito por um não-fonologista. Uma questão imediata é, evidentemente, em que medida as observações aqui feitas sobre a aplicação da haplologia são válidas para outras regras do português e de outras línguas. — Agradeço a Lúcia Fulgêncio por mais de uma discussão útil das idéias contidas neste trabalho.
2. Christina Lehman (1977) questiona a afirmação comum de que itens dados são normalmente não-acentuados, e apresenta vários casos de frases que contêm itens acentuados que ela classifica como dados. No entanto, creio que a argumentação de Lehman não é suficiente para negar que haja um processo sistemático (uma regra) de desacentuação dos elementos dados. Seus contra-exemplos se colocam, a meu ver, em dois grupos: (a) ou não são realmente dados, sendo antes índices de que o falante sente que falhou uma tentativa de introduzir um elemento na atenção do ouvinte, ou (b) são casos de repetição estilística (*Reforço* ou *Síntese*, na nomenclatura de Ramos (1982)). Lehman consegue apenas mostrar que a regra de desacentuação de elementos dados sofre restrições sistemáticas.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Mônica R. e GOMES, Christina (1982). Dois fenômenos de supressão em limite de palavra em português. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura. Belo Horizonte, Departamento de Linguística e Teoria da Literatura, FALÉ/UFMG, (7):43-51.
- CHAFE, Wallace (1976). Givenness, contrastiveness, definiteness, subject, topic and point of view. In: LI, Ch. (ed.). Subject and Topic. New York, Academic Press.
- GNERRE, M. Bernadete A. (MS). O status teórico dos 'tempos' (velocidade) de pronúncia na fonologia gerativa natural.
- HARRIS, James (1969). Spanish Phonology. Cambridge, Mass., MIT Press.
- LEHMAN, Christina (1977). A re-analysis of givenness: stress in discourse. Papers from the Thirteenth Regional Meeting. Chicago Linguistic Society.
- RAMOS, Jânia M. (1982). Hipóteses para uma Taxonomia das Repetições no Estilo Falado. Dissertação de mestrado, UFMG.

## TONS NIVELADOS E TONS DE CONTORNO<sup>1</sup>

César Augusto da Conceição Reis

### RESUMO

A descrição fonética perceptiva da sílaba tônica proeminente e da âtona final do grupo tonal simples, segundo Crystal (1969), com base na fala coloquial espontânea do português falado em Belo Horizonte, revela dois tipos de tons: (a) tons nivelados e (b) tons de contorno. Para os tons nivelados, são propostos sete níveis de altura melódica, e quatorze tons de contorno diferentes são identificados. Depois de mostrar a relevância da âtona final na entoação do português, conclui-se com alguns comentários sobre entoação e significado.

### RÉSUMÉ

Il s'agit d'une description phonétique, du point de vue de la perception, de la syllabe accentuée et des syllabes atones terminales de l'unité intonacionnelle, selon Crystal (1969). Les données de cette étude appartiennent à la variété colloquiale spontanée parlée à Belo Horizonte. La description de la syllabe accentuée a révélé deux sortes de tons: (a) tons ponctuels et (b) tons mélodiques. Nous considérons sept niveaux de hauteur, qui sont plus facilement décelés dans les tons ponctuels, et un échantillon de quatorze tons mélodiques. Quant aux atones terminales, nous avons essayé de montrer qu'elles jouent un rôle dans l'intonation du portugais. Pour terminer, nous faisons quelques commentaires d'ordre sémantique.

### 1. O que é Entoação?

A entoação é um fenômeno da fala do qual o falante tem clara intuição: "pela maneira como falou...", "pelo seu tom de voz", "do jeito que você falou, eu tinha entendido que...", e até mesmo "pela entoação da sua voz..." são algumas das expressões comumente usadas e que manifestam esse conhecimento intuitivo.

As observações de Chomsky (1975), segundo as quais, em decorrência de fatos entoacionais, haveria indícios de interpretação semântica ao nível da estrutura superficial, deu surgimento a um maior interesse com relação à entoação por parte dos sintaticistas. Estes, contudo, referem-se muito vagamente à entoação, como atestam expressões do tipo *entoação neutra*, *entoação normal*, *entoação específica*, *curva entoacional*, etc...

O que é entoação? O que se verifica sobre o assunto é que a resposta a essa pergunta não é exatamente a mesma em todos os autores. Para dar uma idéia da diversidade de pontos de vista sobre o fenômeno, basta registrar dois conceitos de entoação: o primeiro, mais restrito, considera unicamente as variações de altura melódica da frase, ou variação da frequência fundamental. Esse conceito estreito de entoação predomina nas pesquisas efetuadas na área da Fonética Instrumental, onde os analisadores de melodia são aparelhos que fornecem, com precisão, a linha melódica de um enunciado; o segundo conceito de entoação, mais amplo, é desenvolvido por Crystal (1969). Dentro de uma abordagem paramétrica do fenômeno, a entoação não compreende apenas os contornos e níveis de altura melódica, mas é estendida a outros sistemas prosódicos diferentes, como força, cadência e velocidade de fala, resultando, assim, em um complexo de traços de diferentes sistemas prosódicos.

Paralelamente a essa variedade de conceitos, o estudo da entoação encerra um certo número de questões polêmicas, como as relações entre entoação e sintaxe, o número de níveis de altura melódica necessários à descrição entoacional, que pode, ainda, ser feita através de níveis ou de contornos.

Diante da importância da entoação na gramática de um língua natural e no processo de comunicação lingüística, a entoação do português carece, sobretudo, de uma descrição fonética rigorosa e ampla.

O estudo que se segue consiste numa descrição fonética perceptiva, isto é, realizada sem o auxílio de aparelhos, dos tons básicos do português brasileiro, na sua modalidade da fala colo-



qual espontânea de Belo Horizonte. A partir do grupo tonal simples, isto é, aquele constituído de uma única sílaba tônica proeminente, foram examinadas a *sílaba tônica proeminente* e a *áttona final*. O significado atribuído aos tons nada mais é do que um critério para a identificação dos tons relevantes.

## 2. O Estudo da Tônica Proeminente

### 2.1. Tons nivelados e tons de contorno

A tônica proeminente é a parte da unidade entoacional foneticamente mais saliente e funcionalmente mais relevante no estudo entoacional. Há dois tipos de tons que caracterizam a tônica proeminente:

- a. Tom nivelado: não ocorre mudança perceptível de nível melódico do tom.
- b. Tom de contorno: ocorre mudança perceptível do nível melódico do tom.

O tom nivelado caracteriza-se pelo seu nível de altura melódica; enquanto que o tom de contorno caracteriza-se, além do nível de altura melódica, pelo tipo de contorno. Há duas espécies de tons de contorno: o tom de contorno simples e o tom de contorno complexo. No tom de contorno simples a mudança de altura melódica segue uma única direção, podendo ser descendente ou ascendente. No tom de contorno complexo, há uma mudança na direção da linha melódica, que pode ser ascendente-descendente ou descendente-ascendente; nivelado-descendente ou nivelado-ascendente. O tom de contorno pode, ainda, ser longo ou estreito.

### 2.2. A tônica proeminente nivelada

O estudo das *atitudes do falante* determinadas pela entoação, na fala coloquial espontânea, exige o estabelecimento de, pelo menos, 7 níveis de altura melódica. Esses 7 níveis se baseiam nos seguintes fatos:

- a. são alturas melódicas que o falante nativo discrimina nitidamente na fala;
- b. a mudança de nível resulta em mudança de significado;
- c. são todas atestáveis na fala do falante nativo em situação de fala espontânea.

Os níveis de altura melódica são relativos, isto é, são definidos a partir de uma escala de alturas, estabelecida dentro dos limites de uma determinada voz. O que importa é o número de altu-

ras consideradas relevantes para o estudo da entoação, e o lugar que cada uma ocupa dentro de uma escala que vai do mais agudo ao mais grave.

Esses níveis de altura admitem, além disso, um certo número de variações fonéticas acidentais que não redundam em mudança de significado, mantendo-se a relação entre um determinado nível e o nível seguinte mais agudo ou mais grave.

Apresentamos, a seguir, uma caracterização fonética dos 7 níveis tonais, com base nos tons nivelados da tônica proeminente.

Podemos representá-los da seguinte forma:

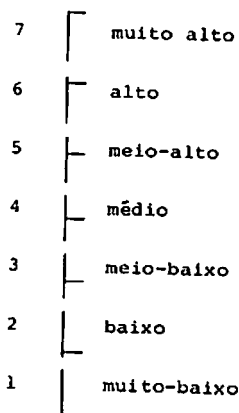


Fig. 1 - Os sete níveis tonais

Cada nível de altura tem o seu número correspondente, sendo 1 o mais baixo e 7 o mais alto. Segue-se a caracterização fonética de cada um desses níveis, a partir dos tons nivelados das sílabas proeminentes.

*Tom 7:* este tom corresponde à altura mais aguda utilizada pelo falante nativo do português numa conversa normal. Aparece mais comumente na primeira sílaba átona do grupo tonal e, também, na sílaba tônica proeminente.

(1) Você esteve com o prisioneiro?

7    2  
Eu não

O falante mostra, assim, emitindo o início do grupo tonal em tom 7, que 'tal idéia nem lhe passou pela cabeça'. Trata-se, pois, de uma negativa veemente, trazendo implícita a idéia de 'desinteresse' pelo fato. Já a resposta seguinte:

6 2

(2) Eu não

modifica o significado da frase, que passa a expressar ou uma 'surpresa' ou uma indicação de que 'o interlocutor está equivocado', em consequência do uso do tom 6.

Já nesta terceira resposta possível:

1 2

(3) Eu não

a negativa veemente inclui uma idéia nova: 'o falante se exime de culpa ou responsabilidade', com o uso do tom 1.

No enunciado abaixo, o tom 7 aparece na sílaba tônica proeminente, sendo o componente pretônico nivelado em nível 3.

7

(4) Ele chegou agora

O tom 7 na sílaba tônica proeminente mostra a 'perplexidade' do locutor diante da informação de que uma determinada pessoa acaba de chegar. Trata-se de um fato inesperado.

O tom 7 se realiza normalmente no falsete, sendo sua realização fraca, no que se refere à *força* (intensidade).

*Tom 6*: este tom corresponde a uma altura aguda e inclui o parâmetro *força*. É o tom que aparece nas tônicas salientes de frases que denotam 'surpresa', 'espanto':

6

(5) A Maria passou

Aparece, também, na tônica proeminente, iniciando um grupo tonal:

6

(6) Quem abriu a porta.

7

(7) Quem abriu a porta.

Neste caso, o tom 6, na primeira sílaba do grupo tonal, mostra que o locutor está 'irritado' com o ocorrido. Já o tom 7 indica que o falante está 'intrigado' pelo fato de a porta estar aberta.

Tom 5: O tom meio-alto corresponde à altura da sílaba tônica proeminente de uma frase interrogativa que denote 'interesse', servindo, também, para pedir confirmação de uma informação:

5

(8) A Maria passou

Tom 4: o tom médio corresponde à altura da sílaba tônica proeminente mais comum no final do grupo tonal de meio de frase. Aparece, também, na sílaba tônica proeminente da frase interrogativa:

4

(9) A Maria passou

4

(10) Quando ele chegou, eu estava saindo.

O tom 4 no enunciado A Maria passou indica um 'pedido de informação' ou uma 'pergunta polida', distinguindo-se, pois, do mesmo enunciado com o tom 5. No final dos grupos tonais interiores de frase, o tom 4 indica 'continuação'.

Tom 3: o tom meio-baixo é usado comumente para 'pedido de confirmação'. Consiste numa pequena diferença de altura do tom da frase declarativa normal, capaz, entretanto, de alterar-lhe o caráter puramente assertivo:

3

(11) A Maria passou

O tom 3, neste caso, pode indicar que 'aconteceu isso, entre outras coisas'. É usado também em grupos tonais de meio de frase, indicando, por exemplo, um momento importante da descrição de um acontecimento, onde acontece um surpresa geralmente desagradável:

## 3

(12) Quando abri a porta, estava tudo fora do lugar.

*Tom 2:* o tom baixo corresponde à altura da tônica proeminente do grupo tonal final de uma frase declarativa normal:

## 2

(13) Ele está atrasado

*Tom 1:* o tom muito-baixo corresponde à altura da sílaba tônica proeminente de uma frase declarativa, denotando comumente 'advertência' ou 'ausência de alternativa'. Inclui o parâmetro *força*, podendo realizar-se com voz tremulada (*creaky voice*).

## 1

(14) O dinheiro está aqui

(15) O que você vai fazer?

## 1

Jogar

Pode-se observar que vários desses tons - 7, 6 e 1 - estão intimamente relacionados com outros traços prosódicos: o tom 7 realiza-se no falsete, e o tom 6 e o 1 realizam-se com maior *força*.

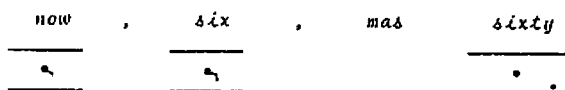
Esses tons, apesar de se apresentarem intimamente relacionados com outros fatos prosódicos, serão incluídos na descrição entoacional pelos seguintes motivos:

- a. os fatos entoacionais encontram-se mais sistematizados que os outros fatos prosódicos, que estão merecendo um estudo mais detalhado;
- b. esses tons são comuns na fala coloquial espontânea, e, como os demais tons, relacionam-se com as atitudes do falante.

### 2.3. A tônica proeminente de contorno

O tom de contorno da tônica proeminente, tal como a entendemos neste trabalho, não se confunde com o tom de contorno do sistema entoacional de Crystal, destinado à descrição do inglês. Crystal (1969:142) propõe a seguinte *abstração funcional* do tom de contorno [*kinetic tone*]:

Em qualquer unidade tonal a maioria das sílabas são produzidas com um tom nivelado (tons estáticos), com exceção de um pequeno número que são produzidas com um perceptível movimento de uma altura a outra - um glide melódico (por exemplo, quando o centro silábico é uma vogal relativamente longa ou um som consonantal silábico (vowel-like sound) ou um salto melódico até diferentes níveis na sílaba seguinte (nos casos em que a sílaba contém uma vogal breve e há outras sílabas na palavra), a última sendo, interpretada funcionalmente como idêntica ao glide. Por exemplo:



A análise dos dados mostrou-nos que, no estudo da fala coloquial espontânea do português, não se pode adotar esse princípio, já que os grupos tonais com tom de contorno na sílaba proeminente distinguem-se significativamente dos grupos tonais com sílaba proeminente e átona final niveladas, como podemos verificar nos enunciados abaixo:

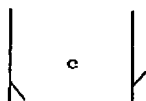
- 3 2
- (16) Tã cáro
- 3 2
- (17) Tã cáro

(16) indica uma afirmativa, categórica, enquanto (17) exprime a opinião do locutor.

Podemos, pois, concluir que o tom de contorno adotado aqui não é o resultado de uma abstração funcional. Trata-se de um tom foneticamente definido, numa descrição perceptiva, e cujos limites estão compreendidos dentro de uma única sílaba.

### 2.3.1. Tom descendente estreito (DE) e Tom ascendente estreito (AE)

O tom descendente estreito caracteriza-se pela mudança suave de altura na sílaba em direção a uma altura mais baixa. A distância entre o início e o fim do contorno é menor que para o tom descendente largo. O tom ascendente estreito opõe-se simetricamente ao tom DE.



Considerem-se os enunciados abaixo:

(18) Joga  $\bar{f}ora$ (19) Joga  $f\grave{o}ra$ (20) Joga  $f\acute{o}ra$ 

O corpo melódico - joga - situa-se no nível 3 e a sílaba proeminente inicia-se no nível 2, para os tons de contorno, situando-se no nível 2 para o tom nivelado. As três frases têm significados diferentes, em consequência das diferenças melódicas. Em (18), trata-se de uma 'permissão' ou 'ordem'. (19) e (20) são sugestões modalizadas: a primeira significa 'é o que você deve fazer', e a segunda 'é a única coisa que você pode fazer'.

### 2.3.2. Tom descendente largo (DL) e Tom ascendente largo (AL)



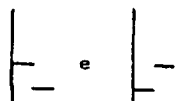
O tom descendente largo caracteriza-se pela mudança suave de altura na sílaba em direção a uma altura mais baixa. O intervalo entre as alturas extremas é bem maior do que no DE. O tom ascendente largo é simetricamente o oposto do tom DL.

Nos enunciados abaixo:

(21) Ele está aqui  $\diagdown$ (22) Ele está aqui  $\diagup$ 

o primeiro, com tom DL, significa que a informação está sendo repetida ou que há impaciência ou por parte do locutor ou do interlocutor; no segundo, com tom AL, o locutor está espantado diante de algo estranho, anormal ou então o locutor está deslumbrado diante de um acontecimento extraordinário.

### 2.3.3. Tom descendente por salto (DS) e Tom ascendente por salto (AS)



O tom descendente por salto (DS) caracteriza-se pela forma descendente brusca com início mais forte. É uma espécie de *ditongo tonal*, porque o início e o fi-

nal são mais audíveis. É mais breve que o tom DL. O tom ascendente por salto é simetricamente o oposto do tom DS.

No enunciado (23),

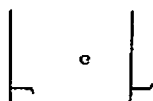
(23) ele vai casar<sup>—</sup>

exprime o 'espanto', enquanto que em (24) abaixo:

(24) ele vai casar<sup>—</sup>

exprime 'incredulidade'.

2.3.4. Tom nivelado descendente breve (NDB) e Tom nivelado ascendente breve (NAB)



O tom nivelado descendente breve (NDB) caracteriza-se por uma parte inicial nivelada, com uma duração menor do que a parte nivelada do tom nivelado descendente longo, e por uma parte descendente final estreita. O tom NAB opõe-se simetricamente ao tom NDB.

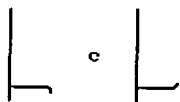
A pergunta: O café está quente? admite estas respostas:

(25) ta<sup>~</sup>

(26) ta<sup>~</sup>

O primeiro significa: 'você pensa que não, mas está', e o segundo: 'você não está sabendo, mas está quente'.

2.3.5. Tom nivelado descendente longo (NDL) e Tom nivelado ascendente longo (NAL)



O tom nivelado-descendente longo caracteriza-se por uma parte inicial nivelada mais longa que a parte nivelada do tom NDB. A parte final é descendente estreita. O tom NAL opõe-se simetricamente ao tom NDL.



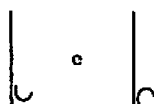
Numa situação em que a mãe pede ao filho para fazer uma compra, na volta do filho, ela pode reagir de duas formas diferentes:

(27)  $\overline{J\bar{a}}$

(28)  $\overline{J\bar{a}}$

o primeiro enunciado significa 'que rapidez' + 'surpresa', e o segundo: 'não posso acreditar que já esteja de volta'.

### 2.3.6. Tom descendente ascendente estreito (DAE) e Tom ascendente descendente estreito (ADE)



O tom descendente ascendente estreito (DAE) caracteriza-se por um movimento melódico descendente, seguido por um movimento melódico ascendente estreito. A distância entre o início do movimento melódico e a mudança desse movimento melódico é menor que para o tom descendente ascendente largo. O tom ADE é simetricamente oposto ao tom DAE.

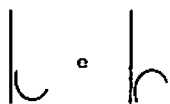
Comparando-se o tom DAE, em (29), e o tom ADE, em (30) abaixo:

(29) você contou<sup>∩</sup>

(30) você contou<sup>∪</sup>

observa-se que (29) significa: 'nunca pensei que você fosse capaz disso', e (30), 'não posso acreditar nisso'.

### 2.3.7. Tom descendente ascendente largo (DAL) e Tom ascendente descendente largo (ADL)



O tom descendente ascendente largo (DAL) caracteriza-se pelo movimento melódico descendente, seguido de movimento melódico ascendente curto. Do seu início à mudança de direção a distância é mais larga que no tom DAE. O tom ADL opõe-se simetricamente ao tom DAL.

Nos enunciados abaixo:

(31) Ele está aqui

(32) Ele está aqui

O primeiro significa 'espanto diante do inacreditável', e o segundo: 'espanto' e 'incredulidade'.

Esta lista de tons de contorno que acabamos de apresentar não pretende ser, obviamente, exaustiva. Representa um conjunto de tons de contorno examinados com base na sua atestabilidade e na sua frequência presumível. Trata-se de uma descrição fonética perceptiva preliminar que abre perspectivas para uma taxionomia dos tons de contorno da fala coloquial espontânea brasileira e para um estudo mais amplo da caracterização fonética do grupo tonal. Ver em anexo um quadro-resumo dos tons acima descritos.

### 3. A Átona Final

Denominamos de *átona final* a parte do grupo tonal que se segue à tônica proeminente e que é normalmente constituída de sílabas átonas, podendo, entretanto, abranger sílabas tônicas não salientes.

(33) Acertaram as contas comigo

(34) Traga isso rápido

Em (33) a *átona final* é constituída de uma sílaba e em (34) de duas sílabas.

A *átona final* pode, entretanto, incluir sílabas tônicas, como nos enunciados abaixo:

(35) Quem votou nele?

(36) Pega umas laranjas pra mim.

O que se verifica na literatura sobre o assunto é que a *átona final* não se atribui nenhuma função distintiva. Halliday (1967: 15) afirma que:

*Sintagmaticamente, há somente dois lugares no grupo tonal onde contrastes tonais podem ser feitos: um, obrigatório (o componente tônico) e outro opcional (o componente pre-tônico); os contrastes tonais primários são realizados*

pelo componente tônico, e, conjuntos distintos de contrastes secundários, por ambos os componentes, tônico e pretônico. Nenhum outro contraste pode ser feito depois da sílaba tônica; tudo o que se segue faz parte do componente tônico e tem seu movimento melódico determinado pela tônica.

Crystal (1969:223), embora considere que as átonas finais podem, ocasionalmente, apresentar variações linguisticamente significativas, reconhece que, em inglês, são normalmente irrelevantes:

*As átonas finais em inglês são normalmente não-distintivas e seu contorno melódico é determinado automaticamente pela direção do tom nuclear.*

O que podemos verificar é que, no português, o nível melódico da átona final é, em muitos casos, independente da tônica proeminente, determinando contrastes significativos. Vejamos os enunciados abaixo:

(37) O pedestre viu o carro mas não pôde evitar o acidente

(38) O chofer abriu a porta e os passageiros saíram

Vamos estudar algumas possibilidades contrastivas das átonas finais dos grupos tonais interiores acima (sílabas em itálico). Os enunciados abaixo distinguem-se pela diferença de altura de suas sílabas átonas finais:

(39) O pedestre viu o carro<sup>5</sup> mas não pôde evitar o acidente

(40) O chofer abriu a porta<sup>5</sup> e os passageiros saíram

(41) O pedestre viu o carro<sup>4</sup> mas não pôde evitar o acidente

Frases como (39) e (41) são muito comuns nos noticiários da televisão e do rádio, relacionadas, contudo, a situações diferentes. A utilização do tom nivelado 4 é comum na notícia lida pelo apresentador do jornal, enquanto que o tom nivelado 5, na átona final, aparece, sobretudo, na entrevista. O tom 5, nesse caso, refere-se a duas situações possíveis: ou trata-se da explicação de um acontecimento pelo entrevistado, ou de descrição exata ou reconstituição desse acontecimento, no seu momento mais importante.

Consideremos os enunciados abaixo:

(42) Você é brasileiro<sup>2</sup><sub>1</sub>ã<sup>2</sup>

(43) Você é brasileiro<sup>5</sup><sub>1</sub>ã<sup>2</sup>

(44) Você é brasileiro<sup>2</sup><sub>1</sub>ã<sup>5</sup>

(45) Você é brasileiro<sup>5</sup><sub>1</sub>ã<sup>5</sup>

Em (42) a sílaba proeminente e a sílaba átona final encontram-se no mesmo nível. Trata-se de uma afirmação; em (43), a sílaba proeminente encontra-se no nível 5 e a átona final no nível 2: pergunta-se se, por acaso, o interlocutor é brasileiro. Em (44), o esquema melódico está invertido: a sílaba proeminente está no nível 2 e a átona final no nível 5. O locutor mostra sua surpresa e uma certa dificuldade em assimilar a informação. (44) pode ser assim parafraseado: 'não parece, não coincide com a informação que eu tinha ou com o que eu tinha imaginado'. (45): tanto a sílaba proeminente como a átona final encontram-se no nível 5. O locutor mostra sua grande surpresa com a informação, podendo ser assim parafraseado: 'interessante', 'eu pensava que você fosse japonês'.

Os dados acima demonstram que a *átona final* é relevante no português. A descrição dos dados abaixo mostram, ainda, que a *átona final* admite as mesmas variações de nível da *tônica proeminente*.

(46) Não foi isso o que eu disse<sup>1</sup><sub>2</sub>e.

a. 'contestando'

b. 'protestando' (você está enganado)

(47) Não foi isso o que eu disse<sup>2</sup><sub>2</sub>e

a. 'você está desvirtuando o que eu disse'

(48) Não foi isso o que eu disse<sup>3</sup><sub>2</sub>e

a. 'eu me equivoquei' (pergunta)

b. 'confirmou-se o que eu dissera'

(49) Não foi isso o que eu disse<sup>4</sup><sub>2</sub>e

a. 'pedido de confirmação'

(50) Não foi isso o que eu disse<sup>5</sup><sub>2</sub>e

a. 'surpresa'

(51) Não foi isso o que eu disse<sup>6</sup><sub>2</sub>e

a. 'irritação'

(52) Não foi isso o que eu disse<sup>7</sup><sub>2</sub>e

a. 'espanto'

#### 4. Algumas Considerações sobre os Significados dos Tons

Algumas observações, exploratórias, podem ser feitas, com o objetivo de apontar rumos de pesquisas dentro do campo da entoação.

A maioria dos estudiosos da entoação reduzem os diferentes contornos finais em dois grandes grupos: o contorno descendente e o contorno ascendente, atribuindo-lhes significados gerais.

Para uns, mais clássicos, o contorno descendente indica que a frase é declarativa, e o contorno ascendente caracteriza a frase interrogativa. Para outros, o contorno descendente representa uma noção geral de algo certo, enquanto que o contorno ascendente significa algo incerto.

Nossos dados, como ilustram os exemplos abaixo - Falou, resposta à pergunta: Ele falou isso?

<u>Entoação</u>	<u>Significados possíveis</u>	
(53) Falou <sup>1</sup>	'garantia'	garantia
(54) Falou <sup>2</sup>	'asserção'	↑
(55) Falou <sup>3</sup>	'acho que sim'	
(56) Falou <sup>4</sup>	'pode acreditar nele'	
(57) Falou <sup>5</sup>	'pode acreditar em mim'	
(58) Falou <sup>6</sup>	'insistência'	↓
(59) Falou <sup>7</sup>	'você não está acreditando, mas é verdade'.	persuasão

mostram que não se trata, na verdade, de uma questão de forma de contorno - descendente ou ascendente - mas de uma questão de nível de altura da sílaba tônica proeminente, ou até mesmo de toda a linha melódica do grupo tonal. É o nível de altura que estabelece classificações dentro das categorias do 'certo' e do 'incerto', seja o tom nivelado ou de contorno.

Nos exemplos acima, observa-se que nos níveis que vão de 3 a 1 há uma progressão no sentido de uma maior 'certeza', enquanto que do tom 4 ao tom 7 a progressão se orienta rumo à 'incerteza'. O que os dados revelam, também, é que, levando-se em consideração os participantes da situação de comunicação (o locutor e o interlocutor) a 'certeza' dos níveis 3-1 se relaciona com o locutor, enquanto que a 'incerteza' dos níveis 4-7 se relaciona com o interlocutor.

Os dois princípios gerais citados anteriormente sobre o significado da entoação podem ser substituídos pelo seguinte princípio:

Os tons 3-1 manifestam predominantemente atitudes do falante com relação ao enunciado, enquanto que os tons 4-7 manifestam atitudes do falante com relação ao ouvinte.

Esta mesma questão pode ser posta diferentemente: os níveis devem ser considerados, de um ponto de vista semântico, na sua gradação, como se viu acima, ou, dentro de um conceito de neutralidade, os níveis 2, 3, 4 e 5 deveriam ser considerados separadamente dos tons 1, 6 e 7? Além dessa, outras questões semânticas merecem ser estudadas, explorando a relação entre entoação e estrutura sintática, entoação e significado lexical, entoação e extensão do grupo tonal e significado e complexidade fonética dos tons.

Apenas para concluir esta rápida incursão sobre entoação e significado é bom registrar que, a nosso ver, a noção de *ênfase* deveria ser evitada nos estudos sobre a entoação. Esse termo, tomado à Retórica, tem sido utilizado freqüentemente para se encobrir o desinteresse ou incapacidade em descrever novos fatos na área da entoação.

## 5. CONCLUSÃO

Esta descrição fonética perceptiva limitou-se, neste trabalho, à *sílaba tônica proeminente* e à *átônica final* do grupo tonal simples. Foi feita a distinção entre dois tipos de tons da *sílaba tônica proeminente*: tons nivelados e tons de contorno. A análise entoacional apresentada não pretendeu, evidentemente, ser exaustiva. Trata-se de uma contribuição modesta para o desenvolvimento dos estudos entoacionais da fala coloquial brasileira.

Como neste trabalho examinamos apenas o *contorno final* do grupo tonal, as futuras pesquisas poderão se dedicar também à descrição das outras partes do grupo tonal: a *átônica inicial* e o *corpo melódico*.

## NOTA

1. Este artigo é parte da dissertação de Mestrado, intitulada Aspectos Entoacionais do Português de Belo Horizonte, defendida na FALE/UFMG, em 1984, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Cagliari.

## REFERÊNCIAS

- CHOMSKY, Noam (1975). Structure profonde, structure de surface et interprétation sémantique. In: \_\_\_\_\_. Questions de sémantique. Seuil, Paris, p. 9-72.
- CRYSTAL, David(1969). Prosodic Systems and Intonation in English. Cambridge, Cambridge University Press.
- HALLIDAY, M.A.K. (1967). Intonation and Grammar in British English. In: Janua Linguarum, Series Practica 48. Mouton, The Hague.

A N E X O

TONS DE CONTORNO E SUAS RESPECTIVAS DESCRIÇÕES FONÉTICAS PERCEPTIVAS

Denominação	Representação Gráfica	Descrição Fonética Perceptiva
DESCENDENTE-ESTREITO (DE)		mudança suave de altura, na sílaba, em direção a uma altura mais baixa. A distância entre o início e o fim do contorno é pequena.
DESCENDENTE-LARGO (DL)		mudança suave de altura, na sílaba, em direção a uma altura mais baixa. A distância entre o início e o fim do contorno é maior de que no DE.
ASCENDENTE-ESTREITO (AE)		é o inverso do tom DE, caracterizando-se por um contorno ascendente, sendo a distância entre o início e seu final menor que no tom ascendente largo.
ASCENDENTE-LARGO (AL)		é o inverso do tom DL, caracterizando-se por um contorno ascendente, cuja distância entre o início e o fim é maior que no tom AE.
ASCENDENTE POR SALTO (AS)		caracteriza-se por um contorno ascendente, cujo início é mais forte. É uma espécie de 'ditongo tonal', porque o início e o final são mais audíveis. É um tom de duração breve, se comparado ao tom AL.
DESCENDENTE POR SALTO (DS)		é o inverso do tom AS, caracterizando-se pela forma descendente com início mais forte. Tem duração breve se comparado ao DL.



NIVELADO-DESCENDENTE  
BREVE  
(NDB)

caracteriza-se por uma parte inicial nivelada menos longa que a parte nivelada do tom NDL e por uma parte descendente final estreita.

NIVELADO-ASCENDENTE  
BREVE  
(NAB)

é o inverso do tom NDB, caracteriza-se por um início nivelado breve, sendo o final ascendente estreito.

NIVELADO-DESCENDENTE  
LONGO  
(NDL)

caracteriza-se por uma parte nivelada inicial mais longa que o tom NDB, sendo a parte final descendente estreita.

NIVELADO-ASCENDENTE  
LONGO  
(NAL)

é o inverso do tom NDL, caracteriza-se por um início nivelado longo e uma parte final ascendente estreita.

DESCENDENTE-ASCENDENTE  
ESTREITO  
(DAE)

caracteriza-se por um movimento melódico descendente, seguido por um movimento melódico ascendente. A distância entre o início do movimento melódico e a mudança desse movimento melódico é menor que para o tom DAL.

ASCENDENTE-DESCENDENTE  
ESTREITO  
(ADE)

é o inverso do tom DAE, caracterizando-se por um movimento melódico ascendente, no início, seguido de um movimento melódico descendente. A distância entre o início do contorno e a mudança de direção é estreita. A parte final, descendente, é mais estreita que a parte inicial ascendente.

ASCENDENTE-DESCENDENTE  
LARGO  
(ADL)

caracteriza-se por um contorno ascendente, seguido de um contorno descendente. É mais largo que o tom ADE.

DESCENDENTE-ASCENDENTE  
LARGO  
(DAL)

caracteriza-se pelo movimento descendente, seguido de movimento melódico ascendente. Do seu início à mudança de direção e daí ao final, a distância é larga.

# MORFOLOGIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE O CONCEITO DE MORFEMA E OS MODELOS ESTRUTURAIS DE ANÁLISE MORFÓLOGIA

Marco Antônio de Oliveira

## RESUMO

Este texto procura apresentar uma orientação ao estudo do desenvolvimento da morfologia estrutural americana, desde Bloomfield (1926) até Koutsoudas (1963), focalizando principalmente a evolução do conceito de morfema. São abordados aqui os principais modelos de análise morfológica (i.e., Item e Arranjo, Item e Processo e o Método do Traço Comum), e são discutidas as suas diferenças no que se refere à segmentação, ao agrupamento e à alternância morfofonêmica.

## ABSTRACT

This text is an orientation to the study of the development of American Structural Morphology, ranging from Bloomfield (1926) to Koutsoudas (1963). One of the main points of this text has to do with the notion of morpheme and the ways in which it has changed through time. Also, I present here the main models for morphological analysis (i.e., Item and Arrangement, Item and Process and the Common Feature Method) and I discuss their differences in terms of segmentation, grouping and morphophonemic alternation.

## 1. Introdução

Não vou apresentar, neste trabalho, uma análise de um problema morfológico específico. Minha preocupação será apenas a de apresentar uma orientação ao estudo do desenvolvimento da morfologia estrutural americana, desde Bloomfield (1926,1957)<sup>1</sup> até Koutsoudas (1963), focalizando principalmente a evolução do conceito de morfema. Assim sendo, este texto não deve ser entendido como uma espécie de resumo dos trabalhos aos quais ele se refere, e, portanto, não dispensa aos interessados em morfologia a leitura cuidadosa dos mesmos. Ao contrário, este texto pressupõe tais leituras. Além disso, estou supondo aqui que o leitor esteja familiarizado com a terminologia da lingüística estrutural. Portanto, não vou definir no texto conceitos básicos como *morfê*, *item* e *arranjo*, *item* e *processo*, *morfôfona* e outros.

Mesmo tentando cobrir algumas décadas de estudos em morfologia, este trabalho apresenta algumas lacunas. Não tratarei aqui, por exemplo, da Tagmêmica de Pike e da Gramática Estratificada de Sidney Lamb. Isto porque cada uma destas correntes merece um estudo independente, dada sua complexidade.

O motivo principal que me levou a escrever este texto é a falta de cursos de Morfologia em nossos programas de Pós-Graduação em Lingüística. Nos modismos importados e consumidos pela lingüística brasileira não há um nível no qual a morfologia possa ser estudada por seus próprios méritos, ou onde haja uma preocupação, por menor que seja, em se entender o que é um morfema. Isto não quer dizer que os problemas tratados anteriormente no nível morfológico não existam mais. Eles continuam existindo, mas são diluídos em outros níveis (léxico, fonologia ou sintaxe, conforme a teoria em questão). Mas o leitor atento certamente não deixará de notar que as escolas gerativistas acabaram por refazer, no que se refere à prática de análise, todo o percurso feito anteriormente pelos estruturalistas, indo de um modelo de Item e Processo, levado aos seus extremos pela Fonologia Gerativa Standard, até o modelo de Item e Arranjo, com o advento da Fonologia Gerativa Natural.

## 2. Algumas noções fundamentais

Para facilitar a exposição do texto é necessário definir as noções de *segmentação*, *agrupamento* e *alternância morfôfona*.

*Segmentação* se refere à decomposição de formas em partes que contenham um significado. Conforme escreve Lounsbury (1953,1957:379):

*The basic technique in segmenting forms is that of varying some part of the total meaning of a form while holding the remainder constant, and noting the correlated variable segments of the resulting forms as opposed to the constant portions of those forms.*

Agrupamento se refere à identificação de partes semanticamente equivalentes.

Alternância Morfofonêmica se refere às diferentes configurações fonêmicas de um mesmo elemento morfológico.

Será em torno destas três noções que desenvolverei o trabalho .

### 3. A primeira vertente

Bloomfield (1926, 1957:27) define uma forma como sendo

*...a recurrent vocal feature which has meaning.*

As formas mínimas são chamadas de morfemas e o morfema é definido como sendo

*...a recurrent (meaningful) form which cannot in turn be analyzed into smaller recurrent (meaningful) forms.*

Aqui o morfema é, pois, uma forma que tem um significado (embora não seja definido pelo significado). Bloomfield acrescenta, na mesma página (cf. Assumption 6), que

*Every form is made up wholly of phonemes.*

Consequentemente, os morfemas são constituídos de fonemas. Ou, como escreve Bloomfield, os morfemas

*...can thus be analyzed into a small number of meaningless phonemes. (p.28)*

Em Bloomfield (1926, 1957) a alternância é tratada através de um modelo de formas alternantes. Segundo Bloomfield

*In a construction a form may alternate with another form according to accompanying forms. (p. 29)*

Na classificação que Bloomfield oferece para as alternâncias encontramos as seguintes distinções:

1. *Fonética*: é a alternância de um fonema com outro fonema, *according to accompanying phonemes*.
2. *Formal*: uma alternância formal pode ser ou
  - 2.1. *Automática*: quando determinada pelos fonemas de formas acompanhantes, ou
  - 2.2. *Gramatical*: uma alternância gramatical pode ser ou
    - 2.2.1. *Regular*: como, por exemplo, *//-ez; -z; -s//<sup>2</sup>* para a maioria dos plurais do inglês, ou
    - 2.2.2. *Irregular*: como, por exemplo, *//-en//*, que marca o plural em um número reduzido de casos em inglês.

No caso das alternâncias formais gramaticais, as regulares são as que ocorrem mais freqüentemente, ficando as irregulares limitadas a um número pequeno de casos. Formas supletivas seriam casos extremos de irregularidade. Bloomfield introduz também aquilo que ele chama de *elemento zero* como uma alternante possível. Este zero, convém lembrar, representa a não ocorrência de algo (*absence of sound...*; cf. Assumption 13, p. 29), e não a ocorrência de algo na forma zero.

Em 1933, com seu livro Language, muitos pontos do modelo de 1926 foram modificados. O morfema passa a ser definido tanto pela distinção fonética quanto pela semântica. Conforme escreve Bloomfield:

*A linguistic form which bears no partial phonetic-semantic resemblance to any other form, is a simple form or morpheme.*  
(1933: 161)

Esta definição traz, em minha opinião, novas possibilidades. De acordo com o modelo de 1926 poderíamos dizer que [s], [z] e [ez], como sufixos de plural, são três morfemas: são três formas mínimas, contendo um significado. E não há nada que nos leve a agrupá-las. No entanto a abordagem de 1933 nos leva a agrupá-las: estas três formas apresentam semelhanças fonéticas e semânticas entre si. Portanto, elas devem ser agrupadas. E Bloomfield trata [-ez, -z, -s] como alternantes de uma forma presa que aparece como marca de plural da maioria dos substantivos em inglês, o que vem a ser uma grande mudança em relação ao modelo anterior.

A idéia de que um morfema se constitui de fonemas continua no modelo de 1933. Uma vez que os fonemas ocorrem uns após os outros, numa sequência linear, e uma vez que os morfemas são constituídos de fonemas, então os morfemas também ocorrem uns após os outros. Como veremos mais adiante, a partir da apreciação do tra-

balho de Zellig Harris, este é um ponto bastante problemático.

A alternância, por sua vez, passa a receber um tratamento diferente no modelo de 1933. Se no modelo anterior a alternância podia ser resolvida a nível de dicionário, no modelo de 1933 ela passa a ser tratada dentro da gramática. A gramática bloomfieldiana inclui os seguintes componentes: *ordem*, *modulação*, *modificação fonética* e *selecção*. *Ordem* se refere ao arranjo linear dos constituintes de uma forma complexa; *Modulação* se refere à prosódia; *Selecção* se refere à classificação dos constituintes e a *Modulação Fonética*, por sua vez, se refere à mudança

...in the primary phonemes of a form. (1933: 163)

Assim, quando um morfema aparece em mais de uma configuração fonética, uma das alternantes é selecionada como sendo básica, sendo as outras derivadas desta forma básica através de processos de mudança. Por exemplo, para a alternância entre [nayf] e [nayv] teríamos [nayf] como a forma básica. O plural consistiria lexicalmente de dois morfemas, compostos pelas sequências de fonemas /nayf/ e /ez/. Gramaticalmente teríamos duas modificações fonéticas: a substituição de [f] por [v] e o cancelamento da vogal em [ez]. Casos como [-ez, -z, -s] ou [nayf, nayv] representam aquilo que Bloomfield chama de *phonetic alternants*, sendo a primeira regular e a segunda irregular.

Alternâncias que possam ser descritas em termos de modificações fonéticas são alternâncias fonéticas. Mas nem todos os tipos de alternância podem ser tratados em termos de modificação fonética. Existe também o caso da supleção. Um exemplo de supleção é a alternância entre [-ez, -z, -s], por um lado, e [-n] (como em oxen, plural de ox 'boi'), por outro lado. Aqui não é possível haver uma modificação fonética levando de [-ez] (que é selecionada como a forma básica do plural regular) a [-n]. Na verdade, formas como oxen colocam alguns problemas para a análise de Bloomfield. Se não é possível derivar-se [-n] de [-ez], e se [-ez] e [-n] são o mesmo morfema, então qual seria a composição fonêmica deste morfema? Ao que parece, não há resposta para isso no modelo de Bloomfield. Além disso, no modelo de 1933 são mantidas as alternantes-zero de 1926, embora não seja nada claro como um elemento zero não possa apresentar semelhança fonético-semântica parcial com qualquer outra forma.

O modelo bloomfieldiano de 1933 apresenta ainda outras inovações. Uma delas é aquilo que Bloomfield chama de *minus feature*. Os

*minus features* foram introduzidos na análise da forma do masculino dos adjetivos em francês que, em alguns casos, como laid [lɛ] 'feio' vs laide [lɛd] 'feia', são derivados da forma do feminino. Neste exemplo o *minus feature* consiste da perda da consoante final da forma do feminino (cf. p. 217). Uma outra inovação é o conceito de *forma subjacente* (cf. *underlying form*, § 13.9, p.218-9).

Podemos resumir os pontos principais do modelo de 1933 assim:

1. Um morfema consiste de fonemas. Os morfemas não têm alternantes (i.e., cada morfema tem uma única composição fonêmica que pode, no entanto, ser modificada).
2. Sendo que um morfema pode aparecer em mais de uma configuração fonêmica, uma delas é básica enquanto que a(s) outra(s) é(são) derivada(s) (mas ambas não podem ser básicas). A morfofonêmica é parte da gramática.
3. Algumas construções são geralmente marcadas pela presença de um morfema (e.g. book-g). Em alguns casos uma construção não é marcada por um morfema mas por um traço gramatical (e.g. zero em fish 'peixes', *vowel change* como em feet 'pés' (sing. foot), *subtraction*, como no caso da forma do masculino de certos adjetivos do francês. Nestes casos há apenas um morfema).

O modelo de 1933 difere do de 1926 no seguinte:

1. O morfema passa a ser definido também pela distinção segmental.
2. Introduzem-se alternantes fonéticas de morfemas.
3. A alternância é tratada através de processos em vários casos (modificações fonéticas). O morfema tem apenas uma forma fonêmica, que pode ser modificada por processos gramaticais.

É interessante notar que Bloomfield abre, num dado momento, uma outra alternativa, quando trata da modificação fonética. Bloomfield escreve:

*Strictly speaking, we should say that the morpheme in such cases has two (or, sometimes, more) different phonetic forms, such as net [nat] and [nt], do [dɔw] and [dow], duke and duch, and that each of these alternants appears under certain conditions. (1933: 164)*

Esta afirmação estaria, certamente, bem mais próxima do modelo de 1926.

A primeira modificação substancial do modelo de 1933 surge com Harris (1942, 1957: 109-15). Harris aponta, corretamente, que, se os morfemas são compostos de fonemas, algumas vezes temos resultados indesejáveis. As formas puw 'irrigar' e u.buw 'ele irrigou', do tûbatulabal, teriam que ser consideradas como contendo morfemas diferentes caso: (a) morfemas sejam compostos de fonemas, e, (b) sequências diferentes de fonemas constituam morfemas diferentes (a sequência fonêmica /puw/ não ocorre em u.buw). Harris propõe então algumas modificações teóricas, que podem ser sumariadas assim:

1. Um morfema pode ter alternantes (*morpheme alternants*).
2. Estas alternantes devem compartilhar de um mesmo significado.
3. Um morfema é, então, um conjunto de uma ou mais alternantes que têm um mesmo significado e que estejam em distribuição complementar.

Como se pode ver, o significado passa a ser um critério para a segmentação e, juntamente com a distribuição das alternantes, para o agrupamento. Para Harris não é o morfema e sim a alternante de morfema que é composta de fonemas. A segmentação dos enunciados resultará em alternantes de morfema, e não em morfemas. Não há pois, para Harris, nenhuma relação direta entre fonemas e morfemas. Isto torna desnecessária a derivação das alternantes de uma única forma básica, uma vez que cada uma delas se compõe de fonemas e está, portanto, diretamente relacionada ao nível fonêmico.

Há ainda uma série de condições que Harris impõe à análise. Conforme escreve Harris:

*In (morpheme) units consisting of more than one alternant, the total distribution of all the alternants (i.e. the combined range of environments in which each of them occurs) must equal the range of environments in which some unit with but a single alternant occurs. (p. 110)*

Isto permite a Harris tratar de um mesmo modo [-ez], [-z], [-s], [-n] e outros possíveis morfemes do plural. Não se faz nenhuma distinção entre aqueles que são fonologicamente condicionados e aqueles que são morfológicamente condicionados. É evidente, portanto, que Harris privilegia os critérios distribucionais.

Mas há problemas na proposta de Harris. Um deles tem a ver com formas de plural como sheep 'carneiros' (sing. sheep). Este caso



é analisado como sendo bimorfêmico, contendo duas sequências de fonemas (uma aditiva e uma zero). O problema aqui é que é impossível dizer como é que o segundo morfe pode ser constituído de fonemas.

Em princípio a proposta de Harris é a de que a alternância seja tratada em termos de Item e Arranjo. Mas, na prática, ela contém alguns pontos que não podem ser reconhecidos como tal. Por exemplo, considere-se a análise proposta por Harris para took ('passado' de take):

*In took we have two morphemes: take, and /ej/~ /u/ 'past time'. The latter... is a combination of negative and additive sequences: dropping /ej/ and adding /u/. (p. 110)*

Este segundo morfema é, na verdade, um processo e, como tal, se ajustaria melhor numa análise em termos de Item e Processo.

Hockett (1947, 1957: 229-42) desenvolve um pouco mais a teoria esboçada em Harris (1942, 1957) e procura solucionar alguns dos problemas que haviam surgido. O tratamento proposto por Hockett é também em termos de morfemas e seus arranjos. O ponto principal de Hockett é a revisão da relação entre morfemas e seus morfes. Se para Harris a relação existente é a de membro de classe (a *group of one or more alternants...* (p. 110)), Hockett, por sua vez, não exige que a cada ocorrência de um morfema corresponda uma ocorrência de um morfe. Conforme escreve Hockett:

*After the alteration [da relação entre morfe e morfema], the number of morphs in an utterance and the number of morphemes therein may not be identical... (p. 235)*

Portanto, a segmentação pode nos dar um número de morfes que seja diferente do número de morfemas, o que vem a ser uma nova possibilidade na teoria morfológica (cf. conceitos de *morfe vazio* e *morfe portmanteau*, abaixo). Para Hockett a relação entre morfes e morfemas é uma relação de representação: uma sequência de morfemas é representada por uma sequência de morfes. O morfe, por sua vez, é composto de fonemas (e não o morfema).

Com relação ao agrupamento, Hockett reformula o critério distribucional na definição do morfema: em vez de distribuição complementar, que elimina a possibilidade de variação livre, Hockett introduz o que ele chama de *distribuição não-contrastiva*. Isto viola a suposição que alguns lingüistas fazem de que uma diferença de forma implica numa diferença de significado (cf., p. ex.,

Bloch (1947, 1957), para quem não há variação livre genuína).

Hockett introduz, em seu trabalho, dois novos tipos de morfemes: *morfe vazio* e *morfe portmanteau*. Um *morfe vazio* tem uma forma mas não tem um significado, sendo, portanto, o inverso do *morfe zero*, que tem um significado mas não tem uma forma. Um *morfe vazio* não pertence a nenhum morfema. Um *morfe portmanteau*, por outro lado, é aquele que acumula dois ou mais morfemas. O exemplo clássico vem do francês, onde /o/ = //a + le//.

Outra proposta que Hockett faz é a de enfraquecer a exigência de extensão que se encontra no texto de Harris. Hockett escreve:

*...a morpheme obtained by grouping several morphs together shall have a range identical with (or paralleling) that of some other morpheme [i.e., a sua extensão não pode ser única], but no longer requires that the second morpheme shall consist of a single morph. The tactical advantage ... is that we thereby avoid the need to list separately the ranges of individual morphemes; we prefer to handle them in terms of classes having identical or closely parallel ranges. (p. 234)*

Os morfemes são, então, agrupados num mesmo morfema de acordo com critérios semânticos e distribucionais (morfemes com um significado comum, distribuição não-contrastiva e que não seja única). O morfema de Bloomfield e o morfema de Hockett podem ser contrastados assim:

Bloomfield:	forma única	-	significado constante
Hockett:	significado único	-	formas variadas

Embora numa orientação em termos de Item e Arranjo, o artigo de Hockett abre uma possibilidade que se assemelha a Item e Processo em sua análise da forma men 'homens'. Deixando de lado a possibilidade de tratar men como um caso de portmanteau Hockett escreve:

*One morph in men is man. The other is the alternation a ~ e. (p. 240)*

Bloch (1947, 1957: 243-54) se propõe apresentar, sem nenhum apelo a processos, uma análise das formas verbais flexionadas do inglês como uma combinação de morfemas numa ordem particular. Bloch não permite morfemas zero (embora permita alomorfes zero). Para Bloch a segmentação nos dá alternantes de morfemas. O critério para a segmentação é puramente distribucional. É também distribucional o critério para o agrupamento (considere-se, e. g., as su-

posições 5 e 2, p. 245). A alternância morfofonêmica, por outro lado, é tratada a nível de dicionário (cf. com a lista que Bloch fornece para as bases verbais irregulares).

Entre as suposições feitas por Bloch está aquela que diz que toda forma flexionada consiste de uma base e um sufixo flexional. Outra é a que permite zero como uma alternante possível de um morfema. Como consequência disto, em casos como take vs took não são as diferenças manifestas entre as duas formas que carregam a diferença de significado, e sim a diferença encoberta envolvendo a presença vs ausência de um alomorfe zero do morfema do Passado.

Nida (1948, 1957: 255-71) reage contra a prática de linguistas como Hockett e Bloch. Nida se recusa a dar muita importância à distribuição por causa dos resultados indesejáveis que podem advir disto. Estes resultados indesejáveis são resumidos por Nida como

*...a conspicuous tendency to make covert distinctions more important than overt ones...* (p. 255)

O critério básico, no modelo de Nida, para o agrupamento de alternantes de morfemas é a *identidade semântica*, sendo que as outras condições (forma idêntica, diferenças de forma fonologicamente definíveis, formas em distribuição complementar, ambientes taticamente diferentes) se tornam cada vez menos importantes.

Pelo que pôde ser visto até aqui, restou muito pouco do modelo de 1933 nesta primeira vertente da morfologia estrutural americana, que poderíamos chamar, com alguma reserva, de vertente do Item e Arranjo. Mas há ainda uma segunda vertente, que podemos chamar de vertente do Item e Processo. Esta segunda vertente é bastante importante, especialmente por ter sido retomada pela escola gerativista.

#### 4. A segunda vertente

Em 1961 Hockett traz de volta à prática da análise morfológica uma outra variável interveniente entre o morfema e o fonema, variável esta que já havia sido utilizada anteriormente (cf. Bloomfield (1939) e Swadesh & Voegelin (1939, 1957: 88-92)).

Hockett aponta que, entre os morfemas e os fonemas, pode ocorrer o *morfofonema*. Numa descrição que se utiliza de morf fonemas, um morfema é *composto* de morf fonemas. Os morf fonemas, por sua vez, são *representados* por fonemas. O morf fonema é, usualmente,

relacionado a análises em termos de Item e Processo, muito embora seja possível tanto os morf fonemas quanto os morfes em análises em termos de Item e Arranjo ou Item e Processo. Em Harris (1951), por exemplo, encontramos morfes e morf fonemas numa análise em termos de Item e Arranjo. Em casos como knife - knives Harris estabelece duas alternantes de morfema, /nayf/ e /nayv/. Mas para agrupar as duas alternantes Harris escreve:

*We group together into one morphophoneme the phonemes which replace each other in corresponding parts of the various members of a morpheme. (p. 224)*

Assim, as duas alternantes são agrupadas em /nayF/ e, segundo Harris

*The translation from writing to speech is still unique: when we see /nayF/ before {-s} 'plural' we pronounce it /nayv/; otherwise we pronounce it /nayf/. (p. 225)*

A vantagem que Harris vê nisso é a possibilidade de se generalizar este procedimento a outros morfemas que apresentam este mesmo tipo de alternância.

Item e Arranjo e Item e Processo são duas maneiras diferentes de se lidar com a alternância morf fonêmica. Ambos os modelos são discutidos em detalhe em Lounsbury (1953, 1957: 379-85) e Hockett (1954, 1957: 386-99). Conforme escreve Hockett,

*...the key term in IP is 'process'...The essence of IA is to talk simply of things and the arrangements in which those things occur. (p. 386-7)*

Hockett tenta mostrar que os dois modelos são, de fato, equivalentes, e que na verdade o sucesso ou o fracasso de cada um é, pelo menos em parte, regulado pelo tipo de dados que se pretende analisar. Por exemplo, não é possível se tratar as formas supletivas em termos de Item e Processo.

O modelo mais popular entre os estruturalistas foi certamente o Item e Arranjo, como pudemos ver na seção anterior. No entanto, poucos conseguiram escapar de alguma dose de processo em suas análises.

Bloomfield (1939) define a morf fonêmica como sendo a variação de elementos morfológicos em combinações diferentes. Em seu texto de 1939 encontramos formas teóricas básicas, que são uma espécie de correspondentes, ou análogos, que se estabelecem a um

determinado nível para cada elemento morfológico. A segmentação de um enunciado é um problema que simplesmente não existe: o que se segmenta é o *correspondente*. Os desvios da forma básica aparecem quando elementos são combinados com outros elementos. Uma descrição morfológica nestes termos irá estabelecer formas básicas e, posteriormente, irá dizer quais são os desvios destas formas básicas. As formas básicas se compõem de morfemas (que Bloomfield não define no texto). Estas formas básicas sofrem a ação de *statements* (na verdade, regras) e, a partir daí, chegamos às formas *as they are actually spoken*. Convém lembrar que para Bloomfield (1939) uma forma básica não precisa ser uma forma real. Em alguns casos uma determinada forma básica se justifica (?!?) simplesmente para se evitar que uma determinada regra se aplique (cf. § 16 do texto de Bloomfield).

Swadesh & Voegelin (1939, 1957) acabam inventando aquilo que Hockett chama mais tarde de *sistema pseudo fonêmico*. Na verdade isto não é nada mais, nada menos, que um sistema de morfemas. Por exemplo, a solução que Swadesh & Voegelin apresentam para a alternância em leaf - leaves se assemelha muito àquela apresentada por Harris (1951) para knife - knives.

Estes dois artigos de 1939 têm algo em comum: ambos se afastam da suposição de que os morfemas se constituem de fonemas.

##### 5. A vertente do traço comum

Há ainda uma terceira vertente da escola estruturalista, que é a vertente do traço comum. Esta vertente teve muito menos divulgação do que as duas anteriores, sendo até desconhecida muitos.

Lounsbury (1953, 1957: 379-85) deixou bem clara a diferença entre as abordagens em termos de morfemes e morfemas no que se refere à segmentação. A segunda descarta o problema quando postula um *correspondente*. Em sua análise dos verbos em Oneida, Lounsbury opta pela abordagem em termos de morfemes. Conforme escreve Lounsbury,

*This allows us to deal always with actual phonemic forms,  
and it permits more realistic localizations of meaning.*  
(p. 382)

Com relação ao agrupamento, os critérios de Lounsbury são fonológicos e semânticos. Um morfema é

...a class of phonemically different minimal meaningful segments, or morphs, which are in complementary distribution and have the same meaning (or the same range of different meanings sharing a common feature. (p. 382)

É interessante notar aqui dois pontos:

1. Conforme Lounsbury aponta, tanto na abordagem que se utiliza de morfofonemas quanto na que se utiliza de morfemes, o morfema não passa de uma criação. Na primeira delas o morfema é simplesmente construído; na segunda delas o morfema é uma classe de alomorfes.
2. Lounsbury permite variação em torno de uma traço de significado que seja comum a todos os alomorfes. O significado de um morfema pode ser, portanto, o significado comum a todos os seus alomorfes.

É exatamente na perspectiva do traço comum que Wells & Keyser (1961) desenvolvem seu trabalho. O procedimento é basicamente o seguinte: coletar um conjunto de seqüências de fonemas que compartilhem de um fonema em particular (ou de uma seqüência de fonemas em particular); encontrar o significado destas seqüências; tentar encontrar um traço semântico comum a estas seqüências. Este traço semântico comum é atribuído ao fonema (ou à seqüência de fonemas) que seja comum ao corpus. Nesta abordagem, formas diferentes não implicam em significados diferentes (o que é uma posição completamente oposta à posição distribucionalista). Uma seqüência fonêmica determinada pode, por outro lado, ter mais de um significado. Considere-se, por exemplo, a seqüência /fl/ em inglês, que ocorre em flag e flee, ambos como verbos. Esta seqüência recebe o significado de 'moção rápida, movimento violento', que recorreria em fling, flog, flit, flop, e outros, mas não em flour, floral, flue, etc. No caso de flag e flee acima o critério para se agrupar os vários fl- como membros do mesmo morfema //fl// é fonético. No que me consta, a perspectiva do traço comum não foi desenvolvida.<sup>3</sup>

#### 6. A rejeição dos modelos estruturalistas

Hockett (1961) nos faz algumas considerações importantes em relação ao desenvolvimento da morfologia descritiva. Em primeiro lugar Hockett nos mostra que as variáveis intervenientes (morfofonemas ou morfemes) são apenas conveniências descritivas. Hockett elimina ainda a relação de representação entre elementos (X é representado por Y) e limita a relação de composição (X é composto de Y) a elementos de um mesmo *stratum*. Com isto a conexão entre

morfemas e fonemas vai depender de:

1. Um critério adicional para a separação e identificação de morfemas.
2. Uma relação P (que pode ser traduzida por "programa-se em") que vai dos morfemas aos fonemas.

Para Hockett o critério adicional em (1) é semântico. Em (2) a relação P é aquilo que Hockett chama de morf fonêmica. A relação P não pode ser tomada nem como representação, nem como composição, e nem como ambas ao mesmo tempo. A relação P simplesmente programa morfemas em fonemas, podendo se utilizar para isso de morfes, morf fonemas, ou ambos. Mas é bom que se diga que a relação P não faz parte nem da morfologia, nem da fonologia. Conforme escreve Hockett,

*The grammar of a language involves morphemes, but not phonemes and not the relation of morphemes to phonemes. The differences are also of no phonological relevance; the phonology of a language involves phonemes, but not their relation to morphemes. But the precise detailed nature of the relation P for any language is also part of the whole design of the language. (p. 36)*

Neste artigo de Hockett o morfema é visto como uma unidade semântica, e a alternância morf fonêmica é tratada através da relação P. Na verdade o que Hockett faz é rejeitar, como irreal, uma grande parte do modelo de Item e Arranjo desenvolvido anteriormente. Há ainda uma outra abordagem, além da de Hockett, nesta mesma linha, representada pelos *strata* lexêmico, morfêmico e fonêmico da gramática estratificada de Sidney Lamb. Lamb também não aceita uma relação de composição entre morfemas e fonemas. Entre estes dois níveis Lamb postula um terceiro nível. O leitor interessado poderá consultar os trabalhos de Lamb, principalmente Lamb (1966).

Koutsoudas (1963) rejeita uma abordagem em que a morfologia apareça como um nível independente. Koutsoudas define o morfema como sendo

*...that unit of grammar the arrangement of which is specified by the syntax and the resulting sequences of which are used to predict the physical form of utterances. (p. 169)*

obliterando assim a distinção (ou fronteiras) entre a sintaxe e a morfologia. Convém notar aqui que já não existe mais a possibilidade de se segmentar os enunciados em morfes. Os enunciados serão derivados depois que os morfemas já estiverem presentes. Conforme

escreve Koutsoudas

*...morphemes as now defined are by-product of syntactic analysis. (p. 169)*

O morfema, assim caracterizado, tem duas funções: ele vai constituir o léxico de uma língua, e será arranjado em termos de sequências de fonemas pela fonologia da língua.

É evidente que o modelo de gramática que Koutsoudas tem em mente é o modelo transformacional. Neste modelo não existe um nível separado para a morfologia. Os morfemas são listados no léxico e sua modificação se faz através de regras fonológicas. Em relação ao modelo transformacional não há nada que possamos dizer quanto à segmentação e ao agrupamento, já que não se vai da transcrição fonêmica à identificação dos morfemas. Por outro lado, a alternância pode ser discutida. No modelo transformacional o importante é a regra. O que muda, para se adaptar a uma regra, é a forma subjacente. Ou seja, uma forma subjacente é *motivada*, na maioria das vezes, por sua suscetibilidade a uma regra. Assim, o foco está nas regras. São elas que, muitas vezes, justificam as formas, enquanto que na abordagem estruturalista o foco está nas formas, que são sugeridas pelos dados.<sup>4</sup>

O texto de Koutsoudas é uma espécie de marco terminal da morfologia estrutural. Há muito a ser discutido, na perspectiva gerativista, quanto aos problemas tratados a nível morfológico pela lingüística estrutural. Contudo, isto já seria assunto para outro texto.

#### NOTAS

1. Alguns dos textos aos quais me refiro neste trabalho aparecem com duas datas. Nestes casos, a primeira se refere ao ano em que o trabalho foi publicado pela primeira vez, e a segunda se refere a uma reedição do mesmo, da qual estou me utilizando.
2. As barras duplas são utilizadas aqui para se transcrever morfemas.
3. Haj Ross, quando de sua vinda a Belo Horizonte, me sugeriu que a perspectiva do traço comum poderia ser usada com proveito em análises de poemas. Fica aí a sugestão.
4. Compare-se este tipo de prática com a prática de Bloomfield em seu artigo de 1939, § 16.



## REFERÊNCIAS

- BLOOMFIELD, L. (1926, 1957). A set of postulates for the science of language. In: JOOS (1957), p. 26-31.
- \_\_\_\_\_. (1933). Language. New York, Holt.
- \_\_\_\_\_. (1939). Menomini Morphophonemics. In: Travaux du Cercle Linguistique de Prague. (8): 105-15.
- BLOCH, B. (1947, 1957). English verb inflection. In: JOOS(1957), p. 243-54.
- HARRIS, Z. (1942, 1957). Morpheme alternants in linguistics analysis. In: JOOS (1957), p. 109-15.
- \_\_\_\_\_. (1951). Methods in Structural Linguistics. Chicago. The University of Chicago Press.
- HOCKETT, C. (1947, 1957). Problems of morphemic analysis. In: JOOS (1957), p. 229-42.
- \_\_\_\_\_. (1954, 1957). Two models of grammatical description. In: JOOS (1957), p. 386-99.
- \_\_\_\_\_. (1961). Linguistic elements and their relations. In: Language. (37): 29-53.
- JOOS, M. ed. (1957). Readings in Linguistics. Chicago, The University of Chicago Press.
- KOUTSOUDAS, A. (1963). The morpheme reconsidered. In: IJAL(29): 160-70.
- LANB, S. (1966). Outline of Stratificational Grammar. Washington, D.C., Georgetown University Press.
- LOUNSBURY, F. (1953, 1957). Oneida Verb Morphology. Reimpresso, da p. 11 a 24, em JOOS (1957), p. 379-85.
- NIDA, E. (1948, 1957). The identification of morphemes. In: JOOS (1957), p. 255-71.
- SWADESH, M. & C.F. VOEGELIN (1939, 1957). A problem in phonological alternation. In: JOOS (1957), p. 83-92.
- WELL, R. & S. KEYSER (1961). The common feature method. Technical report number 22, Interaction Laboratory, Yale University.

# O CONCEITO DE SUJEITO ENTRE OS FALANTES

Eunice Pontes

## RESUMO

O estudo de como as pessoas categorizam objetos naturais tem mostrado que o uso dos conceitos não obedece ao ponto de vista clássico. As pessoas usam traços que não são necessários nem suficientes em sua tarefa de categorização. Quando se pede que definam objetos naturais, as pessoas usam esses traços, também.

Eu pedi a professores de Português para definir sujeito e descobri que eles usam traços não necessários e não-suficientes em suas definições. As definições nas gramáticas tradicionais também não obedecem às exigências do ponto de vista clássico. Quando testados, os estudantes demonstram que categorizam o sujeito de acordo com as definições dadas por seus professores. Os resultados obtidos apontam para uma definição prototípica do sujeito em vez de para uma definição do tipo clássico.

## ABSTRACT

The study of how people categorize natural objects as shown that the use of concepts does not conform to the classical view. People use features which are non-necessary neither sufficient in their task of categorization.

When asked to define objects, people use these features, also.

I have asked Portuguese teachers to define the subject and found that they use no sufficient and no necessary features in their definitions. The definitions in traditional grammars do not obey the demands of classical view either. When tested, students show that they categorize the subject according to the definitions given by teachers. Results point to a prototypical definition of the subject rather than to a classical one.

Neste artigo, que reproduz um capítulo de minha tese "Sobre o Conceito de Sujeito" (1984), eu me inspiro em Smith & Medin (1981), dois psicólogos que investigaram meticulosamente o problema das categorias e conceitos. Em sua obra, estes autores discutem o conceito clássico de conceito, apresentando uma série de críticas e dificuldades que têm aparecido em sua aplicação nas ciências, particularmente na Psicologia. (Em minha tese, trato extensamente desta obra no capítulo V). Eles relatam uma série de estudos feitos em Psicologia, a respeito de como as pessoas categorizam as coisas (objetos naturais). Pergunta-se, por exemplo, a um número de pessoas, como elas definem (em inglês, foi testado *bird*, que pode ser traduzido como ave ou pássaro) ave. Procura-se obter a primeira definição que lhes vier à cabeça, sem pensar muito. Ou apresentam-se a eles figuras de diferentes objetos naturais perguntando-lhes se eles pertencem a determinada categoria. Por exemplo: "O tomate é fruta?"

Segundo o ponto de vista clássico *todos os exemplos de um conceito partilham propriedades comuns e todas estas propriedades são necessárias e suficientes para definir um conceito* (segundo Smith & Medin, (1981:2)). No entanto, os resultados dos testes têm mostrado que as pessoas usam traços não-necessários nas definições, como, por exemplo, definem 'ave' como um animal que voa. Da mesma maneira, quando elas executam a tarefa de categorização, elas utilizam esses traços, o que se verifica pela maior facilidade e rapidez em categorizar como ave um passarinho do que um ganso. Tem-se verificado que as pessoas caracterizam mais eficientemente os itens julgados mais típicos de um conceito. Passarinho seria um exemplo mais típico de ave do que ganso, por exemplo.

Os autores relatam estudos (particularmente os de Rosch & Mervis (1975)) que indicam que as crianças aprendem primeiro os membros típicos de um conceito; quando se pede para dar exemplo da categoria os membros típicos são dados primeiro; e estes servem de ponto de referência cognitiva. Os membros típicos são os que apresentam traços partilhados por muitos outros membros do conceito. Note-se que os traços não são universais, ou seja, não se estendem a todos os membros, mas a um grande número. São traços não-necessários, portanto.

Aqui eu procuro testar o conceito de sujeito entre os falantes, para ver se os resultados obtidos ao testar conceitos naturais se repetem o, ao mesmo tempo, investigar que traços os fa-

lantes utilizam para identificar sujeito em português. Parece-me que o problema com o conceito clássico se reproduz neste caso também.

### 1. Definição de sujeito entre os professores

Fiz uma pesquisa entre professores de Português que trabalham na Faculdade de Letras - UFMG, a respeito do conceito de sujeito. Pedi a eles que colocassem no papel a definição de sujeito que lhes vinha à cabeça, sem pensar muito. Expliquei que eu queria testar se os traços do sujeito eram os mesmos para todos, ou se havia alguns mais recorrentes e que tipos de traços eram usados para identificar sujeito. Em dez pessoas, o resultado foi o seguinte: o traço predominante foi *agente*, expresso através de conhecida definição (ser que pratica a ação) ou através do traço *agente*, mesmo. O que importa é que este traço apareceu em todas as definições. Houve uma só em que ele apareceu meio obnubilado: *sujeito é a parte da oração que se relaciona com o verbo, ajudando-o a caracterizar a ação*. Se considerarmos que nesta definição o falante não queria se referir a agente, teremos então a estatística de 9 em 10, ou seja 90% em vez de 100%. De todo modo, a percentagem é altíssima.

Além de estatisticamente predominante, a idéia de que o sujeito é o agente apareceu como única propriedade do sujeito em três definições e foi a primeira a ser citada em sete. Por aí vê-se também sua importância, pois a ordem de lembrança também indica uma precedência. O traço *paciente* veio em seguida, quatro vezes.

A concordância verbal como traço indicador do sujeito foi lembrada três vezes. A noção de *tópico* foi expressa claramente 2 vezes (*aquilo do qual se diz alguma coisa, termo sobre o qual se faz uma declaração*).

Houve outras definições que poderiam também se referir à noção de *tópico*: *parte da oração a que se refere o predicado, termo que expressa e esclarece a ação verbal, que organiza, em torno de si, o enunciado sentencial*, mas não me pareceu claro se essas definições se referem a agente ou *tópico*.

Consigo depreender, portanto, das definições dadas, quatro traços: agente, paciente, concordância, *tópico*. Há uma diferença grande entre o primeiro e os outros traços. Ninguém citou a *posição* como traço do sujeito. É de se notar que, embora mais de uma gramática de prestígio defina o sujeito como o termo do qual se

declara alguma coisa, essa definição só tenha aparecido duas vezes.

Confirma-se, em relação ao sujeito, a descoberta dos psicólogos, a respeito do uso de traços não-necessários na definição.

Agente é um traço não-necessário, pois há muitos sujeitos que não são agentes e alguns professores mesmo lembram que o sujeito pode ser paciente. Além disso, o agente pode ser expresso também pelo chamado *agente da passiva*. O traço paciente, por sua vez, também é não-necessário, pois nem todos os sujeitos são pacientes. E o paciente também pode ser (mais freqüentemente) expresso pelo objeto.

A concordância verbal também é um traço não-necessário, pois ela deixa de funcionar em vários registros (desde o totalmente informal até o mais formal, oral e escrito, numa escala decrescente de probabilidade). Além disso, a própria gramática aponta casos em que o verbo concorda com o predicativo (ou outro termo) não com o sujeito.

Quanto à noção de tópico, já apontei em outros trabalhos que pode ser expressa por outro termo que não o sujeito.

Todos, portanto, são traços não-necessários.

É de se salientar também a predominância dos traços semânticos sobre os sintáticos: agente, paciente, tópico são todos traços não-sintáticos. Apenas a concordância verbal é um traço mais formal. Tópico também costuma ser considerado um traço pragmático.

Esse resultado é significativo, se levarmos em conta que esses professores podem ser considerados entre as pessoas que melhor conhecem e assimilaram o conceito, pois a maioria deles leciona ou já lecionou Português. Eles ensinam ou já ensinaram gerações de alunos a distinguir sujeito de outros termos da oração. Supõe-se que eles refletem de certo modo o ensinamento gramatical. A idéia de que o sujeito é aquele que pratica a ação está na segunda parte do ensinamento de Celso Cunha a respeito de sujeito, embora a definição inicial que ele dá não seja esta. Ele coloca, no entanto, tal noção como própria de um sub-conjunto (com verbos de ação) e os informantes generalizam agente como traço do sujeito em geral (1976:143).

A evidência de que agente não é um traço definidor de sujeito é que seu oposto, paciente, também é dado como característica de sujeito.

Parece evidente, portanto, que os falantes usam traços não-

definidores, não-necessários para o conceito de sujeito. A que podemos atribuir a predominância do traço agente nas respostas dos informantes? Poderíamos pensar que se deve à aprendizagem. Não podemos ter acesso ao processo de aprendizagem pelo qual passaram os informantes. Podemos, porém, verificar em gramáticas se é esse o seu ensinamento. E verificamos o seguinte: em 10 gramáticas consultadas, entre as quais estão as mais célebres e mais editadas, encontramos um resultado completamente diferente. Apenas uma gramática, a de Napoleão Mendes de Almeida (1955), define sujeito como agente, mesmo assim quando fala de verbo de ação. Outra, a de Said Ali já citada, define sujeito como o ser com o qual se passa a ação. As outras oito apresentam essencialmente a mesma definição de Celso Cunha, ou seja, que o sujeito é aquele (ou o termo) de quem se declara (diz, ou afirma) alguma coisa, e predicado é aquilo que se declara do sujeito. Consultei as obras de Ernesto Carneiro Ribeiro, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, Evanildo Bechara, Othoniel Mota, Napoleão Mendes de Almeida, Gladstone Chaves de Melo e Carlos Henrique Rocha Lima, além das já citadas de Celso Cunha e Said Ali (ver bibliografia).

O resultado, portanto, é reverso: a maioria dos falantes citou em primeiro lugar o traço agente e relegou tópico a uma posição bem inferior, enquanto que os gramáticos fazem o contrário: quase todos dão a definição de tópico e no máximo falam em agente como traço de um subconjunto.

Pode-se concluir que não é nas gramáticas que os informantes aprenderam a privilegiar o traço agente. Se não foi nelas, poderia ter sido através do ensino escolar (o que não se pode verificar), mas como o ensino escolar costuma se basear nas gramáticas, pode-se pôr em dúvida que seja ele o responsável.

Resta pensar que os falantes têm uma noção de sujeito a partir de sua experiência com o fenômeno, tanto de usar a língua como de analisá-la na escola.

## 2. Tarefa de categorização

Smith & Medin (1981) dizem que os traços dos conceitos que as pessoas alistam quando se lhes pede tal coisa são usados por eles na categorização. Ou seja, quando se dá aos falantes a tarefa de categorização, eles categorizam de acordo com aqueles traços. Confrontando-se esses dados com os resultados da pesquisa de Teonila Pinto (1981), vê-se uma correlação: os alunos, em sua totalidade, identificam o sujeito em sentenças como Emerson resmun-

gou (100%). A autora concluiu que os traços agente e animado preponderaram na identificação do sujeito. Ora, o traço animado está muito relacionado com agente, pois o agente costuma ser animado e na maioria dos exemplos é difícil separar o traço agente de animado. Houve um caso, porém, em que o agente da passiva teve maioria de escolha como sujeito (33%). Pode-se verificar também a importância do traço agente na identificação do sujeito, pela diferença estatística entre Emerson resmungou (100% de identificação do sujeito), que é uma S com verbo de ação e sujeito expresso por nome próprio, e Eu sou o maestro (63%), O juiz é ele (67%) e A rainha sou eu (67%) (p. 109). Nestes exemplos em que o adjunto predicativo é um substantivo ou um pronome e o sujeito é também ou um pronome (1.ª pessoa do singular) ou um substantivo comum, os falantes, embora tenham preferido marcar como sujeito o SN anteposto, apresentaram também uma percentagem em torno de 30% para o adjunto predicativo. Parece que o fato de o SN não ser agente (embora humano e mesmo 1.ª pessoa do singular) pesou bastante na queda da percentagem. Teonila Pinto nota que o traço indicador de sujeito responsável pela preferência do SN pré-verbal é a posição. A conclusão final da pesquisa de Teonila Pinto é significativa: *Parece estar claro que, para o aluno, sujeito seria, principalmente, o ser que pratica a ação* (p. 110) - o que coincide com a definição mais lembrada pelos professores. O traço tópico ficou evidente em duas questões em que os alunos identificaram como sujeito da oração encaixada não o seu sujeito sintático, mas o tópico do período. O mesmo aconteceu com Na cidade se consome mais refrigerante..., em que 46% dos alunos escolheram na cidade para sujeito. De toda maneira, tópico foi um traço menos importante do que animado. A concordância verbal Teonila Pinto considerou que não influenciou na seleção do sujeito. Paciente não foi mencionado na sua pesquisa. Já a posição anteposta influenciou, embora seja um traço que os professores não citaram.

Nos resultados de Teonila Pinto pode-se ver também uma graduação para sujeito anteposto, nos traços humano (100% de resposta) animal (96% de resposta) e concreto (86%). Em último lugar vem abstrato (56% quando anteposto). Para ver como a posição influi, basta considerar que em posição pós-verbal a estatística é diferente: humano (80%); animal (30%); concreto (30 a 40%); abstrato (43%).

É verdade que houve diferenças nos verbos usados: a percentagem de 30% foi para traça em Tem traça no meu guarda-roupa. E para Nesse estado deve existir um grande número de cidade pobres a maioria considerou sujeito indeterminado.

Em vista da baixa percentagem de escolha de sujeito posposto, pode-se concluir que os falantes só reconheceram um SN posposto como sujeito quando era humano e principalmente agente (com verbo transitivo). Nos outros casos, a percentagem é menor do que 50%. Por outro lado, a percentagem é bem significativa (87%) para vas-soura (concreto, inanimado) quando anteposto a apareceu.

Hã, portanto, uma correlação de fatores que pesam na identificação do sujeito. Agente é o mais importante, seguido da posição. Agente é tão importante que, mesmo que ele venha posposto, é escolhido como sujeito. A diferença de escolha do sujeito posposto foi muito significativa: Teonila Pinto observa que a percentagem de escolha do sujeito foi maior com orações transitivas - ou seja, em que o sujeito é agente - tipo Reafirmou José suas convicções e Leu José apenas as palavras de ânimo - 93% de escolha (p. 96). Já em Faltou um aluno apenas e Chegaram seus primos, a percentagem foi de 53%. Veja-se que os sujeitos em ambos os tipos de S são humanos. A diferença está em que nas primeiras Ss os verbos são de ação e os SNs são agentes expressos por nomes próprios. Fica evidente a importância do traço agente. Essa evidência é corroborada pelas estatísticas de Solange Lira (1982), que verificou que o sujeito posposto com verbos transitivos é estatisticamente insignificante. Já com verbos do tipo chegar e faltar encontramos grande incidência de SNs pospostos. A posposição com nomes próprios foi considerada agramatical por Vanda Bittencourt (1980) e parece que raramente encontrada por Lira. Também com humanos é rara a posposição. Tudo isso leva à constatação de que o traço agente é um poderoso indicador de sujeito. Como o traço posição também é fundamental (creio ser a contraparte sintática do traço semântico de agente), o falante tende fortemente a colocar o agente na posição anteposta.

Os falantes, de acordo com a pesquisa de Teonila Pinto (1981), tendem a identificar como sujeito o que vem no início, daí muitos colocarem o vocativo em Anely, sumiram meus sapatos, como sujeito (50%). Note-se que nesta oração contribuiu a circunstância de termos um verbo como sumiu seguido de meus sapatos, SN posposto inanimado. Do mesmo modo foram escolhidos os adjuntos adverbiais iniciais já vistos. Também nas orações com verbos de ligação, apenas posição distinguiu o sujeito.

Quanto ao tópico, é difícil distinguir se é ele que determina a escolha de palhaço como sujeito de sorrir em O palhaço fez sorrir as crianças do orfanato, porque, tendo visto que o traço agente é tão fundamental, sou levada a pensar que é ele que con-



diciona tal resultado. O mesmo com O lápis caiu de repente e fez um ruído - o verbo fazer, em ambos os exemplos, é indicador de ação e pode ter influenciado. Também uma onça como sujeito de existisse em No entanto, uma onça, mesmo se alimentando de carne, não viveria se a planta não existisse - pode estar indicando a preponderância de um possível agente sobre o inanimado planta (que está mais próximo do verbo e anteposto). Mas a topicalidade parece o único traço que pode explicar terem escolhido enxertos como sujeito de produzem em Os enxertos crescem e formam ramos que produzem peras (Pinto, 1981:103).

### 3. Exemplos típicos

Pedi a dez falantes, todos colegas professores da FALE, escolhidos ao acaso, que me dessem um exemplo de oração com sujeito, o primeiro que lhes viesse à mente. Recebi os seguintes:

João matou Paulo.  
 Pedro correu.  
 Você está me pedindo um exemplo.  
 João veio à festa.  
 O caçador matou o leão.  
 Eunice viajou.  
 Pedro saiu de casa.  
 José joga bola.  
 O sol nasceu brilhante.  
 Maria andou fazendo bolos ultimamente.

O resultado mostra que, com exceção de um, todos os sujeitos são humanos, os mais altos numa hierarquia de saliência; são, além disto, agentes (todos têm controle sobre a ação, praticada voluntariamente). 50% dos exemplos são de oração transitiva direta em que a ação *recai sobre um paciente*. Os exemplos com verbo intransitivo também não deixam dúvida sobre o sujeito ser agente, no sentido de ser um ser consciente, que realiza uma ação voluntariamente. O único exemplo de sujeito inanimado é o sol - mas aparece anteposto, que é uma das características marcantes do sujeito. Não diria que ele é agente, mas sim que é neutro em relação a esta categoria (também não é paciente). A oração indica um acontecimento.

Confirma-se, assim também, a idéia do sujeito típico. 9 entre 10 falantes lembram em primeiro lugar o sujeito típico: agente, anteposto a um verbo de ação.

Veja-se que não ocorreu nenhum exemplo de sujeito do tipo O copo quebrou, Falta uma fita, Convém que você saia. Nem mesmo uma oração do tipo O menino está doente.

Note-se também que as orações lembradas foram todas declarativas, afirmativas, simples, o que nos faz lembrar das sentenças básicas de Keenan (1976) e Givón (1979). É possível que se possa chegar à conclusão de que estas Ss são básicas, mas na base de outras considerações, do tipo das que nos levam à conclusão do sujeito típico (primeiro exemplo que vem à cabeça das pessoas, etc).

Para aumentar minha margem de certeza, repeti o teste com outros 5 falantes (também professores da FALE) e os exemplos que me deram foram: A menina está contando as flores, Eu vi o céu, A menina chorou, O menino pulou o muro, Os meninos nadam no rio.

Novamente temos sujeitos humanos, em que o grau de controle da ação é maior. A maioria das orações é transitiva, ativa. Dentro da minha concepção de agente, e creio que na da maioria dos falantes, esses SNs são agentes.

Esses falantes, instados a definir sujeito, também em sua maioria usaram na definição o traço agente e apenas um o traço tópico.

Um exemplo deste segundo bloco é semelhante a um do inglês que Comrie (1981) considera como não agente: Eu vi o céu. Ele dá o exemplo I saw you, dizendo que I não é agente (p. 105). Mas não informa por que.

O fato de o falante ter dado esta S como de sujeito típico provavelmente indica que para ele esta distinção (entre experienciador e agente) não é significativa. Eu, que sou falante e linguísta, só passei a notar esta S depois de ter lido a respeito. Antes, ela me pareceu um exemplo como os outros.

#### 4. Implicações para o conceito de sujeito

Poderíamos pensar: o que é que nós temos com a representação mental do conceito de sujeito? Isso é problema da Psicologia! O problema de determinar o que é sujeito pode ser considerado como da Filosofia, ou da Linguística, exclusivamente. Será que podemos estabelecer o conceito de sujeito sem levar em conta o que os falantes consideram como sujeito? Será o conceito de sujeito puramente teórico? O conceito de *fruta* parece corresponder a uma classe de objetos físicos, visíveis, separados de nós. Mas a verdade é que o conceito está na cabeça de todos nós. Somos nós que atra-

vês da linguagem classificamos determinados objetos como *frutas* e outros como, por exemplo, *legumes*. Quando os psicólogos vão estudar os conceitos naturais eles se interessam pela maneira como as pessoas estabelecem esses conceitos, como elas categorizam os objetos.

Se nos perguntamos a respeito do conceito de *sujeito*, verificamos que os gramáticos e filósofos, observando as línguas, criaram tal conceito com base numa categorização que já existia na língua dos primeiros gramáticos. Podemos imaginar que quando os filósofos e gramáticos gregos se referiram inicialmente a *sujeito*, essa categoria lhes foi sugerida pelo fato de a língua grega ter um caso diferente para indicar essa função, o *nominativo*, outro para o *objeto direto* (o *acusativo*) e assim por diante. Quando isso foi levado ao latim, continuou a funcionar, embora em ambas as línguas houvesse exceções, como sempre acontece. O que os filósofos e gramáticos fizeram foi formular uma espécie de definição da função que o SN no nominativo exercia na frase. Mas a pista a língua grega lhe fornecia, através do caso.

O que se vê é que são os falantes que intuitivamente categorizam os termos das orações, na medida em que eles organizam esses termos na seqüência frasal. Nas línguas de casos eles costumam ter um caso para *sujeito* e outro (ou outros) para termos complementares do verbo. Em línguas sem caso é a ordem das palavras que costuma indicar as funções. Logo, eu penso que *sujeito* (como qualquer outro conceito) não pode ser um conceito puramente teórico, construído pelo lingüista, mas reflete uma representação mental dos falantes.

No entanto, vemos que os falantes parecem contraditórios, porque definem *sujeito* como o agente, mas também consideram o SN não-agente como *sujeito*, desde que ele venha na posição inicial da S. E embora pareça que a posição inicial é fundamental no reconhecimento do *sujeito*, eles não alistem tal traço como sendo definidor do *sujeito*.

Podemos propor uma explicação deste fato semelhante à que Smith & Medin dão para o fato de os falantes terem também problema para caracterizar *tomate* como fruta: eles têm um conceito técnico, aprendido na escola, pelo qual *tomate* é um fruto, mas o conceito popular (lingüístico) é o que considera *tomate* como um legume.

Assim, também, quando se pede a professores de português para definir *sujeito*, eles dão o conceito aprendido nas escolas, mas

quando vão caracterizar uma parte da oração como sujeito eles usam a intuição e consideram outros SNs não-agentes também como sujeito.

O problema com esta explicação, porém, está em que, em primeiro lugar, não é o traço agente que as gramáticas privilegiam. Em segundo lugar, são as gramáticas que ensinam que SNs não-agentes também são sujeito.

A minha experiência como aluna e como estudiosa de gramática é que as pessoas aprendem a reconhecer sujeito, excetuando-se o caso de orações declarativas ativas, mais pelo ensaio e erro do que pela definição, porque a gramática dá uma definição que não é suficiente para o aluno saber reconhecer o que os gramáticos consideram como sujeito.

Na verdade, o ensino se baseia muito mais nos exercícios do que na definição. O aluno aprende (ou deve aprender) a reconhecer sujeito (e outros conceitos gramaticais) sendo exposto aos exemplos e confiando nas autoridades que ensinam (professor e gramáticos). É um ensino dogmático.

Eles reconhecem as definições, mas elas não ajudam muito. Não é como na matemática, em que um quadrado tem sempre quatro lados.

##### 5. As definições nas Gramáticas

Se olharmos as definições encontradas nas Gramáticas, vemos que elas também não satisfazem à visão clássica, segundo a qual os traços definidores de um conceito devem ser singularmente necessários e conjuntamente suficientes, e devem estar encaixados em seus subconjuntos (Smith & Medin (1981:24-5)).

Vejam os primeiro requisito: singularmente necessário - significa que cada exemplo do conceito tem que ter este traço. Se um determinado elemento não tem aquele traço, ele não é membro do conjunto. Por este critério, se considerarmos que agente é um traço da definição de sujeito, então qualquer SN que não é agente não pode ser considerado sujeito. Ou se tomarmos a definição de Celso Cunha (1976) que diz que *o sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração*, podemos considerar que está tudo bem com uma frase como:

João está lindo.

- em que João é um termo sobre o qual se faz a declaração está lindo.

Mas diante de certos casos, ficaremos na dúvida. Se dissermos que em:

Existem muitas árvores no jardim.

- muitas árvores é o termo sobre o qual se faz a declaração existem no jardim, devemos dizer o mesmo da S sinônima:

Há (ou tem) muitas árvores no jardim.

Mas outro problema é que um aluno observador pode pensar que o termo sobre o qual se faz a declaração é jardim e que a declaração é que existem (há, tem) muitas árvores. Pois a um olho atento pode não escapar que a oração acima não tem o mesmo significado que:

(?) Muitas árvores existem no jardim.

- ou seja, não se está fazendo uma declaração sobre a existência das árvores (como se se estivesse declarando filosoficamente que as árvores têm existência no jardim), mas sim sobre o fato de que *no jardim* há muitas árvores.

O segundo requisito de uma definição segundo o ponto de vista clássico, ou seja, que os traços sejam conjuntamente necessários, implica que cada entidade que tenha aquele conjunto seja um exemplo do conceito (op. cit., 23). No caso aqui estudado, se encontrarmos um termo do qual seja declarado alguma coisa, este tem que ser um sujeito. Não é preciso ir muito longe. Vejamos a seguinte oração:

Esse café eu não bebo.

Essa é uma frase encontrável tanto em língua escrita como oral. É um perfeito exemplar de frase da língua portuguesa, podendo ter sido usada tanto no português da época de Camões como no de Drummond. No entanto, o termo sobre o qual se faz uma declaração, esse café, não é o sujeito da frase, e sim o pronome eu.

Do mesmo modo, existem outras frases em que se pode questionar se o termo sobre o qual se faz uma declaração é o sujeito:

É este homem que eu quero.

O homem que eu quero é este.

Parece-me que nestes casos também o termo sobre o qual se declara algo pode ser considerado como este homem, enquanto que o sujeito é eu.

Por outro lado, a definição é falha, porque se se diz que o sujeito é um *termo da oração*, sem uma definição de termo, um aluno pode ficar na dúvida diante de um sujeito indefinido, indeterminado ou oracional. Por exemplo, em:

Convém que todos sejam honestos.

- se o aluno procurar um termo para sujeito de convém ele não encontrará, pois o sujeito é uma oração inteira. Pode uma oração ser um termo? Dependerá da definição de termo (que não é dada).

Também em:

Roubaram todo meu dinheiro.

- onde está o termo sobre o qual se faz uma declaração?

No entanto, a terceira condição do ponto de vista clássico é que os traços definidores do conceito estejam encaixados nos subconjuntos do conceito. Se *sujeito indeterminado*, *sujeito oracional* são subconjuntos do conceito sujeito, os traços definidores devem estar presentes neles.

Creio que podemos concluir que a definição proposta para sujeito não satisfaz ao ponto de vista clássico.

Said Ali não tenta dar uma definição de sujeito que abranja todos os casos, o que já de saída não satisfaz o ponto de vista clássico. Ele começa pelo *caso mais frequente* de oração, aquele em que em nosso cérebro existem dois conceitos, o de um ser e o da ação que com ele se passa, como nestes pensamentos: A terramo-ve-se; O menino aprende. Têm-se aí *proposições de dois termos, os quais se chamam sujeito e predicado* (1965:268). Veja-se que ele não diz que o sujeito, nestas orações, é o agente, o ser que pratica a ação mas sim *o ser com o qual se passa a ação*. Mais adiante ele vai definir este predicado como *aquilo que se diz do sujeito* (id., ib.), mas não considera que esta é uma definição geral de predicado, uma vez que existem orações sem sujeito.

Celso Cunha tenta ser mais preciso do que Said Ali a este respeito, mas acaba renunciando a qualquer generalização, quando afirma: *Quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito com*

referência ao processo verbal pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo (1976:143). Considera que o sujeito é agente em A madrinha penteava o menino, paciente em O menino era penteado pela madrinha e as duas coisas em O menino se penteava. Quanto ao caso da oração ativa e passiva é óbvio, mas quanto à oração reflexiva é preciso fazer uma observação: o sujeito sintático é o menino, que semanticamente é o agente. O paciente, semanticamente também é o menino; mas expresso sintaticamente pelo pronome reflexivo se. Logo, o sujeito nessa oração, sintaticamente, não é agente e paciente ao mesmo tempo. É preciso ter claras essas noções: sujeito costuma ser considerado um conceito sintático, agente e paciente, conceitos semânticos. A forma sintática pela qual se expressa o agente pode ser pelo sujeito no caso da frase ativa acima, ou pelo chamado agente da passiva na frase passiva.

Por outro lado, lembra o autor ainda que quando o verbo evoca um estado o sujeito não é nem agente nem paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve: Pedro estava alegre, Paulo preocupado (id., 144).

Diante disso, que conclusão pode-se tirar do que é sujeito? Se ora ele é uma coisa, ora é outra, ora ele não é nem uma coisa nem outra, que generalização se pode alcançar?

Note-se também, de passagem, a confusão entre estado e processo, que me parecem duas coisas diferentes. Não consigo ver que processo está se desenvolvendo em Pedro está alegre, Paulo está preocupado.

## 6. Problemas com a visão clássica de sujeito

As críticas à visão clássica relatadas por Smith & Medin parecem válidas também para o conceito de sujeito. A conclusão mais importante é que tanto os gramáticos quanto os professores usam traços não-necessários para categorizar. Os alunos pesquisados também usam traços não-necessários na tarefa de identificação. Os sujeitos mais identificados como tal, mais típicos, são aqueles em que aparecem os traços não-necessários. Podemos quase afirmar também, não só com base em experiência de ensino, mas também com base na pesquisa de Teonila Pinto, que os sujeitos mais típicos (agentes) são aprendidos primeiro, são aqueles em que menos o aluno erra e aqueles mais rapidamente lembrados quando se quer dar um exemplo. Quem não recorre logo a uma frase do tipo João quebrou o copo ou Os meninos saíram para categorizar o sujeito?

Esses fatos, porém, seriam suficientes para concluirmos que é impossível descobrir uma definição de sujeito que satisfaça à visão clássica? Ou será possível descobrir um conjunto de traços necessários e suficientes para definir sujeito? O fato de os gramáticos não terem chegado a tal definição, apesar de terem por trás de uma longa história de grandes estudiosos, desde os gregos, passando pelos latinos, os medievais, etc., já nos serve de indicador da temeridade da empresa. Mesmo assim, podemos tentar. Já vimos que agente, traço semântico, não é um traço necessário (porque há sujeitos que não são agentes) nem suficiente (há agentes - na passiva - que não são sujeitos).

Será que a posição é um traço necessário? Realmente, parece que este é o traço mais geral, mas há o caso dos sujeitos pospostos. Mesmo que ponhamos em dúvida muitos chamados sujeitos pospostos, há a possibilidade de sujeitos pospostos com verbos ativos, que os alunos reconhecem sem dúvida como sujeitos.

Quanto ao traço de tópico, há o fato de ele poder não ser representado pelo sujeito. Seria um traço não-necessário, portanto.

A concordância verbal é talvez o critério mais falho na identificação do sujeito, pois existe a tendência para não concordar o verbo com o sujeito, tanto na fala como na escrita menos policiada. E também há o problema da concordância do verbo com outros SNs que não o sujeito, ensinada pela própria escola.

Como estes traços têm sido os mais lembrados até hoje, neste artigo ficarei com eles. Em minha tese (1984) examino a proposta de Keenan, que apresenta outros traços universalmente identificadores de sujeito.

Creio que os fatos até aqui vistos são propensos a nos levar a afastar-nos da visão clássica e renunciar a encontrar uma definição clássica de sujeito. Pode-se pensar, porém, que, assumindo um ponto de vista diferente, admitindo-se uma gramática menos de superfície, mais abstrata, seja possível salvar o conceito de sujeito. Começando pela definição na base de tópico, de que sujeito é aquele de quem se declara alguma coisa, poder-se-ia aceitar a concepção que está na base da intuição gramatical tradicional e que vários linguistas aceitam, de que haveria Ss básicas e Ss derivadas. Assim, o argumento que levantei, de que há Ss em que o tópico não é o sujeito, poderia ser derrubado ou contornado aceitando-se que as Ss declarativas afirmativas neutras são básicas e as topicalizadas são derivadas. Desta maneira, salvar-se-ia a necessidade do traço tópico. Examinarei esse ponto mais adiante.



Não vejo, porém, como fazer o mesmo com o traço de agente. Tirando-se a passiva, que poderia ser considerada menos básica, resta-nos o problema das orações com verbos de ligação, as orações reflexivas, as com verbo do tipo de adormecer (que Celso Cunha arrola entre os que evocam um estado, em que sujeito não é agente nem paciente) e as do tipo Meu carro furou o pneu, que apresentamos em outros trabalhos (ver Pontes (1980), (1981), (1982), (1984)).

Quanto ao traço da posição, vimos que o sujeito pode vir, segundo o ensinamento tradicional, posposto ao verbo. Isto, porém, também pode ser parcialmente salvo se considerarmos que orações como Deu o menino o livro ao padre são derivadas de orações mais básicas, com a ordem direta: O menino deu o livro ao padre. A favor desta posição está a intuição de muitos falantes e o fato também de serem mínimas as inversões com verbo transitivo. Quanto às posições com verbo intransitivo, apresentam problemas específicos que as distinguem, como já vimos em outros trabalhos ((1983), (1984)).

A concordância verbal continua sendo bastante discutível, devido à flutuação que sofre na fala e às outras objeções que já foram feitas antes, neste trabalho. Além disso, a concordância parece-me mais um traço secundário, uma vez que é preciso antes saber o que é sujeito, para depois fazer o verbo concordar com ele. Ela é uma consequência. Além disso, tem que ser ensinada na escola. A tendência do povo, sem a influência da escola, é marcar o número apenas no primeiro elemento da S, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que marcar o número mais de uma vez na S é redundante. Não se pode, naturalmente, ignorar que na língua escrita está em vigor a norma da concordância, mas ela não é um traço espontâneo da língua atualmente. É um traço adquirido. Não tem, portanto, o mesmo status que têm os outros traços. Nada impede, porém, que ela seja um traço identificador do sujeito. Tendo o aluno aprendido que o verbo deve concordar com o sujeito na língua escrita, ele pode usar tal traço na tarefa de identificação do sujeito. Teonila Pinto diz que este traço é menos identificador para sujeito do que os outros traços, mas não o descarta.

Poderíamos, então, ser tentados a concluir que os traços *tópico* e *posição* são traços definidores de sujeito, desde que eliminássemos os contra-exemplos por meio dos artifícios citados.

Mas me parece que não se pode dizer, apesar disso, que os traços de *tópico* e *posição* são necessários. Veremos quando analisarmos, mais adiante, o problema da relação entre *tópico* e *su-*

jeito em textos, que não se pode afirmar categoricamente que o sujeito *sempre* é o tópico da sentença. Também é suficiente para demonstrar que a posição não é um traço necessário o fato de que nem todo elemento que vem no início da S é sujeito, como se vê em Havia um homem no jardim.

Em vista da importância do traço agente, que tanto é citado em primeiro lugar pelos falantes como é usado na tarefa da identificação, este deve entrar na definição de sujeito. Com menor importância alistaríamos o traço da concordância, que pode servir como identificador, mas está abaixo dos outros traços. Ou seja, um SN plural ocorrendo com verbo no plural, se vem depois do verbo e tem os traços semânticos (tipo abstrato, por exemplo) similares ao SN preposto, não será considerado sujeito, como em O problema são os apelos publicitários. T. Pinto (1981:109), dá 40% para o primeiro SN e 13% para o segundo. Em A rainha sou eu, com o SN eu posposto, houve 67% de escolha para o primeiro SN, contra 30% para o segundo, apesar da concordância.

Não entrei em detalhes na maneira de conceber a gramática para dar conta da divisão entre Ss básicas e derivadas. Sabe-se que há inúmeras propostas de gramática competindo atualmente, todas girando em torno de como resolver esse problema sem o uso de transformações, que foram descartadas em vista dos problemas insolúveis que acarretam. Mas parece ponto pacífico que muitos consideram importante a distinção (entre Ss básicas e derivadas).

### 7. Testagem de alunos

Apliquei um pequeno teste no início do ano letivo (fevereiro de 84) em algumas turmas da Faculdade de Letras (UFMG). Duas turmas eram do básico de Português, uma de Linguística I, e duas de alunos que estão terminando o curso de Português. As turmas do básico, embora iniciantes, são de alunos de nível superior aos de Linguística I, uma vez que entraram na primeira chamada do Vestibular. A turma de Linguística I, cursando o 1º semestre na Faculdade (tendo feito o Básico de Ciências Humanas), entrou no meio do ano, são alunos que tiveram classificação pior no Vestibular, tanto que são de segunda chamada. Isto se refletiu no resultado, como se verá. Pedi aos alunos que classificassem sintaticamente as expressões grifadas, a fim de deixá-los livres para escolher sujeito ou outro qualquer constituinte da S. Quase todos os exemplos (com exceção do de haver) são classificados pela gramática normativa como sujeito. Os resultados são consistentes para as duas turmas do Básico. A turma de Linguística I apresenta

diferenças que podem ser interpretadas como indicando que os alunos não dominam tão bem quanto os outros a gramática normativa.

### 7.1. Teste aplicado

#### I. Classifique sintaticamente os termos sublinhados:

1. Esta mulher surgiu na minha vida de repente.
2. O menino quebrou a vidraça da casa.
3. Apareceu um homem estranho lá em casa.
4. Mandei vir a cerveja.
5. Havia muita gente no comício.
6. Vende-se muita casa antiga na cidade.
7. O trem já chegou.
8. Caiu uma chuva danada!

#### II. Identifique e classifique o sujeito dos verbos sublinhados:

1. Convêm que todos compareçam à concentração.
2. Mandaram evacuar a sala.

#### III. Faça a concordância do verbo com o sujeito:

1. (ser incrível) as loucuras que eles (falar).
2. A família penhorada (agradecer) a todos que a (confortar).
3. As onças (atacar) uma roça que (estar) cheia de milho.
4. Esse homem (amar) muitas mulheres.
5. Esse homem muitas mulheres (amar).

#### IV. Sublinhar o sujeito das orações com um traço e com dois o objeto direto:

1. Meu carro furou o pneu.
2. O tanque da belina cabe 60 litros de gasolina.
3. Existem pessoas difíceis!
4. O orador estava tremendo as mãos.
5. Tudo isto é desnecessário querer saber.
6. O carro está vazando gasolina.
7. Essa mulher esse homem ama.

### 7.2. Resultados (ver quadros em anexo)

#### 7.2.1. Lingüística I

Nesta turma, 17 alunos em 19 reconheceram o menino como sujeito de quebrou no exemplo 2 (89%). Já apenas 10 escolheram esta mulher como sujeito de surgiu (52%). Houve duas escolhas deste SN como objeto direto, 2 como objeto indireto e o resto não respondeu. Esta percentagem foi menor do que para o SN posposto um homem estranho, que foi escolhido como sujeito por 12 alunos (63%).

3 optaram por objeto direto, 1 por objeto indireto.

Já o SN posposto a caiu, uma cinuva, teve apenas 5 escolhas para sujeito, sendo que a maioria optou por objeto direto: 8 (42%).

Houve grande unanimidade quanto a cerveja: 15 alunos classificaram como objeto direto (78%) e nenhum como sujeito (0%).

Esta percentagem foi maior do que quanto ao SN posposto a haver, em que houve onze escolhas para objeto direto (51%). Os alunos demonstraram maior dificuldade com relação ao SN posposto a vende-se: muita casa teve 6 escolhas como sujeito (31%), 3 como objeto direto e 10 não responderam.

O resultado para o trem, no exemplo 7, foi igual ao do exemplo 2, embora num caso se trate de verbo transitivo e noutro de intransitivo. Houve 17 escolhas de o trem como sujeito: 89%.

Com convêm apenas três alunos consideraram a oração seguinte como sujeito: 15,7%. O mesmo número preferiu todos, 4 acharam que não havia sujeito (21%), 2 classificaram como indeterminado, 1 escolheu vocês. O resto não respondeu.

No caso de mandaram, 7 apontaram como sujeito eles. Destes sete, quatro acrescentaram ao eles, oculto, 2 indeterminado, e 1 oculto indeterminado. Outros 7 classificaram o sujeito como indeterminado, um escolheu a sala para sujeito e quatro não responderam.

Na primeira questão da concordância, 12 alunos (63%) colocaram no singular o verbo seguido de SN plural. Já 18 (94,7%) concordaram o verbo falar com o SN anteposto no plural. Com família a preferência foi para o singular: 18 (94,7%). Com a interferência do pronome singular diante de confortar e entre o sujeito e o verbo, só 12 alunos (63%) puseram o verbo no plural; cinco colocaram confortou e 2 não responderam.

Atacar, com sujeito onças anteposto, teve 18 escolhas de plural, o que mostra a coerência da concordância. Estar teve 17 escolhas de singular, concordando com a roça (e não com onças).

A oração 5 teve esse homem como sujeito de preferência (11= 57,8%). Apenas 5 escolheram o plural e 2 não responderam.

A percentagem de escolha de sujeito para meu carro, no exemplo 1 do último bloco, foi alta: 16 (84%) e mais alta ainda foi de objeto, para pneu: 19 (100%). O tanque de gasolina foi escolhido sujeito por 18 alunos e 60 litros de gasolina objeto por 16 (sendo que 2 sublinharam de gasolina e 1 só 60 litros) - 84%.

Pessoas difíceis, posposto a existem, teve 15 escolhas de objeto direto (78,9%). 4 pessoas não responderam.

Dezesseis pessoas marcaram o orador como sujeito e 11 as mãos como objeto (57,8%). No exemplo 5, em que o objeto tudo isto está topicalizado, 8 (42%) marcaram-no como sujeito e 1 marcou tudo como sujeito. Seis marcaram tudo isto como objeto (31,5%). 4 não marcaram nada como sujeito e um marcou desnecessário como objeto.

Novamente, 16 marcaram no exemplo 6 o carro como sujeito (84%) e 10 sublinharam gasolina como objeto.

No último exemplo, (7), houve certo equilíbrio nas respostas, pois 10 (52,6%) escolheram para sujeito essa mulher e 9 escolheram esse homem (47,3%). Paralelamente, houve 8 escolhas de essa mulher como objeto e 7 para esse homem.

#### Comentário

Os resultados da pesquisa confirmaram a maioria de minhas suposições. Em primeiro lugar, vê-se que a maioria absoluta reconheceu o sujeito agente de quebrou, verbo ativo, em O menino quebrou a vidraça. Este é um caso prototípico de sujeito e também de agente: sujeito humano, com total controle da ação, verbo ativo, tipicamente transitivo, seguido de objeto direto que sofre a ação do sujeito. A oração é uma declarativa, afirmativa, ativa e o verbo está no pretérito perfeito, que indica que a ação foi completada. Segundo os critérios de Hooper e Thompson (1982) este é também um exemplo típico de transitividade.

Vê-se que as descobertas dos psicólogos se confirmam: o exemplo típico é o que é reconhecido mais facilmente, aquele em que há menor número de erros, etc.

Comparando-se com esta oração, a outra apresenta um resultado bem diferente: apenas 10 escolheram esta mulher como sujeito de seguir, sendo que alguns optaram por objeto (direto ou indireto). Veja-se que o sujeito é também humano (e definido) mas o verbo é surgir. Que diferença(s) existe(m) entre as duas Ss? Em primeiro lugar, note-se que o sujeito não tem controle sobre o acontecimento, não é agente. O verbo, por sua vez, indica não uma ação, mas um acontecimento. O traço de sujeito significativo aí é a anteposição. Daí os alunos ficarem na dúvida e tantos não responderam ou considerarem o SN como objeto. Vê-se, assim, a força do significado na identificação do sujeito: mesmo anteposto e humano, ele oferece dificuldades, por ser passivo e não ativo. Uma professora de Português da Faculdade, de longa experiência, me

disse também que alguns alunos podem ter achado que o sujeito é minha vida. Isto está de acordo com o resultado que Teonila Pinto encontrou para Tem traça no meu guarda-roupa. Note-se que esta professora não leu a tese de Teonila Pinto.

Na terceira S, Apareceu um homem estranho lá em casa, a percentagem de escolhas para sujeito também foi menor (12) do que na S típica: 3 analisaram o SN como objeto direto e I como indireto. Temos aí um SN humano, indefinido, mas posposto. O verbo é aparecer, que também indica um acontecimento. Isso explica, portanto, que muitos falantes não reconheçam o SN como sujeito. Eu esperava, porém, que a percentagem fosse menor do que para a primeira S, com SN anteposto. Qual a explicação para tal fato? É possível que esse exemplo seja muito ensinado nos cursinhos ao preparar os alunos para o Vestibular, pois os professores sabem que há dificuldade nesse ponto. Uma explicação aventada pelo Prof. Samuel Moreira é bastante plausível: é que o verbo aparecer é ambíguo em relação ao controle do sujeito, podendo este não ter controle, ser passivo como em surgir, mas podendo também ter bastante controle, como quando se diz: Aparece lá em casa hoje!. É importante notar que não se diz Surge lá em casa hoje!. Como o que está em jogo é justamente o controle da ação por parte do sujeito, essa explicação casa com o que se verificou para a primeira S. Sendo isso verdade, verifica-se que o traço agente é mais determinante do que a posição sintática na determinação do sujeito. Acho que essa constatação é importantíssima, sobretudo para os sintaticistas que têm o costume de pensar em termos de sintaxe autônoma. Ou seja, os falantes privilegiam, na hora de reconhecer o sujeito, o significado e não a forma. Isso confirma uma idéia que me tem sido sugerida pelos dados sobre posposição. É que o falante, quando produz a S, tende a colocar depois do verbo aquilo que não é agente. Daí raramente se encontrar nos dados agente posposto. As frases com agente posposto são construídas por nós, lingüistas. O falante não as produz (ou melhor, elas são estatisticamente insignificantes).

O resultado para o trem foi igual ao da sentença típica: maioria absoluta. Creio que, como o trem não é humano, só se pode explicar esse resultado pelo fato de o trem ser sentido como tendo controle sobre a ação de chegou. Além disso, está anteposto. Isso nos indica que o que importa não é ser humano ou não, mas ter ou não controle sobre a ação. Eu penso em trem como inanimado, mas parece que os falantes não pensam assim. Para mim, trem não seria agente, mas para os falantes pode ser.

O resultado para muita gente, na S havia muita gente no comício está de acordo com a idéia de que este não é um objeto típico. O objeto direto típico é aquele que ocorre numa S de ação, como O menino quebrou a vidraça - paciente, inanimado, posposto ao verbo.

Também o resultado para muita casa mostra como o falante tem dificuldade em considerar tal SN como sujeito. Apesar de o ensino gramatical insistir neste ensinamento as pessoas chegam à faculdade sem aceitá-lo. E com razão: está muito mais para objeto do que para sujeito, pois é paciente, inanimado, ocorre posposto ao verbo. Só que o agente não está explícito. O fato de não haver maior percentagem de classificação como objeto é explicável por ser este tipo de frase muito ensinado, desde o 1º grau. É preciso considerar, nesses resultados, a influência da escola: os casos mais treinados, como de haver e de vende-se casa, refletem alguma influência, o falante não exerce livremente sua intuição. Já o SN posposto a infinitivo dependente de causativos (cerveja) apresenta uma resposta menos condicionada, a meu ver. O resultado para uma chuva posposto a caiu foi diferente dos outros SNs pospostos, dando maior percentagem de escolha para objeto, o que confirmou o que eu imaginava, pois este é um SN inanimado, paciente, posposto.

O resultado para a classificação do sujeito oracional mostrou também o que eu esperava: os alunos não conseguiram classificar o sujeito oracional, a que faltam praticamente todas as características de sujeito: vem posposto, é abstrato, não tem concordância, é uma oração. Alguns professores me testemunharam que a tendência é mais para classificar tal oração como objeto. Uma turma de Portugêses da Faculdade, que está no terceiro semestre, ficou atônita quando a professora apresentou o ensinamento gramatical: parecia que nunca haviam ouvido um absurdo igual. Realmente, de objeto pelo menos existe o traço da posposição ao verbo, e também não é raro encontrar-se um objeto abstrato.

Quanto ao sujeito de mandaram, o problema está mais com a denominação de indeterminado, porque muitos colocaram eles como sujeito. Isso é compreensível, por causa da flexão e porque na língua oral é muito comum dizer-se Eles mandaram em vez de Mandaram, significando a mesma coisa. Ou seja, na língua oral eles pode indicar sujeito indeterminado. Na verdade, todas as respostas dadas significam a mesma coisa: eles, oculto, indeterminado e oculto indeterminado. Em referência à língua oral, eles na língua escrita foi omitido, está "oculto".

Também o resultado da concordância confirmou minhas previsões. A primeira S havia sido usada por uma professora oralmente, quando ela comentava os resultados do Vestibular. Quando chamei sua atenção para o que havia falado, ela custou a perceber que o que havia dito tinha alguma coisa de peculiar:

É incrível as loucuras que eles falam.

Na verdade, não tem nada de peculiar esta frase na língua oral, porque as pessoas não costumam pôr no plural o predicado, quando o SN posposto está no plural, nem mesmo em registro formal. Só a gramática normativa é que insiste nisso e então, depois que escrevem, os autores têm que reler seus textos para corrigir, porque esquecem a concordância. Mesmo assim, muitos "erros" passam. Eu já encontrei uma quantidade deles em textos escritos, inclusive vários numa dissertação sobre a concordância com sujeitos pospostos.

Os alunos, em sua maioria, colocaram o predicado inicial no singular, embora mais adiante, na mesma S, quase todos (18) tenham colocado o verbo falar, com sujeito plural (humano) anteposto, no plural. Vê-se que os alunos aprenderam a regra da Gramática, que exige a concordância do verbo com seu sujeito. A taxa de acerto na concordância foi altíssima, em todos os casos em que o sujeito era típico. Se eles não concordaram no caso do SN posposto, só pode ser pela razão exposta: este SN não é sentido como sujeito.

As perguntas sobre concordância foram feitas para mostrar como o problema aparece quando o caso é menos típico. Vê-se isto com a dificuldade que os alunos tiveram com a confortou: eles puseram com família o verbo no singular, mas como antes de confortar apareceu um pronome singular, alguns ficaram na dúvida e puseram-no também no singular. Este exemplo foi colocado porque uma professora de Português me chamou a atenção para esta dificuldade. Parece indicar a tendência do falante a fazer o verbo concordar com o SN mais próximo.

O exemplo 3 foi colocado para verificar se eles faziam como os alunos testados por Teonila Pinto e concordavam o segundo verbo com onças (tópico). Não se confirmou, talvez porque não se tratava de sujeito posposto.

O exemplo 4 mostra mais uma vez a alta incidência de acerto em um caso típico (ninguém pôs o verbo no plural, concordando com muitas mulheres, que seria a ordem inversa, considerada possível



por gramáticos e teóricos). Quando a ordem da S se inverteu no exemplo 5, a maioria (11) continuou colocando o verbo no singular, concordando com esse homem, o SN anteposto. A anteposição condicionou a resposta, portanto, sendo a ordem direta a preferida.

As sentenças do quarto bloco confirmaram a hipótese de que os falantes tratam como orações transitivas Ss como Meu carro furou o pneu, O tanque da belina cabe 60 litros de gasolina, etc. As percentagens de alunos que marcaram os SNs antepostos como sujeitos e os pospostos como objetos foram altas, embora eles provavelmente nunca tenham tido que analisar tais Ss antes. Para os objetos do 4º e 6º exemplos, as mãos, e gasolina, o primeiro com 11 escolhas só (57%), e o segundo com 10 (52,6%), a diferença mostra que estes não são considerados objetos tão normais, pelo menos, quanto o pneu. As percentagens dos sujeitos foram quase tão altas quanto os mais típicos sujeitos encontrados no primeiro teste.

Por último, deve-se notar a percentagem de escolha de objeto direto para o SN posposto a existir (79,8%): mais alta do que para o de haver!

Mais uma vez, confirmou-se minha previsão: o SN posposto a existir, apesar de o verbo estar no plural, não é visto como sujeito, mesmo com SN humano (o grau mais alto na hierarquia de saliência).

O exemplo nº 5 desnortou os alunos, por causa da ordem truncada. A maioria escolheu tudo isto como sujeito (52,6%), o que mostra a importância da posição tópica. Apenas 31% dos alunos colocaram tudo isto como objeto.

O último exemplo, colocado para ver se a posição inicial influenciava a resposta, mostrou uma ligeira preferência para essa mulher, o primeiro SN, como sujeito, mas o resultado demonstrou que, podendo escolher entre dois SNs humanos antepostos ao verbo os alunos ficaram divididos ante a ambigüidade da S.

### 7.2.2. Básico

Foram aplicados os testes em duas turmas do Básico, que vou chamar de Básico A e Básico B. A turma do Básico A tinha 17 alunos e do Básico B 11. Todas duas são de alunos que entraram na primeira etapa do Vestibular de 1984. A turma de Linguística I, que entrou na 2a. etapa de 1983, é de alunos que tiveram notas mais baixas no Vestibular. O resultado dos testes apresentou al-

gumas diferenças, entre as turmas do Básico e a de Lingüística I. A razão pode estar ligada à diferença de nível entre os alunos.

Vou dar o resultado da turma do Básico A primeiro e depois da turma B, porque houve pequenas variações.

#### Turma A (17 alunos)

O primeiro exemplo teve 82% de escolha, o segundo 94%. Houve, portanto, uma diferença pequena entre os dois, não tanta como em Lingüística I. Já no terceiro exemplo, do SN posposto, a percentagem de escolha de sujeito baixou mais: 70,5%, e aumentou a de objeto: 23,5%. Confirmou-se a diferença entre o SN posposto e o anteposto. Essa mesma percentagem se encontrou para o oitavo exemplo (uma chuva) confirmando mais ainda a não-tipicidade do SN posposto.

O sujeito que apresentou maior percentagem foi o sétimo: o trem, com 100%. Confirma-se o sujeito típico.

Os resultados se confirmaram também nos exemplos 4, 5 e 6: a percentagem de escolha do objeto direto é alta (70,5%). A escolha de muita gente como objeto direto de haver não indicou também alto grau de tipicidade: 64,7%. Os resultados são semelhantes aos de Lingüística I também para Vende-se muita casa: 41% de escolha para objeto, o que mostra que, apesar do treinamento, este SN não é considerado sujeito.

Os resultados, portanto, confirmam que há uma gradação de *sujeitividade*: os sujeitos mais típicos são os dos exemplos 2 e 7, que coincidem com os que os falantes citam quando solicitados. Os SNs pospostos estão bem abaixo desses, apesar do treinamento recebido nas escolas. A percentagem de escolha de objeto para o SN posposto de vende-se é maior do que para os SNs pospostos a aparecer e cair. Isso é explicável pelo fato de haver um agente no caso de vende-se, embora não explicitado. Nos outros casos, não. Assim, o SN posposto a vende-se é mais objeto do que os outros.

Quanto ao sujeito oracional, houve maior percentagem de escolha do que em Lingüística I: 35%, mas o treinamento não foi suficiente para apagar o sentimento de que este SN está longe de ser um sujeito típico. A percentagem para mandaram é maior: 52,6% para indeterminado.

Quanto à concordância, confirmado novamente: 94% de singular para o primeiro predicado e 100% de plural para o segundo. Houve menor percentagem de erro no caso de confortar (2 escolhas), mas

não foi de 100% a concordância. O resto foi sem surpresa. No último exemplo, o maior número de concordância foi para o SN mais próximo (52,9%). Os resultados desse item não permitem uma conclusão muito segura.

Os resultados do último bloco de perguntas também não apresentaram muita surpresa, confirmando a análise anterior, que dava estas orações (tirando 3 e 5) como tendo sujeitos mais típicos do que as de SN posposto. Houve 17 escolhas de meu carro para sujeito no primeiro exemplo, 14 para o pneu como objeto, 15 para o tanque da belina como sujeito, 11 para 60 litros de gasolina como objeto. 16 escolheram o orador para sujeito e 11 as mãos para objeto. 16 também escolheram o carro como sujeito e 13 gasolina como objeto. Confirma-se também a análise de existir: 4 escolhas de sujeito para pessoas difíceis, 6 de objeto, quatro não responderam, 2 escolhas de pessoas, 1 como inexistente.

No caso da topicalização de objeto, este foi preferido como sujeito (58,8%). Houve preferência para escolher essa mulher como objeto e esse homem sujeito: 10 (52,6%). Só 7 (36,8%) escolheram esse homem como sujeito e quatro esse homem como objeto. Parece indicar uma preferência para escolher como sujeito o SN mais próximo ao verbo, mas é preciso uma pesquisa maior a respeito.

#### Turma B

Na outra turma do Básico (11 alunos), que chamarei de Básico B, o resultado foi de 100% para sujeito nos dois primeiros exemplos. No terceiro houve divisão: 8 (72,7%) para sujeito, 1 para objeto, 2 sem resposta. No quarto, houve 7 (63,6%) escolhas para objeto, 3 para sujeito (27%). No quinto, também 7 escolhas para objeto, 1 para sujeito e 3 sem respostas. No sexto, 5 para objeto (45%), 4 (36%) para sujeito e 2 sem resposta. No sétimo, 9 escolhas para sujeito (81%), 1 objeto, 1 sem resposta. No oitavo, 6 para sujeito (54%), 3 objeto (27%) e 2 sem resposta.

No segundo bloco, 5 escolheram no primeiro exemplo o sujeito oracional (45%), 2 sem sujeito, 1 indeterminado, 1 todos, 1 oculto, 1 não respondeu. No segundo exemplo, 8 classificaram o sujeito como indeterminado (72,7%), 1 oculto, 1 eles, 1 não respondeu.

No terceiro bloco, 8 (72,7%) colocaram o predicado no plural no primeiro exemplo, só 2 no singular e 1 não respondeu. No segundo exemplo, também 8 (72,7%) colocaram o verbo confortar no plural, 3 no singular. O resultado do terceiro e quatro exemplos foi igual em percentagem ao Básico A. No quinto houve divi-

são: 4 puseram amar no singular, 4 no plural e 3 não responderam.

No último bloco, 11 escolheram meu carro como sujeito (100%), 9 o pneu como objeto (81,8%) e 2 não marcaram objeto. 10 marcaram o tanque de gasolina como sujeito, 1 não respondeu; 9 marcaram 50 litros de gasolina como objeto, 2 não responderam. Também 11 marcaram o orador como sujeito e 10 as mãos como objeto (1 não respondeu). E no exemplo 6, 10 marcaram o carro como sujeito e 8 gasolina como objeto. Um reverteu a ordem, deu o carro como objeto e a gasolina como sujeito.

O resultado para existir foi também semelhante ao do Básico A: 5 escolhas de pessoas difíceis como sujeito, (mais 1 escolha de pessoas como sujeito), 4 como objeto, 1 sem resposta.

Também o exemplo 5 apresentou divisão: 5 escolheram tudo isto como sujeito, 5 como objeto, 1 não respondeu. Ainda marcaram querer saber como sujeito (1), como objeto (1) ou a oração toda é desnecessário querer saber como sujeito (1) ou como objeto (2).

No último exemplo, 7 escolheram esse homem como sujeito e essa mulher como objeto, privilegiando o SN mais próximo ao verbo. 4 escolheram essa mulher como sujeito, 3 esse homem como objeto e 1 não escolheu objeto.

### 7.2.3. Alunos adiantados

Foram testadas duas turmas de alunos adiantados, que estão se formando como professores de Português. Uma turma tinha 21 alunos e outra 12. Os resultados também são semelhantes, como se pode ver pelos quadros. Aumentaram as percentagens, e o resultado não foi tão igual nas duas turmas.

Os sujeitos típicos continuaram apresentando maiores percentagens. O SN posposto cerveja teve maior percentagem ainda de escolha como objeto (91,6% e 80%). Houve uma diferença maior entre o SN posposto a aparecer e cair: no caso de aparecer, 83% e 71% de escolha de sujeito, no de cair, 50% e 42,8%. A escolha do SN posposto a haver como objeto foi maior numa turma que na outra: 66,6% numa e 80% noutra. 58% escolheram muita casa como objeto de vende-se numa turma e 38% na outra, que apresentou 47% de escolha para sujeito.

O sujeito o trem mais uma vez apresentou-se como típico: 100% nas duas turmas.

Quanto ao sujeito oracional, a dificuldade dos alunos se con-

firma: 33% de escolha nas duas turmas. Os resultados também não variaram essencialmente quanto a mandaram, porque a maioria, nas duas turmas, escolheu sujeito indeterminado ou oculto ou eles oculto, como nas turmas iniciais. A turma maior, porém, parece que gravou melhor o rótulo indeterminado: 76% de escolha.

A aprendizagem da concordância aumentou, numa turma, no caso do SN posposto: 17 em 21 (80%) colocaram plural em ser incrível na turma maior. Na outra turma, 9 em 12 (75%) colocaram singular e apenas 3 plural. Um resultado estranho, que também só pode ser devido à aprendizagem, ao que parece.

Os outros exemplos não apresentaram surpresa. No quinto também houve a divisão: na turma maior uma ligeira preferência por esse homem para sujeito: 10 (94,7%). 3 notaram a ambigüidade. Na menor, também maior preferência: 7 (58%).

No último bloco de questões a turma menor teve um comportamento diferente: alguns alunos manifestaram ao lado que as Ss 1, 2 e 3 eram estranhas, corrigiram a ordem, reclamaram falta de concordância. Por isso o resultado foi diferente: os sujeitos não tiveram tão altas percentagens como nas outras turmas, o mesmo acontecendo com os objetos (ver quadro 6). Também houve baixa percentagem de escolha do SN posposto a existir para sujeito: 42,8% na turma maior e 41,6% na menor; e 52% e 25% de escolhas para objeto (sendo que na turma menor 33% não responderam).

Continuou a preferência por tudo isto como sujeito (61,9% e 66,6%) e de essa mulher (50% e 61,9%).

### 7.3. Conclusão

Podemos tirar algumas conclusões mais firmes desta pequena sondagem:

1. O sujeito típico é nitidamente o agente, anteposto.
2. Agente tem que ser definido de acordo com a perspectiva do falante. Animado também.
3. Existe uma gradação nesses conceitos, sendo que o falante examina também o verbo para decidir.
4. Os SNs pospostos não são considerados sujeitos por uma parcela significativa dos falantes.
5. Muitos falantes marcam como objeto os SNs pospostos, apesar de terem aprendido na escola o contrário.
6. Também no caso do objeto há uma gradação.
7. Os falantes interpretam Ss como O carro furou o pneu da mesma maneira que qualquer S transitiva típica. Houve es-

tranheza maior apenas no caso de as mãos como objeto de trem. Mas os SNs iniciais destas Ss tiveram percentagens de escolha como sujeito tão grandes quanto os casos mais típicos.

8. A oração dependente de convém não é sentida como sujeito pela maioria dos falantes.
9. O sujeito indeterminado (agente) é reconhecido facilmente, mesmo que o rótulo não esteja gravado. Seria o caso de trocar de rótulo?
10. A concordância nos casos típicos não apresenta problemas para os alunos. Nos casos em que o SN não é sentido como sujeito, sim.
11. Há uma tendência nítida a interpretar o SN topicalizado como sujeito.
12. Apesar da escola ensinar desde o primeiro grau que o SN posposto a haver é objeto e a existir é sujeito, os alunos chegam e saem da Faculdade de Letras pensando diferente. Isso não dá o que pensar?
13. O chamado "sujeito posposto" de infinitivo é considerado como objeto pela maioria esmagadora dos falantes.

Não posso concluir seguramente se os alunos tendem a escolher como sujeito o SN anteposto mais próximo ao verbo, no caso de orações ambíguas, ou se entram outras considerações semânticas na interpretação.

Muita coisa ainda fica por examinar. Uma delas é se a posição do SN o trem dará diferença no resultado. Ou seja, se em Chegou o trem - o trem teria tanta escolha para sujeito.

A N E X O

QUADROS COMPARATIVOS

Turmas	Lgt. I (19)		Básico A (17)		Básico B (11)		Adiant. I (12)		Adiant. II (21)											
	Obj.		Obj.		Obj.		Obj.		Obj.											
	NP	%	NP	%	NP	%	NP	%	NP	%										
1.	10	52,6	2	10,5	14	82	1	9	11	100	Ø	Ø	12	100	Ø	Ø	20	95	Ø	Ø
2.	17	89	2	10,5	16	94	Ø	Ø	11	100	Ø	Ø	12	100	Ø	Ø	21	100	Ø	Ø
3.	12	63	3	15	12	70,5	4	23,5	8	72,7	1	9	10	83	1	8	15	71	5	23
4.	Ø	Ø	15	78,9	3	17,6	12	70,5	3	27	7	63,6	1	8	11	91,6	4	19	17	80
5.	1	5	11	57,8	Ø	Ø	11	64,7	1	9	7	63,6	2	16	8	66,6	1	4	17	80
6.	6	31,5	3	15	5	29	7	41	4	36	5	45	2	16	7	58	10	47,6	8	38
7.	17	89	Ø	Ø	17	100	Ø	Ø	9	81	1	9	12	100	Ø	Ø	21	100	Ø	Ø
8.	5	26,3	8	42	12	70,5	4	23,5	6	54	3	27	6	50	6	50	9	42,8	12	57

1. Quadro comparativo das diversas turmas: escolha de sujeito e objeto. (bloco I)

T. \ R.	Suj. orac.	Todos	Indet.	S/suj.	Vocês	S/resp.	Oculto
Lgt. I	15,7%	15,7%	10,5%	21%	5%	31%	-
Bás. A	35%	11%	11%	11%	-	23,5%	-
Bás. B	45%	9%	9%	18%	-	9%	9%
Ad. I	33%	25%	-	41,6%	-	-	-
Ad. II	33%	-	-	23%	-	38%	4%

2. Quadro de respostas para sujeito oracional  
(questão 1, bloco II)

T. \ R.	Eles	Ind.	S/resp.	Oculto	Outros
Lgt. I	36%	36%	21%	-	5%
Bás. A	5%	52,6%	11%	17%	-
Bás. B	9%	72,7%	9%	9%	-
Ad. I	3%	41,6%	-	16%	8%
Ad. II	14%	76%	4%	4%	-

3. Quadro de respostas para sujeito indeterminado  
(questão 2, bloco II)

T. \ R.	Sg.	Pl.	S/resp.
Lgt. I	63%	21%	15%
Bás. A	94%	5%	-
Bás. B	4%	72,7%	9%
Ad. I	75%	25%	-
Ad. II	80%	8,5%	9%

4. Quadro de respostas para concordância com "sujeito posposto"  
(questão 1, bloco III)



Q.	Lgt. I (19)		Básico A (17)		Básico B (11)		Ad. I (12)		Ad. II (21)	
	Suj. 19	Obj. 29	Suj. 19	Obj. 29	Suj. 19	Obj. 29	Suj. 19	Obj. 29	Suj. 19	Obj. 29
1.	84%	100%	100%	82%	100%	81,8%	66,6%	75%	90%	90,4%
2.	94%	84%	88%	64,7%	90,9%	81,8%	75%	66,6%	90%	85,7%
4.	84%	57,8%	94%	64%	100%	81,8%	75%	58%	76%	52%
6.	84%	52,6%	94%	76%	90,9%	72%	91,6%	50%	80,9%	61,9%

5. Quadro comparativo de escolha de sujeito (19 SN) e objeto (29 SN)  
(questões 1, 2, 4 e 6 bloco IV)

Q.	Lgt. I		Básico A		Básico B		Ad. I		Ad. II	
	Suj.	Obj.	Suj.	Obj.	Suj.	Obj.	Suj.	Obj.	Suj.	Obj.
5.	42%	31,5%	58,8%	23,5%	45%	45%	66,6%	25%	61,9%	4%
7.	52,6%	42%	41%	58,8%	36%	53,6%	50%	41,6%	61,9%	57%

6. Quadro de escolha para SN<sub>1</sub> (questões 5 e 7 bloco IV)

Por esse quadro se vê que, no caso 5, em que o objeto direto da oração subordinada está topicalizado, sendo o único SN antes do verbo, ele é sentido mais como sujeito do que como objeto. Já no caso 7, há dois SNs antes do verbo, a S é ambígua (o que não acontece com a de nº 5) e então a divisão é mais equitativa, correspondendo à duas interpretações possíveis da S.

T. \ R.	Suj.	Obj.	S/resp.	Outros
Lgt. I	β	78%	21%	-
Bás. A	35%	35%	23%	5%
Bás. B	54,5%	36%	9%	-
Ad. I	41,6%	25%	33%	-
Ad. II	42,8%	52%	4%	-

7. Quadro de respostas para "sujeito posposto" com existir  
(questão 3, bloco IV)

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes (1955). Gramática Metódica da Língua Portuguesa. 7.ed. S. Paulo, Saraiva.
- BITTENCOURT, Vanda O. (1980). A Posposição do Sujeito em Português. Diss. de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG.
- COMRIE, Bernard (1981). Language Universals and Linguistic Typology. Oxford, Basil Blackwell.
- CUNHA, Celso F. (1976). Gramática da Língua Portuguesa. 3.ed. Rio, Fename.
- GIVÓN, Talmy (1979). On Understanding Grammar. New York, Academic Press.
- HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra A. (1980). Transitivity in Grammar and Discourse. Language (56):2.
- KEENAN, Edward L. (1976). Towards a Universal Definition of "Subject". In: LI, Ch. (ed.) Subject and Topic. New York, Academic Press.
- LIRA, Solange de Azambuja (1982). Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese. Tese de Doutorado, University of Pennsylvania.
- PINTO, M. Teonila de F.A. (1981). Crítérios Psicologicamente Identificadores de SNS Sujeitos em Português. Diss. de Mestrado. São Paulo, PUC.
- PONTES, Eunice S.L. (1980). Da importância do Tópico em Português. Comunicação ao V Encontro Nacional de Linguística. Publ. nos ANAIS, 1981. Rio, PUC.
- \_\_\_\_\_. (1982). A Ordem VS em Português. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura. Belo Horizonte, Departamento de Linguística e Teoria da Literatura, FALE/UFMG, (7):90-137.
- \_\_\_\_\_. (1983). A Ordem VS em Português: Tentativa de Explicação. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura. Belo Horizonte, Departamento de Linguística e Teoria da Literatura, FALE/UFMG, (9):49-70.
- \_\_\_\_\_. (1984). Sobre o Conceito de Sujeito em Português. Tese de Titular. Belo Horizonte, UFMG.
- SMITH, Edward E. & MEDIN, Douglas L. (1981). Categories and Concepts. Cambridge, Harvard University Press.
- SAID ALI, M. (1965). Gramática Histórica da Língua Portuguesa. 5. ed. S. Paulo, Melhoramentos.

# ANALISE FUNCIONAL DA ELIPSE DE PREPOSIÇÕES EM PORTUGUÊS

Maria Elizabeth Fonseca Saraiva

## RESUMO

Neste texto, pretendo, em primeiro lugar, descrever e analisar os contextos em que ocorre elipse de preposições no português coloquial.

A seguir, com base nos estudos realizados por Pontes (1981) e Haiman (1983), apresento uma tentativa de explicação para os fatos analisados, que leva em conta a função das preposições no discurso.

## ABSTRACT

What I intend to do in this paper is, first, to describe and analyse the contexts in which there is ellipsis of prepositions in colloquial Portuguese.

Next, on the basis of Pontes's (1981) and Haiman's (1983) studies, an attempt is formulated in order to explain the facts already analysed. The explanation presented is based on the function of prepositions in discourse.

## 1. Introdução

Neste trabalho, vou apresentar minhas observações iniciais a respeito de um assunto que pretendo continuar investigando e que faz parte de uma pesquisa mais ampla, realizada em grupo e coordenada pela Profa. Dra. Eunice Pontes, cujos objetivos gerais são: *descrever e analisar alguns aspectos de português contemporâneo, tal como é falado em Belo Horizonte, por um segmento da classe culta: informantes de nível universitário, numa faixa etária de 25 a 50 anos.*<sup>1</sup>

É meu objetivo buscar respostas para as seguintes indagações, que me ocorreram a partir da leitura de Lemle (1982) e da análise de alguns dados detectados na língua oral:

1. Qual é o conceito de *preposição* e qual a sua função no discurso?
2. Realmente justifica-se considerar a classe das preposições como a mais ampla, nela incluindo a dos advérbios? (Cf. Lemle, op. cit., p. 254) Ou aí seriam arrolados apenas os itens léxicos tradicionalmente chamados de *preposições essenciais*?
3. Por que em certos contextos da língua oral algumas das *preposições essenciais* podem ser omitidas, enquanto em outros isso não ocorre? Quais preposições podem ser elididas? Que explicação(ões) de ordem funcional justificaria(m) a sua presença ou omissão?

Na fase atual de minha pesquisa, estou procurando respostas para as perguntas de 3., visando, em etapas posteriores, a chegar a respostas para 1. e 2..

De início, o que me chamou a atenção para o problema da elipse ou não de preposições foi a seguinte afirmação de Lemle (op. cit., p. 256), a respeito do português:

*A possibilidade de nós vazios, que constatamos em todos os outros tipos de sintagma, não existe no sintagma preposicional. Não há preposição elíptica.*

Embora seguindo uma linha teórica diferente, também Mattoso Câmara (1964:283) assevera:

*Com o esvaimento das flexões casuais as preposições se tornaram o morfema de relação específico para o adjunto e o complemento; só não aparecem no complemento de objeto direto (ex: vi teu amigo) e alguns complementos circunstanciais em certas condições (ex: falei duas horas).*

No verbete Regência (op. cit., p. 296), o autor esclarece que a omissão de preposições a que se refere se dá em complemento de tempo indicando ocasião ou duração [ex: Saí sábado: Saí no sábado - E o meu suplício durará por meses, Herculano, Poesias, 73; durará meses] (...).

Portanto, a partir dessas observações, a primeira hipótese que levantei foi mesmo a de que não há elipse de preposições em português, a não ser nos contextos salientados por Mattoso Câmara.

Na língua oral, encontrei dados que, a princípio, poderiam corroborar tal hipótese:

- (1) Vamos saber se ele está disposto a.
- (2) Quando este observa a menina, verifica que esta nasceu sem.

Nos dois exemplos acima, o enunciado terminou na preposição e o elemento elidido foi o *conseqüente* (usando uma terminologia tradicional). A comunicação efetuou-se com clareza, no entanto, pois, em ambos os casos, foi possível recuperá-lo no contexto discursivo. Assim, por exemplo, quando (2) foi proferida, o falante referia-se ao *complexo de castração*. Embora o *conseqüente* da preposição não tenha sido explicitado, no discurso ficou evidente que se tratava do órgão genital masculino.

Pontes (1981), estudando construções com tópico em português, apresenta os casos abaixo, que também parecem comprovar a hipótese acima levantada:

- (3) Eu, café eu gosto tanto sem açúcar como com.<sup>2</sup> (p.416)
- (4) Esse quebra-molas, a gente devia processar eles, contra. (p. 420)

Prosseguindo no levantamento de dados, porém, encontrei uma série de exemplos da língua oral que servem de evidência contrária à conclusão de que não há elipse de preposições em português.

## 2. Contextos em que ocorre elipse de preposições

A seguir apresento uma descrição dos contextos em que detectei omissão de preposições.<sup>3</sup>

2.1. Com complementos verbais ou nominais topicalizados, em relativas ou não:<sup>4</sup>

- (5) (...) é uma coisa (de) que eu queria participar.<sup>5</sup>
- (6) Adivinha (com) quem eu tomei um cafezinho hoje ...  
na Praça Sete?
- (7) (De) Quem é que eu não li as notas?
- (8) Aquilo (com) que a Graça Paulino trabalha dá uma  
linha de pesquisa jóia.
- (9) É (com) isso que eu estou trabalhando.
- (10) A gente sempre acha que é óbvio aquilo (com) que a  
gente está lidando diariamente.
- (11) Essa coisa de linha de pesquisa é uma coisa (de) que  
a gente tem que tomar conhecimento cada vez mais.
- (12) É uma coisa (com) que a gente não pode concordar não.
- (13) Pretendia colocar à disposição das pessoas uma bi-  
bliografia (a) que muita gente não tem acesso.
- (14) (De) Coisa espalhada no meio da casa eu não quero  
saber não.
- (15) (De) Isso aqui eu não vou precisar mais.
- (16) (Em) A última revista veio uma reportagem de uma pro-  
fessora de Bauru.

Embora não tenha, ainda, estatística dos dados, percebo que a elipse de preposições em estruturas como essas é muito frequente, ocorrendo, inclusive, em alguns casos de língua escrita, em modalidades diferentes, como os que anotei:

- (17) Os critérios (de) que os gramáticos e os lingüistas  
têm-se valido para definir sujeito são (...).(Prova  
de aluno do 5º período da FALE/UFMG)
- (18) (...) e resolvi ir ao Centro para conhecer onde tem  
aquilo (de) que a gente sempre precisa. (Carta fa-  
miliar)

Nesses contextos mencionados acima, verificamos que as preposições elididas são: a, com, em e de. Como argumentarei na próxima seção, parece que a elipse desses elementos foi possível, nessas estruturas, porque a relação sintático-semântica entre os complementos e os verbos e nomes foi preservada, isto é, a preposição não é indispensável para estabelecê-la, uma vez que ela é, de alguma forma, previsível.

2.2. Com complementos nominais ou verbais não-topicalizados, na ordem básica:

- (19) Eles têm o maior respeito (para) comigo.  
 (20) Eu tenho a sensação (de) que realmente existe, existem outros mundos (...).  
 (21) O argumento (de) que o alcance semântico do locativo é o sujeito (não é válido).  
 (22) (...) tenho impressão (de) que ele deve ir depois do almoço (...).  
 (23) Em São Paulo as ruas são todas assim: as perpendiculares são preferenciais, as transversais são... é... tem de parar(em) cada esquina.

A esses exemplos gostaria de acrescentar os que seguem, colhidos na própria tese de Lemle (op. cit., p. 267):

- (24) a minha certeza (de) que tenho razão.  
 (25) sabedor (de) que ninguém concordaria com a decisão.

Nos casos de (19) a (25), as preposições elididas são para, de e em.

2.3. Pode-se destacar como um contexto independente dos dois acima referidos, o dos *verbos de movimento*, com os quais é usual a omissão das preposições em ou para introduzindo o *complemento adverbial*, quer este venha topicalizado, quer ocorra na ordem básica, mas seja representado por dêiticos como cã, lã, etc. Exemplos:

- (26) Não. (Em) Brumadinho eu ainda não fui não. Só se ocês foram (...). (Em) Itaguara eu não fui não (...).<sup>6</sup>  
 (27) Ah! (Em) Igarapê eu fui.  
 (28) (Em) Esse lado o senhor já foi.  
 (29) (...) cê puxa a alavanca outra vez aqui... traz (para) cã... ele joga o cartucho pra fora, vai pra cã ... e leva outro cartucho (para) lã (...).

2.4. Com alguns verbos, a freqüente elipse da preposição, na língua oral, sugere-nos que está, inclusive, ocorrendo uma mudança de regência.

Cito apenas alguns casos, para ilustrar:

- (30) Precisar - É. Muita junção. Precisa muito desnível.  
 (de)  
 (31) Conversar - (a) Os caras conversam as coisas muito



espontaneamente. (sobre)

(b) Aliás isso que nós conversamos já dá pra botar a orelha em oã. (sobre)

(32) Roubar - Pelo jeito vocês vão roubar alguém hoje. (de) - significando roubar (algo) de alguém)

(33) Lembrar - (...) a senhora também me lembra... me lembra que eu quero ver at... (de)

A propósito do último verbo, deve-se salientar que a elipse do de é atestada, inclusive, na língua literária, conforme salienta Nascentes, em O Problema da Regência (1967:136).

### 3. Tentativas de Explicação

Não é suficiente constatar que há elipse de preposições na língua oral, em contextos como os descritos acima. É necessário buscarmos uma explicação para os fatos analisados. Por enquanto não posso adiantar muito nesse sentido, ou seja, não tenho respostas definitivas para as perguntas que fiz: *Por que em certos contextos algumas preposições podem ser omitidas e em outros isso não ocorre? Quais preposições podem ser elididas? Que razão (ões) de ordem funcional justificaria(m) a sua presença ou omissão?*

No entanto, as posições de alguns autores que consultei talvez nos ofereçam pistas interessantes para começar a explicar os dados observados. Assim, Eunice Pontes, por exemplo, no trabalho já referido neste estudo, afirma:

(...) a Prep. não é usada quando as relações são obviadas através da cadeia da frase (posição sintática, regras do discurso). Quando surge alguma necessidade dela, então ela é usada. (Pontes (1981:420 - 1))

Essa necessidade, esclarece a autora, por ser clareza, ênfase ou outra razão.

Tal explicação poderia justificar, por exemplo, o uso da preposição nos dados de (2) a (4), em que o conseqüente está elíptico.

- (2) Quando este observa a menina, verifica que esta nasceu sem.
- (3) Eu, café ou gosto tanto sem açúcar como com.
- (4) Esse quebra-molas, a gente devia processar eles, contra.

Só com a presença de sem, em (2), com, em (3) e contra, em (4), as relações entre os elementos relevantes podem ser explicitadas. A elipse dessas preposições prejudicaria a comunicação. Para ilustrar, vejamos, por exemplo, que, no último caso, cancelando-se contra, teríamos a estrutura Esse quebra-molas, a gente devia processar eles que, no mínimo, seria ambígua, levando-nos a uma interpretação anômala - a de que os quebra-molas deveriam ser processados. Tanto o falante percebeu a estranheza da construção, que acrescentou logo em seguida a preposição contra, deixando explícito o que desejava comunicar.

Por outro lado, podemos observar que numa frase como

- (8) Aquilo (com) que a Graça Paulino trabalha dá uma linha de pesquisa jóia.

pôde ocorrer a elipse da preposição, sem prejuízo para a clareza, porque, no contexto lingüístico e pragmático em que foi proferida, ficou evidente a relação - *trabalhar com aquilo*.

Ainda, com referência a casos como os de

- (21) O argumento (de) que o alcance semântico do locativo é o sujeito (não é válido).  
 (22) (...) tenho impressão (de) que ele deve ir depois do almoço (...).  
 (24) a minha certeza (de) que tenho razão.

constatamos que a preposição pôde ser omitida, uma vez que as relações entre o nome e seu complemento estão claras, não havendo, por exemplo, possibilidade de interpretar as orações iniciadas por que como relativas. A propósito, ao dado

- (24) a minha certeza (de) que tenho razão.

Lemle (op. cit., p. 267) contrapõe este outro, com relativa:

- (34) a certeza que ele demonstrou.

que pode ser usado para evidenciar o que estou afirmando.

Um outro autor que, talvez, também nos ofereça subsídios para responder às indagações relativas à elipse ou não de preposições em português, é Haiman (1983), em seu texto "Iconic and Economic Motivation."

De acordo com ele, quanto mais imprevisível é uma informação, mais codificações ela exigirá (op. cit., p. 802), ou ainda a que é previsível recebe menos codificação do que aquilo que não é. (id., p. 807). Tal posição aparece, também, na seguinte passagem: não se especifica o que já é conhecido ou o que não é importante (...). (id., p. 802).

Os dados que analisei até o momento parecem comprovar essas afirmações. Ou seja, é possível que a elipse de certas preposições, em contextos como os descritos na seção anterior, se deva ao fato de essas preposições serem, de alguma forma, previsíveis nesses contextos. Portanto, a previsibilidade desses itens léxicos, ou melhor, da relação que eles estabeleceriam, dispensa a sua codificação, para usar a terminologia de Haiman. Eles podem ser elididos, porque as relações são preservadas.

Pude observar, ainda, no corpus examinado, que a preposição omitida é previsível por uma das seguintes razões:

1. ela é o único *regime* do verbo ou do nome, isto é: só ela caberia na construção analisada;
2. o contexto discursivo ou pragmático é suficiente para recuperar a relação que ela estabeleceria.

Assim, por exemplo, as sentenças

- (12) É uma coisa (com) que a gente não pode concordar não.
- (14) (De) Coisa espalhada no meio da casa eu não quero saber não.
- (15) (De) Isso aqui eu não vou precisar mais.
- (19) Eles têm o maior respeito (para) comigo.
- (20) Eu tenho a sensação (de) que realmente existe, existem outros mundos (...).

confirmam a hipótese (a), acima.

Pode-se constatar, também, que em muitos desses casos, parece que, se a preposição viesse explícita, teria a função apenas de estabelecer a conexão, seria um elemento coesivo somente, sem um conteúdo *semântico* específico, que contribuísse para o significado total da estrutura.

Por outro lado, há preposições que, em certas construções, além da função conectiva, trazem também *carga semântica*, relevante para a determinação do tipo de relação a ser estabelecida entre os elementos que ligam. Parece-me que essas preposições, de um modo geral, só podem ser elididas em casos como os de 2., acima

citado: quando são previsíveis no contexto discursivo e/ou pragmático, isto é - o contexto elimina possíveis ambigüidades, privilegia a escolha de uma preposição sobre outras também possíveis no mesmo ambiente, o que faz com que a comunicação se efetue adequadamente, mesmo sem a preposição.

Podemos ilustrar esse fato com o seguinte exemplo:

(35) Será (com) que preço eles vão vir?

Quando esta sentença foi emitida, ficou claro que o falante se referia à estrutura - com que preço eles vão vir? e não pra que preço eles vão vir?, também possível nesse ambiente lingüístico, e que poderia ser a interpretação correta em outra situação.

A análise de verbos como - trabalhar, conversar, falar, discutir, etc. - que podem ocorrer, em princípio, com mais de uma preposição, oferece, ainda, evidência em favor do que foi afirmado. Retomemos alguns exemplos:

(9) É (com) isso que eu estou trabalhando.

No contexto lingüístico em que essa sentença ocorreu, a relação era previsível; portanto, não houve necessidade de ser explicitada pelo item léxico com. Numa tentativa de verificar minha hipótese de previsibilidade de tal elemento na construção (9), testei-a, fora do contexto, com alguns informantes. Confirmando minhas expectativas, a preposição que a maioria deles recuperou foi com, e alguns salientaram também a possibilidade da ocorrência de em. Nenhum, todavia, mencionou como prováveis nesse contexto os elementos para ou contra. E observe-se que são possíveis estruturas em que eles aparecem:

(36) É pra isso que eu estou trabalhando.

(37) É contra isso que eu estou trabalhando.

ou

(38) É isso que eu estou trabalhando contra.

Parece-me, pois, que a imprevisibilidade do aparecimento das preposições para ou contra, nesse ambiente, faz com que seja necessário explicitá-las, quando a informação que se deseja transmitir é a contida em (36) a (38) acima.

Observações semelhantes a essas cabem, também, para a análise de dados com o verbo conversar. Considere-se, novamente:

(31b) Aliás isso (sobre) que nós conversamos já dá pra botar a orelha em pé.

Nesse exemplo, o complemento do verbo é marcado com o traço [- animado]. Portanto, não há a opção entre com ou sobre, que existe quando o complemento é [+ humano]. Isto significa que a relação entre o verbo e o complemento é totalmente previsível, em (31b). De acordo com a hipótese aventada, não haveria necessidade de ser explicitada pela preposição, como, realmente, ocorreu.

Essa construção, como já disse, é um caso vivo de mudança de regência que se está processando na língua oral. Para confirmá-la, testei a sentença (31b), fora do contexto, com meus informantes. Todos foram unânimes na afirmação de que não teria ocorrido eclipse de preposição alguma, nessa estrutura.

Por outro lado, tendo o complemento verbal o traço [+ humano], os fatos são outros, pois nem sempre é previsível que preposição poderia ocorrer: com ou sobre. Pode-se conversar com alguém ou sobre alguém. Como não apareceram, no corpus que analisei, exemplos dessa natureza, construí algumas sentenças com esse verbo, com os mesmos tipos de estrutura de outras que apresentei na seção anterior - exemplos de contextos em que preposições são omitidas. Em seguida, testei tais exemplos, fora de contexto, com vários informantes. Vejamos:

(39) Médico, a gente conversa muito lá em casa.

(40) O menino que nós conversamos não veio hoje.

(41) Foi a nova secretária que eu conversei.

Os resultados obtidos foram os seguintes: a maioria dos informantes aceitou bem (39) e (40) e recuperou a relação que seria estabelecida por com. Alguns, no entanto, consideraram pouco normais tais sentenças, enquanto outros recuperaram a preposição sobre. Nenhum, contudo, aceitou (41). Todos a consideraram "estranha", sendo que alguns, inclusive, argumentaram que o único sentido possível para esse verbo, nessa sentença, seria o de 'cantar'; 'passar o bico em'. Portanto, o que fica da análise das orações (39), (40) e (41) é uma confirmação do que já disse anteriormente. Como as preposições com ou sobre não são previsíveis no ambiente dado, fora de que um contexto qualquer, elas não podem ser omitidas sem prejuízo da comunicação. Em outras palavras, fora de contexto, para que as sentenças (39), (40) e (41) sejam adequadamente interpretadas, é preciso que as preposições

apareçam explicitamente. A informação expressa por elas não é recuperável.

Um outro exemplo, anotado no momento em que foi proferido, confirma a posição que Haiman defende:

(42) Mãe, onde é que fica aquela sala bonita que ocê fala tanto nela?

Parece-me que, com o verbo falar, as relações mais comumente estabelecidas são com de (especialmente com objeto [- animado]) ou com (se o complemento é [+ humano]). Logo, é possível que tais preposições sejam omitidas nos ambientes adequados. Encontrei, por exemplo:

(43) Pra ocê entender, a compreensão... a distância do referente, (de) que a gente fala(...).

Mas, para aumentar meu corpus, testei frases como:

(44) O menino que eu falei não veio.

que, em princípio, fora de contexto, poderia ser interpretada como uma série de sentenças, com preposições as mais variadas, como: de, sobre, com, em, por, para e contra. Meus informantes, no entanto, aceitaram (44) sem maiores problemas, mas só recuperaram ou de ou com. Mais uma vez, isso veio confirmar, a meu ver, a hipótese de que algumas preposições têm mais carga semântica do que outras - dependendo dos elementos que ligam, do contexto em que se encontram - devendo, então, ser codificadas de alguma forma (segundo a terminologia de Haiman (1983)). Neste caso, elas não serão omitidas. Foi o que ocorreu em (42), por exemplo, que repito:

(42) Mãe, onde é que fica aquela sala bonita que ocê fala tanto nela?

#### 4. Investigações Futuras

Finalizando, desejo salientar que ainda estou à procura de soluções para as questões colocadas. Neste início, no entanto, estou buscando primeiro a especificidade de itens como de, com, para, sob etc, que nossas gramáticas pedagógicas chamam de preposições essenciais. Penso que, na tentativa de conceituar preposição, pos-

so acabar esbarrando, também, no problema da *gradação*, que me levaria ao reconhecimento das características de elementos que poderiam ser arrolados como *preposições típicas* e de outros que se distanciariam dessas pela ausência de um ou outro traço. Ainda não sei ao certo aonde posso chegar. Entrevejo, porém, que, na fase em que me encontro, não partirei de uma categorização como a de Lemle, que arrola numa mesma classe, mais ampla, elementos lexicais como: amavelmente, naturalmente, depressa, ontem etc. de um lado e com, de, a, para etc. de outro. (Cf. Lemle, op. cit., p.250).

Um dos argumentos em que a autora se baseia para alocar os chamados advérbios na classe mais ampla das preposições (que se subdividem em transitivas e intransitivas) é o da distribuição maior de sintagmas preposicionais em relação à de advérbios. Vejamos as citações seguintes:

*{...} sintagmas preposicionais e advérbios desempenham papéis semânticos idênticos e ocupam posições sintáticas idênticas. (Lemle (1982:250))*

*{...} todos os contextos que admitem modificação por advérbio admitem também modificação por sintagma preposicional {...}. (Id., p. 252-3)*

*O inverso, porém, não é verdadeiro, ou seja, há contextos onde ocorre sintagma preposicional mas não ocorre advérbio. A posição do argumento de nomes, adjetivos e verbos é o caso principal {...}. (Id., p. 253)*

*Este dado nos conduz a dizer que a classe mais abrangente é a das preposições, ou seja, os advérbios é que constituem uma subclasse das preposições. (Id., p. 254)*

Entretanto vejo que o confronto se estabelece entre a distribuição de advérbios e a de sintagmas preposicionais, não preposições. Ora, desconfio que o Prep seja uma locução diferente das outras como: SN, SV, SAdj e SAdv. Nessas há a possibilidade de o termo nuclear, que dá nome ao sintagma, ser o único constituinte da locução. Assim temos SN constituído só de um N, como Paulo; SV constituído só de um V, como morreu; SAdj com adjetivo só, como feliz em um menino feliz; e SAdv com advérbio só, como amavelmente em ele sorriu amavelmente. No entanto, não temos sintagma preposicional constituído de preposição apenas, sem o seu *conseqüente*, em se tratando das *preposições essenciais* de, em, para, com etc. Em exemplos como os de (1) a (4) deste texto, como já vimos, o *conseqüente* é recuperado pelo contexto do discurso ou da situação. Portanto, as chamadas *preposições essenciais* seriam sempre transitivas, para usar a terminologia de Lemle. Ou seja: elas

nunca aparecem como o único constituinte de um sintagma preposicional. Essa diferença parece-me relevante na busca do conceito de preposição e de sua função no discurso.

Observe-se que só teremos sintagmas preposicionais que tenham como único constituinte uma preposição, se alocarmos na classe das preposições, como o faz Lemle, itens como fora, dentro, além, amavelmente, depressa etc., tradicionalmente chamados de advérbios.

Um outro argumento de que a autora se vale para essa classificação, aliás o seu ponto de partida, é o de *superar um incômodo problema que encontramos em nossos compêndios escolares, que é o de que certas palavras, como antes, depois, acima, atrás, além, abaixo, constam de duas listagens separadas: a dos advérbios e a das locuções prepositivas.* (Lemle, op. cit., p. 241). Refere-se a exemplos como:

- (45) a) João dormiu fora.  
 b) João dormiu fora de casa.
- (46) a) Einstein foi além.  
 b) Einstein foi além de Newton.
- (47) a) Venha para dentro.  
 b) Venha para dentro de casa.

Para evitar essa dualidade de classificação, propõe que, em todos os casos, os itens mencionados sejam arrolados como preposições, intransitivas as de (a) e transitivas as de (b). No entanto, essa diversidade de tratamento seria eliminada, também, se houvesse considerado que em todos esses casos haveria advérbios, intransitivos os de (a) e transitivos os de (b). Essa subcategorização estrita dos advérbios é necessária, de qualquer forma, como a própria autora lembra, para dar conta de elementos como - independentemente, separadamente, posteriormente etc - em construções do seguinte tipo:

- (48) a) Explicarei isso a você posteriormente.  
 b) Explicarei isso a você posteriormente à posse do ministro.

A vantagem que vejo nessa última análise é a de não considerar a classe das preposições como a mais ampla, nela englobando itens como: amavelmente, separadamente etc, que podem ocorrer como o único constituinte de um sintagma, o que não acontece com os



elementos para, de, com, a, sob etc.

### 5. Conclusão

Neste estudo, apresentei minhas primeiras tentativas de respostas para as indagações de 1., 2. e 3., da primeira parte, que constituem o objetivo de minha pesquisa.

Assim, procurei descrever, na segunda seção, os contextos em que detectei omissão de preposições, na língua oral, contrariando a seguinte expectativa de Lemle (1982:256):

*A possibilidade de nós vazios, que constatamos em todos os outros tipos de sintagmas, não existe no sintagma preposicional. Não há preposição elíptica.*

No corpus examinado, as preposições foram elididas nos ambientes lingüísticos abaixo mencionados:

1. com complementos verbais ou nominais topicalizados, em relativas ou não;
2. com complementos nominais ou verbais não-topicalizados, na ordem básica;
3. com os verbos de movimento, quando o complemento adverbial vem topicalizado ou quando ocorre na ordem básica, mas seja representado por dêiticos como: lá, cá etc;
4. com alguns verbos, a freqüente elipse da preposição, na língua oral, sugere-nos que está, inclusive, ocorrendo uma mudança de regência.

A seguir, na terceira parte, apresentei algumas possibilidades de explicação para os fatos observados, apoiando-me em considerações de Pontes (1981) e Haiman (1983). Os dados analisados sugeriram que a elipse de certas preposições em português, em contextos como os descritos acima, provavelmente se deva ao fato de essas preposições serem, de alguma forma, previsíveis nesses ambientes. Portanto, podem ser omitidas sem causar prejuízo para a comunicação, porque as relações que estabeleceriam entre os elementos por elas conectados são preservadas por uma das seguintes razões:

1. a preposição é o único regime do verbo ou do nome;  
ou
2. o contexto discursivo ou pragmático é suficiente para recuperar a relação que seria codificada pela preposição elidida.

Finalmente, na última seção, iniciando a busca do conceito de preposição e da especificidade dos itens léxicos tradicionalmente conhecidos como *preposições essenciais*, argumentei contra a categorização de Lemle (op. cit., p. 250-4), que os arrola numa mesma classe, mais ampla, que engloba também os elementos que nossas gramáticas pedagógicas denominam advérbios.

## NOTAS

1. Este trabalho foi apresentado no IX Encontro Nacional de Linguística, realizado na PUC/RJ de 5 a 8 de novembro de 1984. Agradeço à Profa. Eunice Pontes o apoio e a orientação segura; à Profa. Anilce Maria Simões, as sugestões valiosas e o incentivo constante aos meus estudos.
2. A numeração de exemplos de outros autores, que cito neste texto, é minha.
3. Embora não tenha, ainda, um conceito definitivo de preposição, a elipse a que me refiro é a de alguns itens léxicos tradicionalmente classificados como *preposições essenciais*.
4. Estou usando os termos complemento e topicalização em sentido amplo. O primeiro refere-se tanto aos chamados *adjuntos* na terminologia das gramáticas pedagógicas, como aos *complementos* em sentido mais estrito. Já o segundo engloba todos os casos de deslocamento para a esquerda, incluindo também a *relativização*.
5. Coloco entre parênteses as preposições que deveriam ocorrer nos exemplos citados, de acordo com o sentido da comunicação.
6. Coloco em, e não a, como a preposição que foi omitida, porque estes dados são de língua oral espontânea, e, nessa modalidade de língua, o verbo ir é usado com em.

## REFERÊNCIAS

- CÂMARA Jr., J. M. (1964). Dicionário de Filologia e Gramática. Rio de Janeiro, J. Ozon.
- HAIMAN, J. (1983). Iconic and Economic Motivation. In: Language (59): 781-819.
- LEMLE, N. (1982). Análise Sintática - Teoria e Ensino. Tese de Doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro.
- NASCENTES, A. (1967). O Problema da Regência. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos.
- PONTES, E. (1981). Da importância do tópico em português. In: Anais do V Encontro Nacional de Linguística, Vol. II, PUC/RJ.

## SOBRE AS ESTRUTURAS CAUSATIVAS SINTÉTICAS NO PORTUGUÊS

Vanda de Oliveira Bittencourt

### RESUMO

Neste trabalho, proponho-me investigar a ocorrência, no português coloquial, de estruturas causativas sintéticas (do tipo Ele estudou os filhos nos Estados Unidos), bem como apresentar uma possível análise e explicação para elas. Inicialmente, examino o comportamento sintático e semântico do SN pós-verbal nelas ocorrentes; em seguida, confrontando-as com estruturas causativas analíticas, procuro apresentar uma explicação funcional, baseada, sobretudo, no princípio de motivação icônica postulado por Haiman (1983) e nos princípios de natureza pragmática defendidos por Comrie (1983).

### ABSTRACT

In this paper, I intend to investigate the occurrence, in colloquial Portuguese, of synthetic causative structures such as Ele estudou os filhos nos Estados Unidos - He studied (caus.) his children in USA - in an attempt to present an analysis and an explanation for them. At first I will examine the syntactic and semantic behavior of the post-verbal NP, and after comparing such structures with the corresponding analytic ones, I will propose a functional explanation, based on the principle of iconic motivation postulated by Haiman (1983) and on the pragmatic notions defended by Comrie (1983).

## 1. Introdução

De um modo geral, os gramáticos tradicionais preocupam-se em analisar estruturas causativas portuguesas do tipo de:

- (1) a. Mandei que ele entrasse.  
b. Mandei-o (ele) entrar.
- (2) a. O professor fez (com) que eu saísse da sala.  
b. O professor me fez sair da sala.
- (3) a. Ele deixou que a mala caísse.  
b. Ele deixou-a (ela) cair.

que são construções analíticas. Conforme a acepção do verbo principal, elas são classificadas como causativas de comando (mandar), factitivas (fazer) e permissivas (deixar). No caso de (b), causativas com infinitivo, há várias propostas de análise, como, por exemplo, a de Pontes (1973), que considera o verbo causativo como principal e a oração de infinitivo como objetiva direta; e a de Said Ali (1966), que defende a idéia de que os verbos causativos são auxiliares. Para este último, são verbos *auxiliares* causativos em português fazer, mandar e deixar, sendo que o primeiro é auxiliar causativo por excelência, já que os dois últimos encerram uma idéia secundária (que ele não explicita) (cf. Said Ali (1966:63)).

Há, entretanto, por parte dos autores tradicionais, pouca ou quase nenhuma menção da ocorrência, em português, de estruturas causativas sintéticas. O próprio Said Ali (id. ib.) chama a atenção para o seguinte:

*Em outras línguas encontramos exemplos de verbos causativos formados sinteticamente, em vez dos auxiliares. Assim do latim cado, 'cair', formou-se caedo, cuja significação primitiva era 'fazer cair'. Do mesmo modo o inglês to fall deu o derivado to fell, e os verbos to sit, to lie, deram respectivamente os derivados causativos to set, e to lay, que a princípio significaram respectivamente fazer, ficar sentado e fazer ficar deitado.*

Carlos Góis (1955:97) é um dos raros gramáticos que faz alusão à ocorrência no português de orações causativas sintéticas, tais como:

- (4) Calei o relógio.
- (5) Emudeci o auditório.
- (6) O cão correu a caça.

que, segundo ele, equivalem, respectivamente, a:

- (7) *Fiz calar o relógio. / Fiz o relógio calar.*  
 (8) *Fiz emudecer o auditório. / Fiz o auditório emudecer.*  
 (9) *O cão fez correr a caça. / O cão fez a caça correr.*<sup>2</sup>

(Góis (1955: 96 - 7) )

Temos aqui, diz ele, um dos casos de *idiotismo* do português em que há um objeto direto factício, que é um objeto apenas aparente de um verbo intransitivo, já que o seu papel verdadeiro é de *sujeito* desse verbo. Assim, em (7)-(9) acima, segundo ele, relógio, auditório e caça seriam, na verdade, o sujeito dos verbos intransitivos calar, emudecer e correr, respectivamente, que estariam revestindo a aparência de seu objeto direto (cf. p. 96).

Tem-me chamado a atenção a ocorrência, não só na língua oral portuguesa que ora investigamos, mas também na língua escrita de jornal e de revista (sobretudo nos títulos de notícias), de estruturas causativas sintéticas do tipo arrolado por Carlos Góis.

Procurarei, neste trabalho, a partir de dados colhidos através de gravações e de anotações feitas no momento de sua enunciação por parte de falantes do segmento culto universitário (faixa etária de 25 a 50 anos), examinar mais detidamente esse tipo de estrutura causativa. Primeiramente, tentarei definir o "status" do SN pós-verbal; depois, buscarei explicar tal construção à luz do princípio de motivação icônica postulado por Haiman (1983), de princípios pragmáticos defendidos por Comrie (1983) e de minhas próprias deduções.

## 2. Do "status" do SN pós-verbal

Carlos Góis (1955:96), conforme já observei, analisa o SN pós-verbal das estruturas causativas sintéticas como objeto direto aparente de um verbo intransitivo. O objeto direto factício, afirma ele

*ocorre com os verbos factitivos (também chamados "causativos"). São verbos "intransitivos", que se tornam "aparentemente transitivos", em razão de uma suposta predicação incompleta. Antes desses verbos podem subentender-se os auxiliares fazer ou tornar, ex.: Adormeci a dor (adormeci o quê? a dor -- Fiz a dor adormecer = Fiz que a dor adormecesse); dor é verdadeiramente o sujeito do verbo intransitivo adormecer; entretanto, "reveste a aparência" de seu objeto direto.*

De suas palavras, percebe-se que ele intui a respeito da função objetiva do SN pós-verbal, mas prefere analisá-lo a partir da estrutura de que teria derivado. Assim é que ele comenta que se trata de *um caso interessante de metátese de funções* (p. 89 e 93).

A partir dos dados que constituem o corpus básico do meu trabalho, proponho-me, agora, averiguar se, tal como observa Carlos Góis, as construções causativas sintéticas ocorrem apenas com verbos intransitivos. Procurarei, a seguir, examinar o "status" sintático e semântico do SN que ocorre após esses verbos (e que esse autor considera como objeto aparente), visando a apresentar uma proposta de análise para ele.

Quanto ao corpus, foram coletados sessenta exemplos de causativas sintéticas. Dessas, apenas duas contêm verbo transitivo, mas indireto — o que confirma os dados de C. Góis. São elas:

- (10) A tarefa do Mestre consiste em contatar o discípulo com o plano. (Equivale a: 'A tarefa do Mestre consiste em fazer com que o discípulo entre em contato com o plano.')
- (11) O funcionamento sintático é que difere fundamentalmente o substantivo do adjetivo. (Equivale a: 'O funcionamento sintático é que faz com que o substantivo difira do adjetivo.')

Vejamos alguns dos cinquenta e oito exemplos com verbo intransitivo:

- (12) Ela não agüentou e voltou os alunos.
- (13) Eu quis falhar ela na escola ontem.
- (14) Não consigo sair o carro da garagem.
- (15) Esta cozinha, eu brilho ela num minuto.
- (16) Esse remédio vai dormir Miriam.
- (17) Esse veneno desaparece as baratas.
- (18) Não use essa escova que ela dói o cabelo.
- (19) O cetim escorrega o travesseiro.

Há alguns casos em que o verbo é do tipo que se costuma classificar como *transitivo usado intransitivamente*:

- (20) Eu almocei os meninos e depois levei eles pra escola.
- (21) Graças a Deus estudei todos os meus filhos.

Hã outros, bastante interessantes como:

(22) Quem conseguiu voltar o governo atrás?<sup>3</sup>

(23) Vai ver que eles estão entrando todo o mundo pelo cano.

em que o SN pós-verbal ocupa o interstício de toda uma expressão cristalizada: 'voltar atrás', 'entrar pelo cano'. Em estruturas como:

(24) Estou acostumando a sair o pessoal nesse horário.

correspondente a 'Estou fazendo com que o pessoal se acostume a sair nesse horário', parece-me que fica bem clara a acepção factitiva das estruturas causativas sintéticas no português, já que se pode ter também

(25) Estou acostumando o pessoal a sair nesse horário.

Numa próxima etapa de minha pesquisa, pretendo justamente investigar se procede a minha suspeita de que as causativas sintéticas em português são principalmente de sentido factitivo.<sup>4</sup>

No que concerne à predominância de verbos intransitivos é fácil de se explicar: não são tão comuns no português casos de duplo objeto. A propósito, seria oportuno lembrar aqui as observações de Bittencourt (1979) e Pontes (1982 e 1984) a respeito das condições de ocorrência da posposição do sujeito. Também nesse caso, é mais natural a posposição em orações com verbos intransitivos. Pontes (1984) apresenta uma série de evidências em favor da hipótese de que os SNs pospostos apresentam inúmeros traços próprios do objeto direto, o que confirmaria a análise de Perlmutter (1976) de que os SNs pospostos perdem o "status" de sujeito.

Proponho-me, então, assim como Pontes o fez para as orações com SN posposto a verbo intransitivo, investigar se, também no caso das causativas sintéticas, o SN pós-verbal apresenta traços do objeto direto — o que nos levaria a concluir, diferentemente de Carlos Góis, que não se trata de objeto aparente. Vou partir da visão tradicional de que o objeto é o SN que: normalmente ocupa a posição pós-verbal (em português, é claro); não tem controle de CV; pronominalizado, aparece na forma clítica acusativa; corresponde ao SN sujeito da oração passiva e é, de um modo geral, paciente da ação expressa pelo verbo.



Observe-se, pois, a série de exemplos abaixo:

- (26) O Atlético volta Eder amanhã.
- (27) Com isso ele cala o povo.
- (28) Chora não, meu nego, que eu vou sair você daí.
- (29) Eles acabam desistindo a gente.

Em todos eles, assim como nos demais aqui apresentados, o SN, considerado por Carlos Góis como sujeito real da oração, aparece em posição pós-verbal. Ora, a ordem mais natural, não marcada, das orações transitivas em português é SVO. Assim é que sentenças como:

- (30) ? O Atlético Eder volta amanhã.
- (31) ? Com isso ele o povo cala.
- (32) ? Chora não, meu nego, que eu você vou sair daí.
- (33) ? Eles acabam a gente desistindo.<sup>5</sup>

em que o segundo SN aparece em posição pré-verbal, mais típica de sujeito, são muito menos naturais — o que constitui evidência de que, quanto à posição, o segundo SN das causativas sintéticas procede como objeto direto. É bom notar que em meus dados não há nenhum caso em que o segundo SN apareça na posição pré-verbal.

Examinando, agora, exemplos como:

- (34) Foi a senhora que me casou, mamãe.
- (35) Ele nos salu do buraco.

podemos constatar que há casos (naturais) de causativa sintética com o segundo SN anteposto ao verbo. Observe-se que isso se dá no caso de o SN ser pronomes clíticos, cuja posição mais comum no português do Brasil é pré-verbal.

Convém ainda salientar que, até mesmo nas construções causativas analíticas com infinitivo, é freqüente a posposição do SN ao infinitivo:

- (36) Mandei vir uma pá de livros.
- (37) O senhor já vai fazer entrar o outro cliente?
- (38) Deixei cair tudo que tava na bolsa.

Examinemos, agora, o comportamento sintático do SN pós-verbal em face do processo da Concordância Verbal que normalmente é, no

português, controlada pelo sujeito. Atente-se para os seguintes dados:

- (39) a. Vê se você funciona esses rádios pra mim.  
 b. Com a briga, eles acabaram a festa.  
 c. Eu vou parar Miriam de chorar.
- (40) a. \*Vê se você funcionam esses rádios pra mim.  
 b. \*Com a briga, eles acabou a festa.  
 c. \*Eu vai parar Miriam de chorar.

A agramaticalidade de (40) atesta que o SN pós-verbal não controla a CV e que, portanto, não funciona como sujeito. Decat (1983), com base em dados do português oral, postula uma regra de Concordância Verbal em que o verbo, opcionalmente, concorda com o SN posposto. A própria gramática tradicional arrola casos de concordância com outro termo que não o sujeito. Trata-se, contudo, de casos esporádicos. No que concerne às causativas sintéticas, a regra de concordância aplica-se apenas do SN anteposto e nunca ao posposto. Podemos, então, concluir que, do ponto de vista de CV, o SN pós-verbal das estruturas causativas funciona como objeto, ou, pelo menos, não funciona como sujeito. Ainda que se admita, tal como aventa Decat (1983), que a Concordância Verbal é controlada pelo tópico, isso não invalida as conclusões aqui apresentadas. Conforme se viu, o segundo SN da causativa sintética normalmente ocorre depois do verbo — posição essa que não é a típica do elemento tópico (pelo menos como o entende Decat).

Nas sentenças (34) e (35) pode-se depreender um outro traço, neste caso morfológico, característico do objeto direto em português: a forma pronominal clítica acusativa. Vejam-se outros exemplos:

- (41) a. Te atrasei demais, heim Beth?  
 b. Os milicos vão nos voltar pra escola de qualquer jeito.  
 c. Será que ele vai nos calar?

Não é muito fácil a testagem de todos os dados em relação à forma pronominal clítica, visto que ela tem baixíssimo rendimento na nossa língua oral. Nos meus dados aparecem apenas pronomes clíticos referentes à 1a. e 2a. pessoas. Isso porque a forma usual para a 3a. pessoa é a reta (ele/a, ele/s).

Um outro traço a ser investigado é quanto à possibilidade de

apassivamento. Uma das características das orações transitivas diretas é que admitem apassivação. Atente-se, pois, para os seguintes dados:

- (42) a. Esta cera brilha muito o chão.  
 b. Nós vamos custar esse inventário o mais tempo possível.  
 c. Ele evoluiu muito a dança dele.
- (43) a. \*O chão é muito brilhado por esta cera.  
 b. \*Esse inventário vai ser custado o mais tempo possível (por nós).  
 c. \*A dança dele foi muito evoluída (por ele).

A agramaticalidade das sentenças arroladas em (43) demonstra-nos que as orações causativas sintéticas não podem aparecer sob forma passiva. Este é, então, um dos traços próprios do objeto direto que o SN pós-verbal desse tipo de estrutura não porta. Quero lembrar, contudo, que nem todas as estruturas analisadas como transitivas no português são sujeitas ao apassivamento. As que contêm o verbo ter, por exemplo, não o são:

- (44) a. Eu tenho duas casas na praia.  
 b. \*Duas casas são tidas por mim na praia.

Dentro dos moldes da teoria da prototipicidade, defendida por autores como S. Thompson, Keenan, etc., segundo a qual a definição de uma categoria seria dada com base nos casos típicos, a impossibilidade de apassivamento das causativas sintéticas não significa que o SN pós-verbal não seja objeto. Ele pode não ser um objeto típico, por lhe faltar esse traço, mas será classificado, dentro de uma escala, como menos típico.

Lakoff (1977), por exemplo, considera como construção transitiva prototípica aquela que tem dois graus de liberdade para atribuir referência a termos: sujeito e objeto, ao passo que a intransitiva típica apresentaria apenas um grau de liberdade para atribuir referência a termos e nenhum objeto gramatical (cf.p.256).

Desse modo, embora as causativas sintéticas em português não possam ser apassivadas, poderiam ser analisadas como estruturas transitivas, já que apresentam os dois graus de liberdade para atribuir referência diferente aos dois SNs que nelas ocorrem — respectivamente, sujeito e objeto das orações.

Vejamos, agora, o "status" *semântica* do SN pós-verbal.

Geralmente, o objeto direto é caracterizado *semânticamente* como o paciente de um verbo na voz ativa (cf. Kury (1970:39)); e o paciente costuma ser identificado como portador do traço [-animado]. Fillmore (1968:25), por exemplo, afirma que objetivo *é o caso mais neutro semanticamente, que se refere a coisas que são afetadas pela ação ou estado identificado pelo verbo.*

Retomando os exemplos (12)-(19), que repito aqui:

- (12) Ela não agüentou e voltou os alunos.
- (13) Eu quis falhar ela na escola ontem.
- (14) Não consigo sair o carro da garagem.
- (15) Esta cozinha, eu brilho ela num minuto.
- (16) Esse remédio vai dormir Miriam.
- (17) Esse veneno desaparece as baratas.
- (18) Não use essa escova que ela dói o cabelo da gente.
- (19) O cetim escorrega o travesselo.

podemos estabelecer o seguinte quadro, em termos do traço [ $\pm$  inanimado], tanto do SN pré-verbal quanto do pós-verbal:

	SN pré-verbal		SN pós-verbal	
	[+ animado]	[- animado]	[+ animado]	[- animado]
Orações (12)-(13)	+		+	
Orações (14)-(15)	+			+
Orações (16)-(17)		+	+	
Orações (18)-(19)		+		+

O que se constata é que há uma variação: tanto os SNs pré-verbais quanto os pós-verbais podem ser animados ou inanimados. O equilíbrio que se pode depreender do quadro é expresso também em termos de frequência, ou seja, no que concerne aos SNs pós-verbais, de 60 estruturas, 34 são com SNs *pospostos inanimados* e 26 com SNs *pospostos animados*. Por conseguinte, *acreditando-se* que o traço [-animado] é que definiria paciente, poderíamos concluir que o SN pós-verbal das causativas sintéticas em português não é paciente.

Convém ressaltar, todavia, que, diferentemente dos autores arrolados acima, há alguns que defendem a idéia de que o traço

característico do paciente é exatamente ser ele animado. Essa é, por exemplo, a posição de Lyons (1977). Para ele, tanto agente como paciente são papéis assumidos por entidades de primeira ordem, a saber tipicamente pessoas. Como isso, não só no caso das sentenças causativas, mas das sentenças transitivas da língua, teríamos que considerar pacientes apenas os SNs que se referissem a seres humanos.

Conforme se vê, não há um consenso por parte dos autores. A conceituação de paciente baseada no traço [+ animado] nos levaria a concluir que nas causativas sintéticas do português, o SN pós-verbal — que tanto pode ser [+ animado], quanto [- animado] — não poderia ser considerado paciente (admitida, é claro uma conceituação fundamentada em traços). Não creio, contudo que essa seja a melhor descrição dos dados reais do português. Conforme se sabe, em estruturas consideradas transitivas diretas (como, por exemplo: A chuva castigou a plantação, O professor castigou o aluno), tanto pode ocorrer objeto animado, quanto inanimado. Diante disso não descartaríamos a hipótese de considerar o SN pós-verbal das causativas sintéticas como paciente, seja ele animado ou inanimado.

Um outro traço que poderia ser considerado como um dos que caracterizam o paciente é o da ausência de 'volição'. No caso das estruturas causativas, especificamente, autores como Haiman (1983), por exemplo, têm chamado a atenção para o caráter não-volitivo do SN pós-verbal nas construções sintéticas. Examinando exemplos do português como:

- (14) Não consigo sair o carro da garagem.
- (15) Essa cozinha, eu brilho ela num minuto.

em que o SN pós-verbal é inanimado, a idéia de não-volição é patente. Mesmo em casos como:

- (12) Ela não agüentou e voltou os alunos.
- (16) Esse remédio vai dormir a Miriam.
- (17) Esse veneno desaparece as baratas.

cujo SN pós-verbal é animado (e, no caso de (12) e (16), humano), há a sugestão de que a ação se dá independentemente da vontade do ser expresso pelo SN em questão.

Haiman (op.cit. p. 785, nota 3) explica que a manipulação ffsica que a causativa sintética costuma denotar é que implicaria

tal não-volição. Esse caráter manipulativo que se pode depreender nas estruturas causativas sintéticas está, de certo modo, previsto na série de características que Lakoff (1977:244) aponta como específicos de estruturas de agente-paciente (e que foram tão bem estudadas por Pontes (1984) em sua tentativa de conceituar o sujeito). Dentre elas, chamo a atenção para a que afirma que o agente tem controle do que faz, e é a fonte de energia na ação, ao passo que o paciente é o alvo (isto é, o agente dirige suas energias para o paciente).

Em termos, pois, do traço *volição*, podemos afirmar que o SN pós-verbal das estruturas causativas sintéticas é paciente.

Uma outra alternativa de análise, conforme sugeri anteriormente, seria definir paciente em termos de casos mais típicos. Pontes, em seu trabalho Sobre o Conceito de Sujeito, conclui, depois de um estudo exaustivo do problema, que tanto a noção de sujeito, como a de agente (e até mesmo de animação) são muito mais bem descritas em termos de uma teoria prototípica. Acredito, assim como Pontes, que também as noções de objeto e de paciente não são noções discretas e que devem ser definidas com base numa escala de tipicidade.

No caso da tentativa de caracterizar o SN pós-verbal das causativas sintéticas, fica-nos, pois, a conclusão de que ele é paciente. Uma das maiores evidências disso seria o seu caráter não-volitivo. Todavia, conforme comentei, isso pode ser insuficiente e tudo parece indicar que a noção de paciente (como a de objeto), no português, não é discreta e merece, pois, um exame mais exaustivo.

Tendo em vista o que se estudou aqui, podemos concluir que, no português, as construções causativas sintéticas ocorrem sobretudo com verbos que, normalmente, são intransitivos. Examinando o comportamento sintático do SN pós-verbal dessas estruturas, podemos observar que, tanto no que diz respeito à posição, quanto ao controle da Concordância Verbal, ele procede como objeto direto, e, como tal, aparece, quando pronominalizado, sob a forma clítica de acusativo. Do ponto de vista da possibilidade de apassivamento, constatou-se, todavia, que tal estrutura não se pode apassivar — o que não nos impede, creio eu, de considerar o SN objeto. Por conseguinte, podemos dizer que as estruturas causativas sintéticas portuguesas são transitivas. Quanto ao caráter semântico do SN pós-verbal, pudemos observar que ele tanto pode ser animado, quanto inanimado, o que não o descaracterizaria como paciente já que

no português o objeto tanto pode ser animado, quanto inanimado. Do ponto de vista da volição, podemos verificar que tal SN é [-volitivo], traço também específico de paciente. Tendo em vista que esses traços ainda poderiam ser insuficientes para caracterizar um SN como paciente e considerando a complexidade do assunto, aventei a hipótese de uma possível solução em termos de uma teoria que descreva as noções em termos de casos típicos.

### 3. Tentativa de explicação

Haiman (1983:781) defende a idéia de que

*a distância entre termos lingüísticos pode ser um índice iconicamente motivado da distância conceptual entre os termos ou eventos que eles denotam.*

Considerando que, devido ao caráter hierárquico da estrutura lingüística, a distância entre dois termos depende da natureza e do número de limites não segmentais que os separam, ele estabelece a seguinte escala (sob outra numeração):

- (45) a. X # A # Y  
 b. X # Y  
 c. X + Y  
 d. Z (p. 782)

em que

- a) X, A e Y são morfemas, sendo # limite de vocábulo e + limite de morfema;  
 b) as estruturas b-d correspondem à distinção entre construções analíticas, aglutinadas e sintéticas do mesmo conceito complexo envolvendo Y;  
 c) a distância lingüística entre X e Y é menor quando eles estão fundidos numa forma Z; tal distância é um pouco maior quando eles são distintos, mas morfemas limítrofes, e maior ainda quando são vocábulos distintos. A distância lingüística é maior quando X e Y estão separados por uma ou mais palavras.

Usando tal escala para configurar as estruturas causativas inglesas, teríamos, segundo Haiman (1983:783), a seguinte situação: cause to die e cause to become red = a; reddden = c; kill = d; em que há um contraste formal e semântico entre a e d (cause to die e kill); há um contraste formal, mas não semântico entre a

e c (cause to become red e redder).

Para ele, as diferenças semânticas incontestáveis entre estruturas causativas analíticas do tipo a (cause to  $V_1$ ) e construções causativas sintéticas do tipo d ( $V_2$ ) são iconicamente motivadas. Assim sendo, onde causa e resultado são formalmente separados, a distância conceptual entre causa e resultado é também maior. A partir dessa constatação, postula ele, então, o seguinte princípio (renumerado por mim):

- (46) Se duas causativas contrastam em uma dada língua, de tal modo que elas correspondem às estruturas dadas em a-d e elas contrastam semanticamente com respeito à distância conceptual entre causa e resultado, então a distância conceptual entre causa e resultado corresponderá à distância formal entre causa e resultado.

(Haiman(1983:783))

Assim, em inglês, a natureza do contraste entre analíticas e sintéticas pode-se resumir no seguinte, de acordo com Wierzbicka (apud Haiman (1983:784)): (a) nas construções analíticas, diferentemente das sintéticas, causa e resultado não ocorrem necessariamente ao mesmo tempo e no mesmo lugar; (b) ao contrário do que ocorre com as causativas sintéticas, nas analíticas não há sugestão de contato físico entre o causador e causado.

Nos exemplos de causativas analíticas inglesas abaixo:

- (47) a. I caused the tree to fall.  
 b. I caused the chicken to die.  
 c. I caused the cup to rise to my lips.

em que o causado (causee) é inanimado, ou não consciente (unconscious), Haiman chama a atenção para o fato de que, como elas sugerem uma ausência de contato físico entre causador e causado, há uma conotação de "poderes mágicos" por parte do causador. A própria configuração formal iconicamente expressa isso.

Já nas estruturas sintéticas, em que a distância formal entre causador e causado é reduzida, não há a atribuição dos tais "poderes mágicos" ao causador, conforme se pode observar em

- (48) a. I felled the tree.  
 b. I killed the chicken.  
 c. I raised the cup to my lips.



A menor distância formal entre causador e causado expressa uma menor distância conceptual: a causação é direta e efetuada por força física. Conforme mencionei na seção anterior, segundo Haiman, a manipulação física, formalmente expressa pelas causativas sintéticas, implica não-volicionalidade por parte do causado (ainda que esse seja animado). E a própria forma sintética, acredita ele, implica iconicamente, manipulação física do causado por parte do causador.

Vejamos, agora, se o princípio da motivação icônica postulado por Haiman pode ser aplicado ao português.

Quanto aos tipos de construções, temos três, previstos na escala de Haiman:

(49) É você que vai fazer com que Miriam durma. Tipo a.

(50) É você que vai fazer Miriam dormir. Tipo b.

e no caso de

(51) É você que vai dormir Miriam.

estamos diante de uma estrutura do tipo d.

Sobre a explicação enunciada no princípio (46) e defendida por ele em termos de motivação icônica, investiguemos a sua aplicação, ou não, no português.

Examinando o grupo de sentenças (49)-(51), em que temos causativas analíticas tipo a e tipo b e sintética, pode-se perceber o seguinte: do ponto de vista de sugestão de distância física entre causador e causado, há uma diminuição gradativa no sentido (49) → (51). Ou seja, a distância física é maior nas analíticas com oração subordinada introduzida por que; é um pouco menor na causativa com infinitivo. Já na causativa sintética pode-se depreender uma forte sugestão de manipulação física por parte do causador em relação ao causado. Isso significa que o princípio da motivação icônica parece atuar no português, visto que a maior ou a menor distância lingüística entre a causa e o resultado expressam a sugestão de uma correspondente distância conceptual (maior ou menor) entre eles.

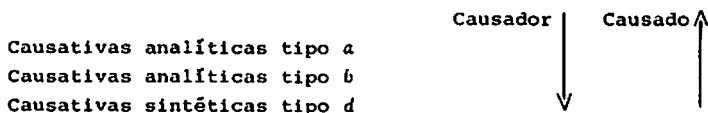
Nos exemplos arrolados neste trabalho e em outros dados como

- (52) a. Vou fazer com que Miriam pare de chorar.  
 b. Vou fazer Miriam parar de chorar.  
 c. Vou parar Miriam de chorar.
- (53) a. Delfim não conseguiu fazer com que a inflação caísse.  
 b. Delfim não conseguiu fazer cair a inflação.  
 c. Delfim não conseguiu cair a inflação.

pode-se comprovar a diminuição da distância entre causa e resultado, ou seja, a noção de maior ou menor diretividade de causação, que, aliás, também Comrie (1981) aponta como uma das diferenças entre causativas indiretas (analíticas) e diretas (sintéticas).

Ao examinar (52) e (53), acima, pode perceber, ainda, um outro tipo de gradação correlacionado com a hierarquia formal das estruturas causativas em português. Se considerarmos o maior ou menor controle, em relação ao resultado, tanto por parte do causador, quanto do causado (ou seja, o poder de conseguir que o resultado se efetive), constatamos o seguinte: há uma idéia de um aumento progressivo em direção à assimetria entre causador-causado (em termos, é claro, de tal controle) no seguinte sentido: causativa analítica com oração subordinada desenvolvida → causativa analítica de infinitivo → causativa sintética. Em outros termos: na causativa analítica tipo a, tanto causador quanto causado são responsáveis pela efetivação do resultado. No caso do causador, essa participação é indireta; na analítica tipo b, entende-se um maior controle do resultado por parte do causador — ocorrendo, pois, um desequilíbrio, já que o causado torna-se menos agente; na causativa sintética, a assimetria atinge seu grau máximo, pois a idéia é de que o causador é que determina a efetivação do resultado e manipula o causado. Ou seja, o causador tem ampliado o seu âmbito de agência e o causado tende a se tornar paciente. O quadro abaixo configura isso:

- (54) Quanto ao maior controle na efetivação do resultado



Estudando o tipo de controle que o causado detém em relação ao que chama macro-situação causativa, Comrie (1981:175) afirma

que o causativo, como codificador básico do objeto direto, tipicamente refere-se a uma entidade com baixo grau de controle. Achei oportuno mencionar isso aqui, porque, conforme tive oportunidade de mostrar na seção anterior, o SN pós-verbal das causativas sintéticas tem quase todas as características de objeto direto. Ainda mais: nos próprios dados aqui arrolados, conforme mostrei, há casos em que ele aparece na forma pronominal clítica de acusativo.

Também mais ou menos dentro dessa linha de explicação é a que é sugerida por Comrie (1983) para as construções diretivas no inglês. A idéia de Comrie é de que a estrutura lingüística reflete situações pragmáticas. E essa correlação entre pragmática e gramática é estabelecida em termos da noção de *marca*. Segundo ele,

*... pode-se às vezes estabelecer uma correlação entre marca lingüística e marca situacional, i.é, aquelas construções que envolvem menos marca formal lingüisticamente correspondem àquelas situações extra-lingüísticas que — de fato ou em nossa conceptualização daquelas situações — são mais esperadas.*

(Comrie (1983:28))

No caso das estruturas diretivas (e ele atém-se àquelas com verbos como *persuade*, *promise*, etc), ele conclui (examinando-as à luz da análise dos atos de fala defendida por Searle (1969)) que

*lingüisticamente, a construção menos marcada para se referir a uma entidade como capaz de executar um ato é a que expressa essa entidade como sujeito da construção lingüística correspondente; além do mais, a construção menos marcada lingüisticamente para referir-se ao ouvinte (recebedor) de uma diretiva é a que expressa esse ouvinte como objeto da sentença principal que indica que uma diretiva está envolvida.*

(Comrie (1983:9))

Consideremos, agora, as causativas em português (também construções do tipo diretivo):

- (52) a. Vou fazer com que Miriam pare de chorar.  
 b. Vou fazer Miriam parar de chorar.  
 c. Vou parar Miriam de chorar.

Em (52a), a idéia é de que o ato de chorar vai ser efetuado por Miriam. Daí uma estrutura de dupla oração, com indicação explícita de um agente na oração subordinada. Em casos como (52b), a idéia é de que o referente do SN é simultaneamente objeto da

ação causativa e sujeito da ação-resultado. Observe-se que, aqui, diferentemente de (52a), o SN pode aparecer em forma pronominal clítica:

(55) Vou fazê-la parar de chorar.

- o que confirma seu caráter objetivo. Muitos de nossos gramáticos analisam sintaticamente o segundo SN das causativas com infinitivo como objeto da oração principal e sujeito da subordinada (cf. Said Ali (1969)), denominando tais estruturas de *construções de acusativo com infinitivo* (muito comuns no latim). Esse seria, segundo os autores, um dos poucos casos, em português, em que o sujeito aparece na forma clítica.

Quanto à oração (52c), conforme mencionei anteriormente, o controle da ação é feito pelo elemento a que o SN pré-verbal se refere, ao passo que o elemento manipulado, o receptor da ação, é expresso pelo SN pós-verbal. Ou seja, nos termos de Comrie, a construção menos marcada para expressar uma situação de causação direta é a estrutura transitiva direta, que é a que se observa em (52c), estrutura acusativa sintética.

Podemos, então, concluir que, também no português há, no caso das construções causativas, uma relação entre a situação pragmática e a estrutura gramatical.

Dos dados aqui apresentados, pudemos verificar que, também no português, o princípio de motivação icônica formulado por Haiman (1983) poderia explicar as estruturas causativas, já que a uma maior ou menor distância lingüística entre causa e efeito parece corresponder uma maior ou menor distância física entre eles. Considerando o papel do causador e do causado na efetivação do resultado, temos uma proporção inversa expressa nas estruturas: quanto mais aumenta o controle do causador mais diminui o do causado. Finalmente, pudemos também constatar que a explicação de natureza pragmática adotada por Comrie (1983) poderia aplicar-se ao português: quanto maior o caráter diretivo da causação, mais simples a estruturação gramatical.

#### 4. Conclusão

Neste trabalho, que representa apenas uma etapa inicial de pesquisa, propus-me investigar a ocorrência, no português, de estruturas causativas sintéticas e tentar apresentar-lhes uma possível análise.

Tendo em vista que o seu SN pós-verbal apresenta características formais específicas de objeto direto (tais como posição pós-verbal, não-controle de CV, pronominalização sob forma clítica de acusativo) cheguei à conclusão de que tais estruturas são transitivas diretas. Já do ponto de vista semântico, examinei dois traços considerados específicos de paciente (que é o papel semântico com o qual se costuma identificar o objeto direto): o da animação e o da volição. Quanto ao primeiro, constatei uma ocorrência tanto de SNs animados, quanto de inanimados — que corresponde ao quadro real das orações consideradas transitivas no português; no que concerne ao segundo, o da volição, pude perceber que os SNs pós-verbais das causativas sintéticas, correspondentes ao causado (causee), apresentam, em geral, uma idéia de não-volição, e, portanto, traço de paciente. Tendo em vista, entretanto, que noções como as de paciente (e também de objeto) talvez não sejam muito bem descritas em termos de traços discretos, sugeri que, assim como Pontes (1984) fez em relação ao sujeito, fossem elas estudadas em termos da teoria de casos típicos.

Numa tentativa de explanação dessas estruturas, pôde-se perceber que, numa série envolvendo também os outros dois tipos de causativas do português — as analíticas — há uma relação entre a maior ou menor distância conceptual entre causa e resultado. Desse modo, nas estruturas analíticas a causação é indireta e nas sintéticas, mais direta — o que vem confirmar o princípio de motivação icônica postulado por Haiman (1983). Uma outra constatação foi a de que a hierarquia formal das construções causativas do português reflete um crescimento da assimetria entre causador e causado no sentido de maior ou menor controle da efetivação do resultado. Uma outra explicação seria a de que as estruturas causativas refletem situações pragmáticas. Assim sendo, constatou-se que a estrutura menos marcada no português para indicar maior "diretividade" de ação seria a causativa sintética — o que confirmaria a hipótese de Comrie (1983).

#### NOTAS

1. Este é o texto integral da comunicação por mim apresentada no IX Encontro Nacional de Linguística realizado na PUC/RJ, no período de 5 a 8 de novembro de 1984. Constitui ele parte de uma pesquisa de âmbito maior que vem sendo desenvolvida por uma equipe de professores da FALE-UFMG, sob a coordenação da

Profa. Eunice Pontes, visando a descrever o português coloquial culto de universitários na faixa etária de 25 a 50 anos, da região de Belo Horizonte.

Agradeço à Profa. Eunice Pontes a orientação bibliográfica e à Profa. Anilce Maria Simões as valiosas sugestões.

2. Observe-se que o autor apresenta como correspondentes das causativas sintéticas apenas as estruturas analíticas com infinitivo, não mencionando as que têm oração subordinada introduzida pelo complementizador que.
3. Ao enunciar essa sentença, o falante estava-se referindo ao caso de concessão (por parte do governo federal) da exploração de energia elétrica de algumas cidades do sul de Minas à CEMIG, ou à Bragantina.
4. Seria interessante lembrar que *factitivos* é uma outra denominação que os autores costumam dar aos verbos causativos (das estruturas analíticas).
5. Pode ser que essas frases sejam melhores numa acepção contrastiva.

## REFERÊNCIAS

- ALI, Said (1966). Dificuldades da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Acadêmica.
- \_\_\_\_ (1969). Gramática secundária. S. Paulo, Melhoramentos.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira (1979). A posposição do sujeito em português. Dissertação de Mestrado inédita, Belo Horizonte, FALE-UFMG.
- COMRIE, Bernard (1981). Language universals and linguistic typology. Oxford, Basil Blackwell.
- \_\_\_\_ (1983). Markedness, grammar, people and the world. University of Southern California. (Manuscrito)
- DECAT, Maria Beatriz Nascimento (1983). Concordância Verbal, topicalização e posposição de sujeito. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura. Belo Horizonte, Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura, FALE-UFMG, (9): 9-48.
- FILLMORE, Charles J. (1968). The case for case. In: BACH, Emmond & HARMS, Robert T., ed. Universals in linguistic theory. New York, Holt, Rinehart and Winston.
- GÓIS, Carlos (1983). Método de análise. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- HAIMAN, John (1983). Iconic and economic motivation. Language, 59 (4): 781-819.
- KURY, Adriano da Gama (1970). Lições de análise sintática; teoria e prática. Rio de Janeiro, Fundo Cultura.
- LAKOFF, George (1977). Linguistic gestalts. Papers from the Thirteenth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society, University of Chicago.
- LYONS, John (1977). Semantics. Cambridge University Press, v.2.
- PERLMUTTER, David (1976). Evidence for subject downgrading in Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, ed. Reading in Portuguese Linguistics. Amsterdam, Academic Press.
- PONTES, Eunice (1973). Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_ (1982). A ordem VS em português. Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura. Belo Horizonte, Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura, FALE-UFMG (7): 90-137.
- \_\_\_\_ (1984). Sobre o conceito de sujeito. Tese para Professor Titular, inédita. Belo Horizonte, FALE-UFMG.

DISCURSO PLANEJADO E DISCURSO NÃO-PLANEJADO:  
ANÁLISE CONTRASTIVA DE ALGUNS ASPECTOS DO  
PORTUGUÊS ORAL

Maria Beatriz Nascimento Decat

RESUMO

Este trabalho consiste na análise de alguns aspectos da língua oral, através de discursos produzidos por professores de curso de Letras em duas situações: a de conversa espontânea e a de sala de aula. A análise procurou verificar, primeiro, se é possível estabelecer para os dois tipos de discurso examinados em português as dicotomias planejado/não-planejado, formal/informal, a partir de características arroladas por Ochs (1979) e Givón (1979), e vários outros autores; em segundo lugar, se o português oral do Brasil revela as características de discurso não-planejado apontadas por vários autores. Para tanto foram examinados os seguintes aspectos: coordenação e subordinação (incluindo tipos de orações subordinadas, relações semânticas entre as proposições), mecanismos de coesão textual, elementos de transição, mecanismos de repetição e de substituição de itens lexicais (REPAIRS), mecanismos de distanciamento (detachment) tais como construção passiva e indeterminação de agente. Procurei mostrar que os discursos examinados apresentam uma mesclagem de características de ambos os polos, e que a diferença entre eles deverá ser estabelecida em termos de gradação.

ABSTRACT

In this paper I take as my field of analysis the oral language, as I analyze discourses produced by professors of the Department of Letters of a Brazilian University. I developed a comparative analysis between the classroom language used by the teacher in his/her lectures and the language used by him/her in ordinary conversation, aiming at: a) verifying whether there is an opposition in terms of dichotomies such as formal/informal, or planned/unplanned, on basis of the characteristics listed by Ochs (1979) and Givón (1979), and by others scholars; b) verifying whether oral Brazilian Portuguese presents the characteristics of unplanned discourse pointed out by the authors chosen for discussion. In this analysis I examined the following aspects: coordination and subordination (including types of subordinate clauses, semantic relations between the propositions), textual cohesion devices, transitional elements, mechanisms of repetition and substitution of lexical items (REPAIRS), the (detachment) mechanisms (such as passive construction and agent indeterminacy). I aimed to point that the discourses examined presented a mixture of characteristics from both poles (planned/unplanned or formal/informal), and that the differences between them should be taken for establishing a gradation among various styles of speech.



O ensino da expressão escrita tem sido um dos grandes problemas com que o professor se defronta em suas aulas de língua materna. Várias técnicas são utilizadas, sem que, no entanto, se consiga chegar a resultados plenamente satisfatórios. Na maior parte das vezes a metodologia de ensino da expressão escrita se baseia unicamente em estudos da própria expressão escrita, isto é, da língua utilizada pelos escritores em sua produção literária. E esta é, no meu entender, a grande causa dos insucessos do professor em sua tarefa de levar o aluno a ter um desempenho adequado em seus exercícios de redação. Esse problema só será sanado na medida em que o professor tiver consciência de que o discurso literário é apenas um tipo dentre a pluralidade de discursos produzidos numa comunidade lingüística. Assim sendo, o ensino da expressão escrita deverá ter suas bases assentadas no conhecimento e análise da expressão oral em toda a sua gama de tipologias. Esse conhecimento da língua oral é que deverá nortear a preparação de textos a serem utilizados em sala de aula para o ensino da língua escrita.

O não conhecimento da realidade oral da língua leva, muitas vezes, o professor à utilização de falsos pressupostos sobre as características de cada tipo de discurso oral, o que pode comprometer ainda mais os objetivos por ele pretendidos quanto ao desempenho do aluno não só na expressão escrita como também na produção oral. Termos como formal, elaborado, planejado, dentre outros, costumam ser utilizados para a referência a certo tipo de linguagem oral que se pretende seja adotada como modelo do que se convencionou chamar de língua culta. Essa é a concepção tida por muitos, ainda que inconscientemente, a respeito da linguagem falada pelo professor em suas aulas.

Meu trabalho restringe-se à língua oral, através da análise de discursos produzidos por professores de curso de Letras. O corpus utilizado para essa análise consistiu de dados obtidos em gravações de aulas ministradas por quatro professores universitários e em gravações da fala desses mesmos professores em conversas espontâneas. De cada aula foram gravados aproximadamente 30 minutos, perfazendo um total de 120 minutos (ou duas horas de gravação). Já as conversas espontâneas tiveram a duração de aproximadamente 10 minutos com cada professor, num total de 40 minutos.

A partir desses dados procedi à análise comparativa dos discursos produzidos nessas duas situações, a fim de verificar em que medida existe, ou não, uma oposição entre eles em termos de dicotomias como formal/informal, planejado/não-planejado, etc.

Para o desenvolvimento de minha análise, tomei como ponto de partida as postulações de Ochs (1979) e de Givón (1979), segundo as quais um discurso será relativamente planejado ou não, conforme apresente estruturas características do modo pragmático (no caso de discurso não-planejado) ou do modo sintático (no caso de discurso relativamente planejado). Segundo Ochs, o discurso relativamente não-planejado (ou, segundo a terminologia de Givón, discurso informal não-planejado) é aquele que não foi pensado e organizado antes de sua produção, aquele que é espontâneo, e que exibe estruturas características da linguagem infantil nos primeiros estágios de sua aquisição. É o discurso em que predominam estruturas mais simples, adquiridas nos períodos mais anteriores do desenvolvimento da linguagem. E o discurso relativamente planejado (ou formal, elaborado, segundo outros autores) caracteriza-se pela organização anterior à sua realização, ou seja, aquele discurso em que houve *forethought*. Nesse apareceriam estruturas mais complexas, em que o falante faria uso de mecanismos discursivos mais formais e não se valeria do contexto.

Tentei verificar até que ponto essas dicotomias estabelecidas para caracterizar discurso oral e discurso escrito são também válidas para o português. Entretanto, as conclusões daqueles autores decorrem de análises comparativas entre a língua oral e a língua escrita, mais especificamente entre a língua oral infantil e a língua escrita de um adulto. Ora, é importante frisar que entre essas duas modalidades de linguagem há várias outras que não foram levadas em consideração por aqueles autores, e cujo estudo é de grande relevância para a compreensão da realidade oral da língua. Assim, é necessário primeiro que se faça um estudo dos diversos registros (ou estilos) orais para depois compará-los com o código escrito. Na postulação de Givón, por exemplo, somente a língua formal escrita exibiria estruturas decorrentes de um planejamento cuidadoso, sem fazer uso do contexto, sem pressão de tempo, dentre outras características. Embora reconhecendo indiretamente a existência de uma gradação, pois *every language has a wide range of DISCOURSE REGISTERS, from the loose-informal-pragmatic to the tight-formal-syntactic* (Givón (1979:84)), nem Givón nem Ochs fazem referência a estudos das diversas situações de discurso oral.

Não encontrei, na literatura lingüística, uma visão clara quanto à distinção entre um registro (ou estilo) formal e um registro informal. Ao lado de análises como as dos autores acima, que parecem considerar como formal (ou elaborada, ou planejada) somente a linguagem escrita, há autores que admitem, por exemplo,

como formal a língua usada em conferências (ou palestras, etc.), como postula Chafe (1982), ou até mesmo a língua falada pelo professor em sala de aula, como estabelece Green (1982). E outros há ainda, como Robin Lakoff (1982), que colocam o discurso de uma *lecture* como um registro intermediário entre o discurso persuasivo (equivalente ao formal, não-espontâneo) e a conversação ordinária. Mais adiante terei oportunidade de comentar com mais detalhes essas postulações. Por ora quero deixar claro que minha análise procurou: a) primeiro, verificar se é possível estabelecer para os dois discursos de língua oral examinados em português (ou seja, o discurso de sala de aula e o de uma conversa ordinária) as dicotomias planejado/não-planejado, ou formal/informal, com base nas características arroladas por aqueles autores (e por outros que veremos adiante); b) em segundo lugar, verificar se o português oral do Brasil revela as características de discurso não-planejado apontadas pelos diversos autores.

Uma das características apontadas tanto por Ochs quanto por Givón para definir discurso relativamente não-planejado (informal) e discurso relativamente planejado (formal) é a de que no primeiro predomina o modo pragmático, isto é, predominam estruturas de coordenação frouxa; ao passo que o segundo caracteriza-se pelo modo sintático, havendo uma predominância da subordinação compacta, isto é, de estruturas com encaixamentos.

As duas situações de discurso por mim examinadas parecem constituir um contra-argumento às postulações daqueles autores, caso se parta do pressuposto inicial de que a situação de sala de aula é formal, quando se espera, então, que o falante (no caso, o professor) manifeste um desempenho lingüístico formal, planejado anteriormente. Não há, nos dados coletados, nenhuma rigidez quanto à maior ou menor incidência de coordenação e subordinação. Houve casos, por exemplo, em que a taxa de subordinação foi bem alta (cerca de 70% e 60% de subordinações, contra 30% e 40% de coordenações, respectivamente) tanto no discurso de sala de aula quanto na conversa informal. Um outro caso revelou nítida diferença entre a linguagem usada nessas duas situações; houve, realmente, no discurso de aula, predominância da subordinação sobre a coordenação (84,5% contra 15,5%), ao passo que na conversa informal essa predominância não foi significativa, embora o número de estruturas subordinadas tenha sido superior ao das estruturas coordenadas (55% contra 45%). No entanto, um outro caso revelou equivalência, nas duas situações de discurso, de uso de estruturas coordenadas e subordinadas. De qualquer forma, é importante res-

saltar que em todos os desempenhos lingüísticos foram utilizados vários tipos de sentenças subordinadas, das mais simples às mais complexas, com encaixamentos à direita e à esquerda, e até com auto-encaixamentos, estruturas essas que seriam características só do discurso planejado (conforme aqueles autores). Esses dados nos fornecem forte evidência para dizer primeiramente que não existe diferença entre esses dois discursos, no tocante à formalidade e grau de planejamento. Essa evidência servirá, no entanto, principalmente para mostrar que não se pode estabelecer a generalização de que na língua oral predomina o modo pragmático, através da predominância da coordenação frouxa. Isso não foi o que se deu em português, cujos discursos apresentaram uma grande incidência de subordinações, até mesmo de subordinações complexas.

Ochs postula também que a oração relativa, característica do discurso planejado, dará lugar, no discurso não-planejado, a estruturas que utilizam formas de referência sintaticamente mais simples, como, por exemplo, a estrutura DET + NOME — em que o DET é um demonstrativo — e também a estrutura REF + PROP (que é o caso, por exemplo, da topicalização). Nos dados por mim examinados, a incidência de orações relativas revelou-se maior em relação aos outros tipos de orações subordinadas, em ambas as situações de discurso. Quanto ao uso de determinantes demonstrativos (e dêiticos de modo geral, como, por exemplo, certos advérbios — usados isoladamente ou co-ocorrendo com os determinantes demonstrativos) a sua ocorrência na linguagem usada na aula foi também significativamente maior que na conversa, paralelamente, portanto, à ocorrência de orações relativas. O mesmo pode ser dito em relação às construções REF + PROP, que seriam, segundo Ochs, utilizadas também como mecanismo sintático em substituição às orações relativas. Nesse tipo enquadram-se a topicalização e o deslocamento para a esquerda, ambos ocorrendo em vários tipos de discurso em português, inclusive no discurso escrito formal, conforme já apontado por Pontes em suas análises sobre essa língua.

Tomando, também, a construção de *cleft-sentence*, considerada por Ochs como um mecanismo complexo do discurso relativamente planejado, teríamos de admitir que ambos os discursos examinados são formais, planejados, uma vez que em ambos foi utilizado esse mecanismo. Embora ele aparecesse pouco, quando aparecia era na mesma proporção nos dois tipos de discurso.

Ainda segundo Ochs, no discurso não-planejado a relação semântica entre as proposições não é explícita, ou seja, as propo-

sições vêm expressas sequencialmente (característica do modo pragmático, segundo Givón), sendo o contexto e a proximidade entre as proposições os elementos que determinariam sua interpretação. Ora, a utilização de estruturas subordinadas nos discursos examinados — como, por exemplo, orações adverbiais de diversos tipos — em que a relação semântica entre as proposições é explicitada através dos conectivos, constitui, mais uma vez, uma evidência contra a aplicação ao português do Brasil da postulação de Givón de que o discurso não-planejado caracteriza-se por um padrão paratático *franco*. No caso das conversas gravadas, os falantes se utilizaram com bastante frequência dos mecanismos sintáticos de subordinação, não se valendo, portanto, do contexto, o que seria de se esperar nessa situação, conforme as análises dos autores acima.

Tais fatos me levam inicialmente às seguintes hipóteses: ou a linguagem usada pelo professor em suas aulas não se caracteriza como formal, planejada, organizada anteriormente à sua produção, ou, por outro lado, a conversa ordinária não pode ser considerada como típica de discurso não-planejado, em que o planejamento se dá no curso de sua produção, favorecendo, nesse caso, o uso maior de estruturas coordenadas; ou, ainda, que não podemos falar em discurso planejado/não-planejado em termos de ocorrência, ou não, de determinado tipo de estruturas.

Se adotarmos a postulação de Ochs, segundo a qual um discurso relativamente planejado, formal, manifesta a utilização de mecanismos discursivos mais formais, como o uso, pelo falante, de coesão textual e elementos de transição do tipo de por exemplo, isto é, além disso, por outro lado, digamos, etc., teríamos de aceitar como verdadeira a hipótese de que a linguagem usada pelo professor em suas aulas expositivas é formal, planejada. Isso porque esses elementos foram detectados em larga escala no corpus utilizado. Numa das aulas gravadas o número de elementos coesivos e de transição chegou a 110, num espaço de tempo de trinta minutos de fala. Dentro desse mesmo raciocínio, a conversa ordinária seria considerada informal, não-planejada, uma vez que em todos os discursos gravados a ocorrência desse tipo de elementos foi consideravelmente menor que no discurso de aula, ou mesmo inexistente. Para Chafe (1982), no entanto, essas expressões são coloquiais (portanto, informais), e são usadas pelo falante como uma maneira de esse se assegurar de que *the listener is assimilating what he or she is saying, or to prod the listener into noticing and acknowledging the flow of information* (p. 47).

Já pelo exame da linguagem de sala de aula no que diz respeito à utilização, ou não, dos mecanismos de repetição e de substituição de itens lexicais — esses últimos os chamados REPAIRS (cf. Schegloff et al. (1977)) — chegaríamos à conclusão de que se trata de um discurso informal, cujo planejamento se dá no curso de sua produção, revelando, portanto, a presença de *afterthought*, uma vez que essas repetições e substituições ocorrem de maneira significativa nessa situação. Repetições contíguas que apareceram nesse discurso revelam ora a ênfase que se quis dar a algum elemento, ora a hesitação. Nesse último caso principalmente teríamos mais um argumento para dizer que a linguagem de uma aula expositiva é relativamente não-planejada, o que me parece uma conclusão demasiadamente forte, se nos lembrarmos, por exemplo, de que o mecanismo da repetição é um fenômeno típico da língua oral, independentemente de se tratar de registro formal ou informal.

Muitas vezes essas repetições nas aulas são precedidas de pausas (algumas delas razoavelmente longas), o que evidenciaria estar o falante (no caso, o professor) planejando o seu discurso naquele momento — para usar o raciocínio de Ochs — como se não estivesse sob pressão do tempo. Entretanto, no caso de uma aula, dá-se exatamente o contrário. Não creio ser verdade, portanto, que um discurso não-planejado não esteja sujeito à pressão do tempo, ou, por outro lado, que o discurso planejado esteja sob esse tipo de pressão, o que faria com que o tempo de expedição do ato de fala fosse menor que naquele.

Um outro aspecto que também examinei nessa pesquisa foi a construção passiva, considerada por Ochs como característica de discurso planejado, embora sua ocorrência seja rara. Nos dados do português essa construção só apareceu no discurso de aula, o que nos levaria a concluir, inicialmente, que a linguagem usada pelo falante nessa situação é típica de registro formal, planejado. Muitas das vezes a passiva foi usada para dar definições relacionadas ao tema da aula; de outras ela foi usada quando se tratava de descrever algum fenômeno. Qualquer que fosse o caso, entretanto, a passiva tinha, de modo geral, uma característica: a ausência do agente. Isso faz parte, segundo Brown & Levinson (1978), do mecanismo de impessoalização, usado freqüentemente para remover referência direta ao falante ou ao ouvinte, muitas vezes por questões de polidez. Entretanto, essa eliminação do agente pode também ser considerada uma violação da *Máxima de Quantidade* do Princípio Cooperativo de Grice, pela falta de alguma informação na sentença.

Essa violação é mais comum na conversação do que num discurso de sala de aula, uma vez que nesse último o objetivo seria, segundo Robin Lakoff, o de *informar*. Caso contrário, é um sinal de que o contexto está sendo utilizado para suprir essa falta de informação; ou, ainda, podemos dizer que o falante está pressupondo a existência de *background* por parte do ouvinte, a fim de que a comunicação seja bem sucedida. Ora, esses são parâmetros utilizados por Givón, por exemplo, para caracterizar a linguagem informal (ou não-planejada, nos termos de Ochs). Em outras palavras, ao fazer uso do contexto e supor que o ouvinte partilhe um determinado conhecimento, o falante está dirigindo seu discurso para o polo não-planejado. Se assim é, em que tipo de discurso deverá ser enquadrada a linguagem observada nessas aulas? Por outro lado, Pontes (1981:58) admite que *é possível se ter um discurso planejado oral, em que o falante use do contexto imediato para se comunicar, e já um discurso não-planejado, como numa carta íntima, pode não usar absolutamente o contexto. O problema do contexto está ligado à situação: se a comunicação é face a face, se está ligada à situação, pode-se usar dela.*

Outro ponto importante a respeito do uso da passiva nos discursos examinados é a sua ocorrência de forma reduzida, não só sem o agente mas também sem o auxiliar *ser*. Em outras palavras, temos nesses discursos de sala de aula uma incidência significativa de nominalizações, o que torna realmente a linguagem mais formal. Entretanto, a existência de um traço mais formal não define necessariamente um estilo. O discurso de sala de aula, como um todo, não poderá, portanto, ser definido como formal, já que nele ocorrem também outras construções que são vistas como de registro informal, como já mencionei acima. Além do mais, as nominalizações, assim como outras construções, são, como aponta Pontes (1981) para dados do português, características de um registro adquirido através de educação formal, ou seja, através da escola. Portanto, não se trata de um mecanismo adquirido nos últimos estágios da aquisição da linguagem pela criança, como quer Ochs.

De qualquer forma, no que se refere à voz verbal, verifiquei haver diferença entre a linguagem que os professores usaram em suas aulas e a linguagem de suas conversas. Essa diferença estabelece-se em termos do uso de estruturas passivas, no primeiro caso, e do uso de estruturas ativas, no segundo. Mas, não creio que esse fato nos leve obrigatoriamente a concluir que se trata de discurso planejado (ou formal), por um lado, e não-planejado (ou informal), por outro. É bom lembrar que a situação do discurso de

sala de aula favoreceu o uso da passiva, por tratar-se de aula expositiva, em que a necessidade de o professor fazer descrições e dar definições propicia ela mesma o uso daquela construção. É claro, por outro lado, que numa conversa poderá ocorrer esse tipo de estrutura, desde que, por exemplo, o tópico da conversação crie condições favoráveis a isso, como acontece quando o falante, durante o seu turno na conversação, narra um fato qualquer.

Passo, agora, a examinar a questão da indeterminação do agente, cuja forma de realização na sentença tem também servido a diversos autores como parâmetro para a classificação do discurso como formal ou informal.

É costume dizer-se, nas gramáticas do português, que há duas maneiras de se expressar a indeterminação do agente (comumente chamada de indeterminação do sujeito): a primeira apresenta o verbo (intransitivo) na terceira pessoa do singular seguida da partícula se, marca dessa indeterminação; a segunda manifesta o verbo (transitivo ou intransitivo) na terceira pessoa do plural, sem referir-se a nenhum agente anteriormente expresso no discurso.

A primeira dessas formas corresponde, em inglês, a uma sentença com one. Segundo Joos (1967), o uso de one é uma marca (*code-label*) do estilo formal em inglês, em que o falante evita o uso das formas I, me, you (em português eu, me, você) fato esse que revela a tendência à impessoalização, eliminando-se, assim, a referência tanto ao falante quanto ao ouvinte. O uso de one teria também o efeito de *distanciamento*, conforme postulado nos trabalhos de Brown & Levinson (1978) e de Chafe (1982), ponto esse sobre o qual falarei mais adiante.

A se adotar a postulação de Joos para o português, teríamos de admitir, num exame inicial, que o discurso de sala de aula é formal, uma vez que nele ocorreu a construção com a partícula indeterminadora se, embora tal ocorrência não se verificasse em uma das quatro aulas gravadas, o que pode ser interpretado como consequência do uso de um estilo individual (idioleto). Essa forma foi também registrada nas conversas livres, embora só tenha ocorrido em dois dos quatro discursos. Entretanto, quer na linguagem das aulas, quer na das conversas, o número dessas construções em cada discurso individualmente foi muito pequeno, quase insignificante. Quanto à forma de indeterminação com o verbo na terceira pessoa do plural, ela é praticamente inexistente nos dois tipos de discurso analisados, tendo aparecido uma única vez em uma das conversações. Para ambos os casos poderíamos dizer



que a baixa ocorrência dessas formas de indeterminação poder ter-se devido à própria temática das aulas e das conversas, que não favoreceu o seu uso. A se admitir isso poderíamos manter a caracterização do discurso de aula como formal. Essa postulação, no entanto, se tornará inadequada ao verificarmos que aquelas não são as únicas formas de indeterminação de agente que aparecem nos discursos, contrariando, portanto, o que se encontra nas gramáticas. Há pelo menos três outros mecanismos de indeterminação muito frequentes em português e que apareceram com grande incidência nos discursos de aula e de conversa: a) um primeiro é o uso de expressões tais como a gente, o pessoal, todo mundo, entre outras, referindo-se a um agente indeterminado; b) um segundo é o uso do pronome você, também sem se referir a qualquer pessoa do discurso — no caso, o ouvinte; c) o terceiro é o emprego do verbo na terceira pessoa do singular *sem a partícula se*, ou seja, com o morfema  $\beta$  de indeterminação do agente. Esse último caso é às vezes analisado como sendo a forma ativa do verbo com sentido passivo, tendo havido eliminação do agente. Mesmo se assim se considerar, o agente continua a ser  $\beta$ .

Além dessas, outras formas de indeterminação de agente foram utilizadas e merecem destaque: o emprego dos pronomes de primeira pessoa, tanto no singular (eu) quanto no plural (nós). Em nenhuma das ocorrências assinaladas nos dados esses pronomes se referiam a uma determinada pessoa no discurso, e poderiam perfeitamente ser substituídos por qualquer das outras formas de indeterminação, sem que a frase tivesse a sua significação alterada. No caso do pronome nós não se tratava também do chamado *plural de modéstia*, uma vez que nos casos verificados o falante não estava fazendo referência a si próprio.

Resta comentar, ainda, um último caso de indeterminação de agente: é o uso do pronome de terceira pessoa do plural — eles — sem também se referir a uma agente em particular, ou seja, sem ser usado anaforicamente para fazer referência a pessoas anteriormente mencionadas no discurso. Esse fato, embora tendo ocorrido só numa das conversas, me parece interessante para mostrar a tendência à não eliminação da NP sujeito no discurso oral do português.

Ainda dentro dessa questão, é interessante notar que a utilização das diversas marcas de indeterminação de agente se dava, em ambos os tipos de discurso, de maneira indistinta, com preferência ora por um, ora por outro mecanismo, e, às vezes, dentro de uma mesma sentença. Só no caso da utilização da partícula se é que se notava a não preferência por essa forma, que, quando ocor-

ria, era imediatamente substituída por uma das outras. Se fizermos uma comparação da língua oral com a língua escrita no português é provável que haja diferença quanto ao uso e quanto à frequência dessa forma de indeterminação de agente. Esse, entretanto, não foi o meu objetivo.

É exatamente pela verificação desses fatos que não creio podermos nos valer do fenômeno da indeterminação de agente como parâmetro para caracterizar como formais ou informais os discursos de sala de aula e de conversa. Mesmo o mecanismo tido como mais formal, ou seja, o uso da partícula se, foi utilizado nos dois tipos de discurso, embora em baixa escala. Esse fato, aliás, poderia até ser um motivo para dizermos que ambos os discursos são informais. Prefiro, no entanto, ficar com a primeira alternativa.

Tomemos, agora, um outro fenômeno também utilizado como parâmetro para a definição de um discurso como formal: o *distanciamento* (ou *detachment*). Segundo Chafe (1982:45) referindo-se à formalidade da língua escrita, *the detached quality of written language is manifested in devices which serve to distance the language from specific concrete states and events*. E dá como exemplos desse mecanismo em inglês a passiva e a nominalização. Nos termos de Brown & Levinson, há mecanismos do discurso que vão distanciar o falante do aqui-e-agora. Assim, dizer one (se) em vez de I (eu), you (você), irá levar a esse distanciamento em relação ao momento e à situação do discurso. Estruturas como todas essas em português já foram discutidas acima, no que diz respeito à sua ocorrência e comportamento na linguagem dos discursos examinados. Faz-se necessário, contudo, relembrar aqui alguns pontos: a) as sentenças passivas, que ocorreram só no discurso de sala de aula, de modo geral apresentavam-se sem o agente, o que é uma consequência do fenômeno da impessoalização; b) as construções passivas são consideradas por vários autores como características do discurso formal, planejado; c) nominalizações ocorreram também no discurso de sala de aula, sob a forma de passiva reduzida (sem o agente e sem o auxiliar ser); d) nem as passivas completas nem as nominalizações se mostraram apropriadas como parâmetros para a caracterização dos discursos de sala de aula; e) a partícula se de indeterminação do agente, equivalente ao one que é considerado por Joos como característica do discurso formal em inglês, era frequentemente substituída, nos dois tipos de discurso, por outras formas de indeterminação.

Ora, tais fatos nos colocam diante de um impasse: se o dis-

tanciamento é um mecanismo de formalidade, e a passiva e as nominalizações são construções sintáticas que manifestam esse mecanismo; e se essas construções foram detectadas só na linguagem de sala de aula, então teríamos de concluir que essa linguagem é de um estilo formal, e com um grau de planejamento semelhante ao que se verifica na língua escrita (conforme postulado por muitos). Por outro lado, se o uso do se (one) como marca de indeterminação de agente é um recurso de linguagem formal, tendo o efeito de distanciamento mas tendo sido suplantado tanto na conversa quanto no discurso de sala de aula pelo uso de outras marcas de indeterminação de agente tais como a gente, o pessoal, todo mundo, você, etc., tidas como informais, então não mais poderemos dizer que o estilo da linguagem de aula é formal.

Esse impasse para a caracterização desses discursos verificou-se também quando detectei, em alguns discursos de aula, o uso do futuro (do presente e do pretérito), que é também dado como um mecanismo de distanciamento e, portanto, formal, de acordo com as teorias vistas aqui. Nesse caso em particular o uso, em português, do futuro do pretérito para, por exemplo, dar definições, dar informações, tira do falante a responsabilidade pelo que está dizendo, isto é, ele deixa claro o seu não envolvimento com o que está transmitindo. Creio até que podemos dizer que o uso desse tempo verbal faz parte, de alguma forma, do fenômeno da impessoalização, característico da linguagem formal, em contraposição à individualização característica da linguagem informal.

### Conclusão

Por tudo o que foi discutido até aqui, a comparação entre o discurso de sala de aula e o de uma conversa ordinária leva-me a concluir que não se pode fazer uma caracterização nítida desses dois discursos em termos de dicotomias como formal/informal, relativamente planejado/relativamente não-planejado, ou qualquer outra semelhante. O que me pareceu haver nesses casos foi uma mesclagem de características de ambos os polos, sendo que a predominância de uma ou de outra característica vai depender não do grau de planejamento, de organização prévia, mas de fatores tais como o tópico do discurso, a maior ou menor tensão do falante no momento da comunicação, as interferências em seu discurso por parte do ouvinte, o tipo de ouvinte (no que se refere, por exemplo, ao nível de linguagem dominada por esse, ao grau de partilhamento de conhecimento do mundo, etc.), as características individuais de estilo (os idioletos), o grau de intimidade existente entre

falante e ouvinte, etc. As análises dos autores aqui citados mostraram-se inadequadas aos dados do português, principalmente se tomadas como um todo. Além do mais, muitas delas partiram de comparações entre extremos, quais sejam a linguagem coloquial oral (às vezes até a linguagem infantil) e a escrita formal, embora reconhecendo, como o faz Chafe (1982:49), a necessidade de se fazer comparação entre estilos mais próximos, uma vez que há estilos de fala *which are more in the direction of writing, and other styles of writing which are more like speech.*

Não se pode deixar de reconhecer que existem diferenças entre esses discursos; essas diferenças, no entanto, não deverão servir para colocá-los em pontos opostos, mas para estabelecer uma *gradação* entre os diversos estilos de fala. Nesse sentido talvez pudéssemos adaptar ao português, para o discurso de aula, a caracterização dada por Robin Lakoff que coloca a *lecture* (conferência) como uma forma intermediária entre o discurso persuasivo e a conversação ordinária, respectivamente de linguagem formal e linguagem informal. Isso porque o discurso de sala de aula é, segundo ela, de modo geral, unilateral, não-espontâneo (logo, planejado, nos termos de Ochs), não-recíproco, mas que tem, como a conversa, o objetivo de informar. Entretanto, não creio que possamos admitir essas características para uma aula no contexto brasileiro. Nossas aulas, mesmo quando expositivas, são conduzidas dentro de uma concepção mais democrática de ensino; nelas, o tipo de relação professor/aluno é diferente do que costuma existir em outros países. Embora nesse tipo de aula o professor mantenha a palavra na maior parte do tempo, seu discurso não é o resultado de um texto previamente elaborado e depois lido em sala de aula. O que ocorre no Brasil, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação, é que o professor se utiliza de um esquema que será desenvolvido no correr da aula. Nossos alunos participam com perguntas e opiniões, mesmo no tipo de aula que europeus e norteamericanos chamam de *lecture*. A ocorrência de participação não está vinculada, em nosso contexto, a uma autorização expressa, por parte do professor, para que o aluno fale. Isso decorre não só de um relacionamento mais aberto entre professor e aluno, como também, e principalmente, de uma metodologia de ensino que procura levar o aluno a desenvolver ele próprio as suas habilidades e capacidade de crítica, ao invés de ser simplesmente *informado* a respeito da matéria através de exposições muitas vezes longas e cansativas. Assim sendo, a platéia de uma aula em nosso contexto cultural não constitui, em geral, uma platéia passiva, o que impede,

portanto, a unilateralidade do discurso do professor, que não será o detentor exclusivo do *flow* da comunicação. A unilateralidade, ou ausência de participação do ouvinte, é que caracteriza, segundo Joos, o estilo formal. Nesse caso, então, não poderemos considerar uma aula no Brasil como formal, pelo que já vimos acima. Ela parece enquadrar-se no tipo de conversa ordinária, de comunicação face a face, aproximando-se, portanto, do estilo informal, embora nela a participação seja menor do que numa conversa. O fato, por exemplo, de ocorrerem nas gravações feitas várias hesitações, repetições, *repairs*, colocaria a aula mais próxima do polo informal. Já outras características a colocariam mais próxima do polo formal. Não se trata, creio eu, de haver ou não planejamento, de se usar estruturas que foram adquiridas cedo ou tarde no processo de aquisição da linguagem. Trata-se de aceitar, primeiramente, que o estilo não está mecanicamente associado às situações. Em segundo lugar, parece-me que o problema da caracterização dos discursos orais está ligado muito mais às diferenças individuais, à personalidade de cada falante, do que propriamente às situações. A escolha pelo falante entre um ou outro estilo de discurso terá, além de um significado social, um significado individual, na medida em que a forma do discurso sofre influência da personalidade do falante.

O ponto mais importante, entretanto, dessa minha pesquisa situa-se no fato de que, *independentemente de haver, ou não, oposição entre a linguagem usada em sala de aula e a usada numa conversa*, esses discursos orais apresentaram, em português, características dadas por Ochs e por Givón como próprias da língua escrita, relativamente planejada, formal. No caso do português não é verdade, por exemplo, que na língua oral haja mais coordenação do que subordinação, ou que na língua oral sejam usados mecanismos menos formais. Além do mais, *o que é um mecanismo mais formal, ou menos formal?* Não se pode dizer, por exemplo, que noções como de formalidade, de planejamento estejam ligadas à noção de complexidade sintática, de maior ou menor dificuldade de processamento da estrutura, por parte do falante. As passivas reduzidas, por exemplo, não parecem, segundo postula Slobin (1980:85), *mais difíceis de serem processadas que as passivas plenas*. Assim, como separar também as características de cada discurso, se já vimos que elas se mesclam, que não são mutuamente exclusivas?

Para se ter uma postulação conclusiva é necessário que se façam outras comparações entre outros discursos, ou mesmo que se aprofunde o que procurei apontar. Como nos diz Hymes (1974:41),

*with regard to ways of speaking we are at a stage like that of the study of human culture, as a whole, a century ago. E ainda segundo Hymes (apud. Coulthard (1977:37)), the relevant speech styles of a community cannot be arrived at mechanically for one could note an infinite number of differences and putative co-occurrences.*

Outros pontos poderiam ter sido levantados. Meu objetivo, entretanto, não foi o de esgotar o assunto, mas de apresentar alguma contribuição para o conhecimento de alguns aspectos da língua oral, e também para estudos posteriores sobre essa manifestação espontânea da linguagem. Já que, no mundo de hoje, ouvimos mais do que lemos, é extremamente necessário que façamos uma análise de documentos orais, a qual forneça ao aluno de língua materna subsídios para um desempenho oral mais adequado e eficaz.

#### NOTA

1. O presente artigo é resultado parcial de uma pesquisa sobre o português oral, coordenada pela professora Dra. Eunice Pontes e da qual participam professores de vários departamentos da Faculdade de Letras da U.F.M.G.

Uma versão deste artigo foi apresentada no 7º Congresso Mundial da Association Internationale de Linguistique Appliquée (AILA BRUSSELS 84), que se realizou em Bruxelas, Bélgica, de 5 a 10 de agosto de 1984. Agradeço ao CNPq a ajuda financeira não só para a realização da pesquisa de que se originou o presente artigo, como também para a apresentação do mesmo no referido Congresso.

## REFERÊNCIAS

- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1978). Universals in language usage: politeness phenomena. In: GOODY, E., ed. Questions and Politeness. Cambridge, Cambridge University Press.
- CHAFE, Wallace L. (1982). Integration and involvement in speaking, writing and oral literature. In: TANNEN, D., ed. Spoken and Written Language. New Jersey, Ablex Publishing Corporation.
- COULTHARD, Malcolm (1977). An Introduction to Discourse Analysis. London, Longman.
- GIVÓN, Talmy (1979). From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: GIVON, T., ed. Syntax and Semantics. New York, Academic Press, v. 12.
- GREEN, Georgia M. (1982). Colloquial and literary uses of inversions. In: TANNEN, D., ed. Spoken and Written Language. New Jersey, Ablex Publishing Corporation.
- HYMES, D. (1974). Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- JOOS, Martin (1967). The Five Clocks. New York, Harcourt, Brace & World Inc..
- LAKOFF, Robin (1982). Persuasive discourse and ordinary conversation, with examples from advertising. In: TANNEN, D., ed. Analyzing Discourse: Text and Talk. Washington D.C., Georgetown University Press.
- OCHS, Elinor (1979). Planned and unplanned discourse. In: GIVON, T., ed. Syntax and Semantics. New York, Academic Press, v. 12.
- PONTES, Eunice (1981). Construções de tópico em língua escrita. Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura, Belo Horizonte, Departamento de Linguística e Teoria da Literatura. FALE/UFMG, (5):51-73.
- SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. & SACKS, H. (1977). The preference for self-correction in the organization of repair of conversation. Language, (53):361-83.
- SLOBIN, D.I. (1980). Psicolinguística. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

## THE EFFICACY OF READING USING THE PHYSICAL RESPONSE TECHNIQUE IN SECOND LANGUAGE LEARNING

Maria Helena Lott Lage

Victor Hackett

William Leslie

### RESUMO

O objetivo desta experiência foi testar a eficácia da leitura no estágio inicial do aprendizado de uma segunda língua. A lição usada foi baseada na técnica Total Physical Response, de James J. Asher, e consistiu de 10 emissões diferentes de 1 palavra cada. Chegou-se à conclusão de que aqueles que possuíam um roteiro e puderam lê-lo durante a aula, obtiveram um resultado 33.5% melhor do que os que não leram.

Uma segunda hipótese testada lidou com a ação versus a não-ação. A diferença nos resultados obtidos pelos grupos de ação versus os grupos de não-ação não chegou a ser significativa.

### ABSTRACT

The purpose of this experiment was to test the efficiency of reading in the beginning stage of second language learning. The lesson we used was based on the Total Physical Response technique, and consisted of ten different one-word utterances.

It was found that those who possessed a script and were able to read it during the lesson outperformed those who did not read by 33.5%.

A second hypothesis we tested dealt with acting versus non-acting. The difference in the results obtained by the acting groups versus those who did not act was found to be insignificant.



## 1. Introduction

Asher et al. (1974) have shown that actually carrying out commands and directions in the second language can be an effective approach to language teaching. In their technique, called Total Physical Response, the learner responds with the appropriate physical actions to the teacher's verbal instructions and his modelling of them. Although it has been shown that learning acquired in this way, relying totally on listening, is readily transferrable to the other three skills, namely speaking, reading, and writing, the Total Physical Response technique itself does not make use of those skills in the initial stages of instruction. The implication seems to be that, at least in the beginning, speaking, reading, and writing do not help, and indeed may interfere with language learning. We hypothesize, however, that for literate adult learners reading can be an effective aid when used in conjunction with the Total Physical Response technique in the beginning stage of second language teaching and learning. This supports the results of experiments done by Lado (1968, 1972), Fink (1971), Hawkins (1971), and Couts (1972), among others, who have shown that the combined presentation of listening and reading contributes to the assimilation of a foreign language.

To test our contention, we designed a controlled experiment in the form of a short lesson based on the Total Physical Response technique followed by a test. We predicted that the reading groups would show better results than the non-reading groups. In addition to this hypothesis, that reading is beneficial, we hoped to test one other hypothesis in this experiment, namely that the physical response itself is a crucial factor in the beginning stages of language learning; that is, we predicted that a group merely watching others perform the commands modelled by the teacher would not learn as well as the performers.

## 2. Method

**Subjects:** We conducted our experiment using ten volunteer subjects, all graduate students in Linguistics. None of them had a prior knowledge of Japanese, the language used in the study. There were four native speakers of English and six for whom English was a second language. The person acting as teacher in the study was a native Japanese.

**Procedure:** Our experiment consisted of four groups as follows:

GROUP	NUMBERS OF SUBJECTS
I. Read-act	3
II. Non-read act	3
III. Read-watch	2
IV. Non-read watch	2

Groups I and II physically carried out the directions given and modelled by the teacher. Groups III and IV sat and observed. In addition, Groups I and III were provided scripts on which the words being taught were written in Latin-letter transliteration. Groups II and IV had no scripts.

The subjects were seated so that all were able to see, but extra room was provided for the performance of the acting groups. The lesson, consisting of fourteen commands, was given three times: the first time the teacher modelled each command after saying it, and Groups I and II imitated him; the second time was an exact repetition for reinforcement; and the third time the teacher merely sat without modelling while the acting groups performed the commands. Upon conclusion of the lesson, the scripts were collected and the test was given to all four groups.

In the test, the ten Japanese words were pronounced at random to guard against the effects of serial learning. The teacher remained seated throughout the test. All subjects were asked to match the spoken Japanese words to a list of English words printed on an answer sheet.

### 3. Results

The raw scores of the tests given were as follows:

GROUP	SUBJECT	ITEMS CORRECT	GROUP AVERAGES IN ITEMS CORRECT
I. + read + act	1	10	8
	2	6	
	3	8	
II. - read + act	4	2	3
	5	2	
	6	5	
III. + read - act	7	8	5.5
	8	3	
IV. - read - act	9	3	4
	10	5	

Table 1 - Raw Scores on a 10 - Item Test

The above group averages are illustrated in Figure 1.

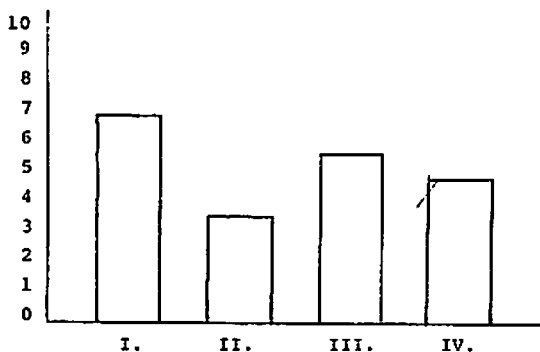


Figure 1 - Graphic Representation of Mean Scores for Each Group

Among these groups, the readers clearly outperformed the non-readers. The difference between the acting and non-acting groups is less clear. The graphs in Figure 2 compare the performance of readers versus non-readers and actor versus non-actors.

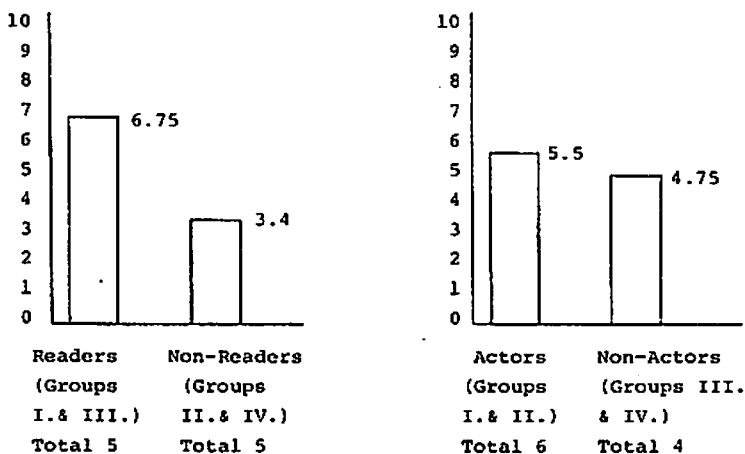


Figure 2 - Representation of Mean Scores for Readers, Non-Readers, Actors, Non-Actors

The average score of the readers (6.75) was 33.5% higher than the average score of the non-readers. The average score of the actors (5.5) was only 7.5% greater than that of the non-actors (4.75).

#### 4. Discussion

Our hypothesis that physical response would aid retention was not sustained. Rather, our results were in line with Asher's findings that, for single word items, subjects who acted did not have retention superior to the subjects who did not act (Asher, 1969).

The superior performance of the readers, however, seems to strongly confirm our hypothesis that reading is a positive aid to learning. Our results suggest that reading ought to be an early part of language instruction for every literate learner. We might even go further and suggest that Total Physical Response together with reading is a very effective way to teach ESL/EFL to adults.

We state our conclusions tentatively because of the limitations inherent in the small sample size and the brevity of the lesson device. In the future we would like to expand our testing to consider larger and more diversified groups of adult learners, increased length of utterance, and longer periods of retention.

## APPENDIX

*Lesson Description*

For each item in this lesson, the following procedure will be used:

1. Teacher will give a command.
2. Teacher will perform it.
3. Students will perform it.

Script:

- |                |                |
|----------------|----------------|
| 1. tate        | 8. tate        |
| 2. Ojigioshiro | 9. tobe        |
| 3. awuke       | 10. awake      |
| 4. tomare      | 11. tomare     |
| 5. maware      | 12. hisamazuko |
| 6. unazuke     | 13. maware     |
| 7. kagame      | 14. suware     |

The lesson will be repeated:

Repetition 1: exactly the same.

Repetition 2: commands only with student response.

Teacher does not perform.

*Pre- , Post- Test*

Name: \_\_\_\_\_ Group: \_\_\_\_\_ Person: \_\_\_\_\_

DIRECTIONS: As the teacher pronounces each Japanese word, write its number on the blank beside the corresponding English word.

- \_\_\_\_\_ bow
- \_\_\_\_\_ jump
- \_\_\_\_\_ Kneel
- \_\_\_\_\_ nod
- \_\_\_\_\_ sit
- \_\_\_\_\_ squat
- \_\_\_\_\_ stand
- \_\_\_\_\_ stop
- \_\_\_\_\_ turn
- \_\_\_\_\_ walk

*Teacher's Copy of Test*

**DIRECTIONS:** Pronounce each of the following words with its number, pausing for student response.

1. unazuke
2. kagame
3. akuke
4. tobe
5. tomare
6. maware
7. hizamazuke
8. Ojigioshiro
9. tate
10. suware

## REFERENCES

- ASHER, James J. (1969) The Total Physical Response Technique of Learning. Journal of Special Education, 3 (3).
- ASHER, James J.; KUSUDO, JoAnne & DeLa TORRE, Rita. (1974) Learning a Second Language Through Commands: The Second Field Test. The Modern Language Journal, 57: 1-2.
- COUTS, Gilbert D. (1972) The Effect of Oral, Orthographic, and Combined Presentations on the Memorization and Pronunciation of Basic French Dialogs. Ph.D. dissertation, Georgetown University.
- DAVIES, Norman F. (1976) Receptive Versus Productive Skills in Foreign Language Learning. Modern Language Journal, 60 (8).
- FINK, Stefan (1971) A Comparison of Three Strategies for Dialog Memorization in German Involving Graphic Stimuli, Auditory Stimuli, and a Combination of the Two. Master's thesis, Georgetown University.
- HAWKINS, Lec. (1971) Immediate Versus Delayed Presentation of Foreign Language Script. Modern Language Journal, 55: 280-90.
- LADO, Robert. (1977) Why Not Start Reading Earlier? In: BURT, Marina; DULAY, Heidi; FINOCCHIARO, Mary (ed.) Viewpoints on English as a Second Language. New York, Regents.
- POSTOVSKY, Valerian A. (1977) Why Not Start Speaking Later? In: BURT, Marina; DULAY, Heidi; FINOCCHIARO, Mary (ed.) Viewpoints on English as a Second Language. New York, Regents.

